

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO D.A.S.P. - 1958



NÃO PODE SAIR DA
BIBLIOTECA

P
958"(047)

DOCUMENTAÇÃO - 1959

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DO SERVIÇO PÚBLICO

DIRETOR-GERAL

JOÃO GUILHERME DE ARAGÃO

Consultor Jurídico: CLENÍCIO DA SILVA DUARTE

DIVISÃO DE PESSOAL

Diretor: WALDYR DOS SANTOS

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Diretor: ANTÔNIO BARSANTE DOS SANTOS

DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

Diretor: MÁRIO LOPES

DIVISÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS

Diretor: LUIZ PHELIPPE DE BARROS

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

Diretor: MANOEL CAETANO BANDEIRA DE MELLO

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor: JOSÉ MEDEIROS

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO

Diretora: STELLA DE SOUZA PESSANHA

ESCRITÓRIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

Chefe: LUCÍLIO BRIGGS BRITO



RELATORIO
DAS ATIVIDADES
DO D.A.S.

NÃO PODE SAIR DA
BIBLIOTECA



DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO PÚBLICO

RELATÓRIO
DAS ATIVIDADES
DO D.A.S.P. 1958



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO PÚBLICO

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO - 1958

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

RELATÓRIO
DAS ATIVIDADES
DO D.A.S.P. - 1958

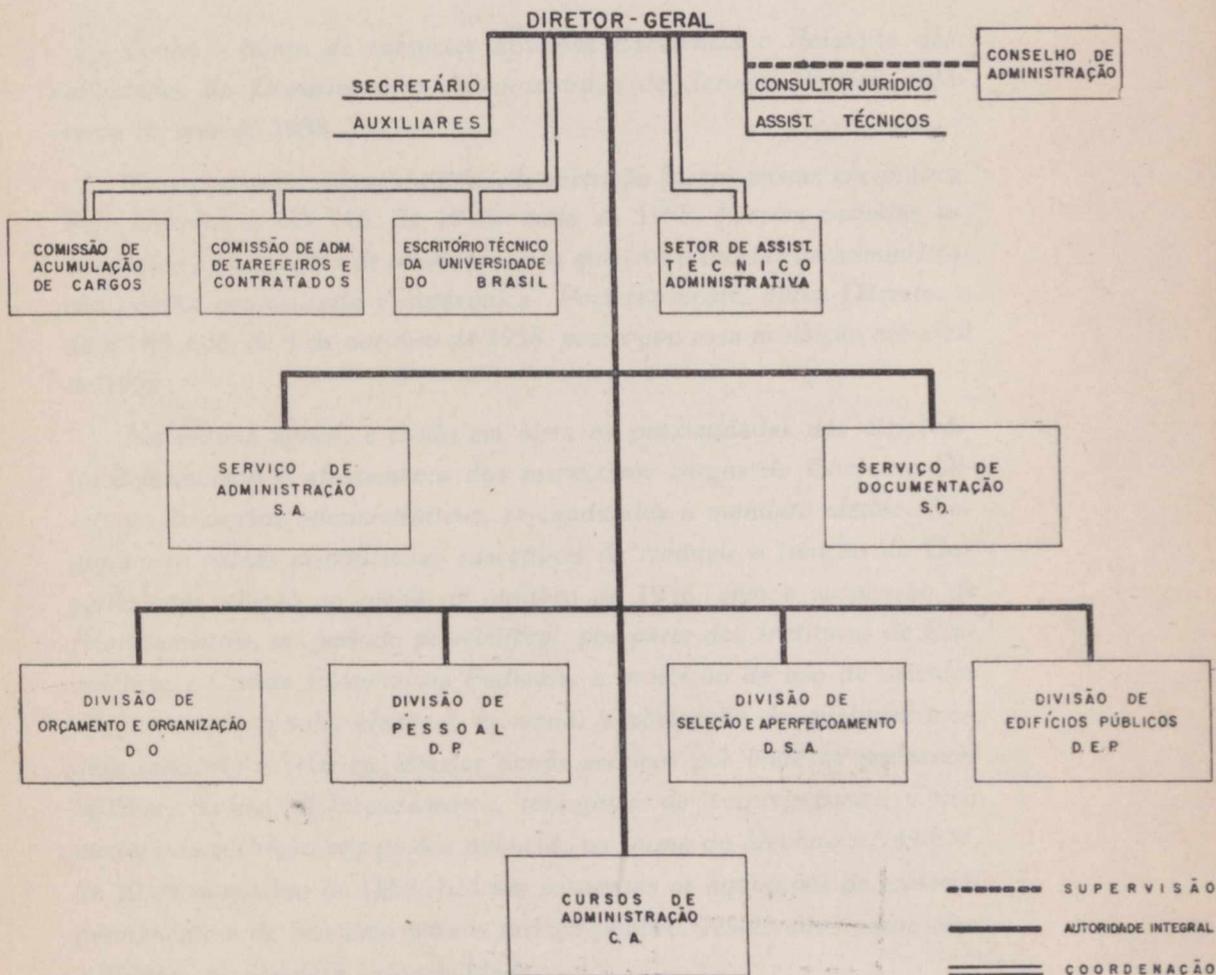


NÃO PODE SAIR DA
BIBLIOTECA

BD/DASP
35.077
B 823c
ex. 2
1958 (047)

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO - 1959

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO



Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência o Relatório das atividades do Departamento Administrativo do Serviço Público, referente ao ano de 1958.

Nesse período, novas medidas de restrição foram postas em prática. Pelo Decreto n.º 43.716, de 19 de maio de 1958, ficaram vedadas as admissões e nomeações de servidores nos quadros e tabelas da administração pública centralizada e autárquica. Posteriormente, outro Decreto, o de n.º 44.606, de 4 de outubro de 1958, prorrogou essa proibição até abril de 1959.

Na mesma época, e tendo em vista as proximidades das eleições, foi determinado o afastamento dos respectivos cargos de Chefes e Diretores de órgãos administrativos, se candidatos a mandato eletivo. Seguiram-se outras providências suscetíveis de traduzir a isenção do Governo com relação ao pleito de outubro de 1958, com a suspensão de financiamentos, no período pré-eleitoral, por parte dos Institutos de Previdência e Caixas Econômicas Federais; a proibição de uso de veículos oficiais em campanha eleitoral, e, ainda, a abstenção de qualquer medida tendente a criar ou instalar novos serviços por onde se pudessem infiltrar, mesmo disfarçadamente, tentativas de empreguismo. Como medida de restrição aos gastos públicos, na forma do Decreto n.º 44.857, de 20 de novembro de 1958, ficaram suspensas as aquisições de material permanente e de consumo para o serviço público, ressalvados casos considerados de absoluta essencialidade.

Em consequência da política de restrição ao ingresso de pessoal nos órgãos administrativos, verifica-se que, em 1958, o número de nomeações e admissões de servidores públicos foi inferior ao número dos que, por motivos diversos, deixaram o serviço público. Na verdade, entraram em 1958 para os quadros e tabelas de pessoal da administração federal direta 4.169 pessoas, ao passo que vagaram 4.971 cargos e funções,

ocorrendo, quanto a êstes últimos, o excesso de 802 pessoas sôbre o total dos que ingressaram no serviço público.

Dando prosseguimento à tarefa de complementação do Estatuto dos Funcionários, ultimaram-se os trabalhos indispensáveis à regulamentação das gratificações pelo exercício em determinadas zonas ou locais e pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde.

Merece destaque, neste particular, a gratificação de risco de vida, beneficiando a classe médica e, ainda, os servidores do Departamento Nacional de Segurança Pública, quando em ação contra criminosos ou no exercício de atribuições de periculosidade evidente.

A regulamentação da Lei n.º 1.234, de 14 de novembro de 1950, conferindo vantagens especiais aos servidores que operam com Raios X e substâncias radioativas, foi revista quanto aos servidores civis.

De outro lado, a prova de que o Govêrno tem demonstrado especial atenção aos problemas do funcionalismo está inicialmente na concessão do aumento de 1956. Na realidade, jamais se concedeu majoração de salário tão substancial quanto a da Lei n.º 2.745, de 12/3/1956. Basta atentar para o fato de que foi da ordem de 65% o aumento médio concedido por aquela Lei.

Como a Lei n.º 2.745 não pôde incluir o pessoal de verba global, o Poder Executivo, de iniciativa própria, tratou de beneficiar essa categoria de servidores, concedendo-lhes um aumento paralelo ao do pessoal permanente, na forma do Decreto n.º 39.017, de 19/4/56.

Face à Lei n.º 3.483, de 8 de dezembro de 1955 que equiparou êste pessoal a extranumerário-mensalista, expediu Vossa Excelência instruções ao D.A.S.P., no sentido de conferir-lhe o "status" jurídico ali definido.

"Pessoal das Autarquias" — Por ocasião do exame dos quadros e tabelas das autarquias, para efeito de aplicação do artigo 16, da Lei n.º 2.745, de 12 de março de 1956, verificou-se que numerosas autarquias não possuíam tabelas de mensalistas regularmente aprovadas pela autoridade competente, no caso, o Presidente da República. Tratou-se, então, de regularizar a concessão de vantagens aos servidores autárquicos antes deferida sem a observância das normas que disciplinam a matéria.

Dentro do princípio geral de moralização e valorização da função pública, o Govêrno prosseguiu em 1958 na política de estender às autar-

quias as normas de pessoal vigentes para os ministérios e órgãos subordinados à Presidência da República. Com a expedição do Decreto n.º 41.955, de 3 de agosto de 1957, instituiu-se o registro numérico e nominal do pessoal das autarquias, do pessoal extranumerário contratado e tarefeiro e do pessoal pago à conta de verbas globais. Em consequência, adotaram-se providências indispensáveis à organização dos mencionados cadastros.

Complementando essa providência, o Decreto n.º 43.925, de 26 de junho de 1958, instituiu o Boletim de Pessoal dos órgãos da administração indireta (Decreto n.º 43.925/58), tornando-se mais fácil o controle dos atos de provimento e vacância dos quadros das autarquias. Esse Boletim é de extraordinário alcance para a moralização administrativa nas entidades autárquicas, uma vez que possibilita não só às autoridades mas ainda a cada cidadão em particular acompanhar os atos administrativos nas autarquias, inclusive os de admissão, nomeação e concessão de vantagens a seus servidores. Reflete, como se vê, iniciativa de sentido altamente democrático e construtivo.

Por isso, o ano de 1958 assinala, neste particular, sensível progresso em relação aos anos anteriores. O movimento de nomeações na administração descentralizada se tem restringido ao mínimo indispensável ao seu normal funcionamento. Determinou Vossa Excelência, além disso, fôsse apurada a procedência de informações segundo as quais teriam ocorrido nomeações de pessoal nas autarquias, às vésperas da expedição do Decreto n.º 43.716, que as vedara. O levantamento geral do pessoal das autarquias, ora em fase adiantada neste Departamento indicará até onde são verídicas aquelas informações, para adoção das medidas cabíveis.

“Plano de Classificação” — Ao assumir Vossa Excelência o Governo, o Plano de Classificação, após difícil tramitação na Câmara dos Deputados, chegava ao Senado. Entre a alternativa de aceitar uma solução inconveniente e altamente dispendiosa, e a de atender à situação econômica premente do funcionalismo, o Governo optou pela última solução, a qual foi consubstanciada na Lei n.º 2.745, de 12/3/56. Foi em consonância com as diretrizes traçadas no sentido da adoção de um sistema de classificação de cargos na base das atribuições e responsabilidades respectivas, que o art. 25 da mesma Lei n.º 2.745, estipulou o prazo de cento e oitenta dias ao Poder Executivo para elaborar novo esquema de classificação de cargos do serviço público.

Empenhado no fiel cumprimento do prazo estabelecido, enviou o Governo ao Congresso Nacional a Mensagem n.º 462, de 12 de setembro de 1956, a qual se converteu no Projeto n.º 1.853/58. Chegou, entre-

tanto, a discussão legislativa do Plano de Classificação a um momento em que novamente se impunha considerar a concessão de outra melhoria econômica ao pessoal civil e militar. Deve-se ressaltar que a este assunto o Governo dispensou a mais pronta e cuidadosa atenção, encarando-o tanto do ponto de vista do interesse do funcionalismo como sob o aspecto da conveniência administrativa. Conforme determinações de Vossa Excelência, o D.A.S.P. e o Ministério da Fazenda conjugarão esforços para encontrar uma fórmula adequada à solução justa do problema, já que era necessário entrosá-lo no plano geral necessário da estabilização financeira do país.

Como, entretanto, as atuais limitações financeiras conhecidas não permitem a adoção global do Plano, pelas repercussões imediatas que trariam, considerou o Governo inicialmente que a melhor fórmula seria implantá-la em duas fases. Assim, seria concedido, por conta do Plano, uma espécie de adiantamento da ordem de 30% ao funcionalismo civil a ser classificado, fazendo-se o ajustamento de vencimentos na forma dos níveis estabelecidos na data da vigência do Plano, a ocorrer posteriormente.

Todavia, tornou-se necessária a concessão do abono provisório para civis e militares na base de 30%, tendo sido encaminhado nesse sentido o projeto que se converteu na Lei n.º 3.531, de 19 de janeiro de 1959.

“Sistema do Mérito” — Tendo o Governo revigorado o sistema do mérito, neste particular podemos asseverar que o período governamental, iniciado em 1956, lidera o número de inscrições de candidatos em concurso, bem como o vulto das competições públicas realizadas. Assim é que foram efetuados, no atual Governo, concursos totalizando 85.908 candidatos inscritos em 142 concursos gerais e específicos, para numerosas carreiras do serviço público.

Dêsse total o maior contingente cabe ao ano de 1958, com 59.343 candidatos chamados a provas públicas de concurso, dos quais 2.549 lograram habilitação. Todos os cargos e funções de caráter permanente só têm sido providos por concurso. E a admissão de pessoal pago à conta de verbas globais, o Governo a tem limitado ao mínimo necessário à realização de obras ou de serviços inadiáveis.

“Aperfeiçoamento” — Do mesmo modo incrementou-se o sistema de aperfeiçoamento de servidores no país e no estrangeiro. Para esse fim tomou o Governo a iniciativa de fundar uma instituição específica — a Escola do Serviço Público — que já está funcionando em regime de acôrdo entre o D.A.S.P. e o Ministério da Educação e Cultura, segundo o Decreto n.º 43.176, de 4 de fevereiro de 1958.

Com a Escola de Serviço Público, organizada nos termos do Decreto n.º 43.176, de 4 de fevereiro de 1958, intensificaram-se as atividades no setor de aperfeiçoamento de pessoal. Até 1958, de 280.000 servidores federais, 30.000 passaram pelo crivo dos processos seletivos e tiveram um mínimo de treinamento desejável para os cargos ou funções que ocupam.

A Escola de Serviço Público proporcionará aos servidores treinamento intensivo e amplo, atendendo às necessidades de todos os setores dos serviços públicos, além de interessar a elementos que, embora estranhos aos quadros da administração, nêles desejam ingressar.

Dentre as realizações, em 1958, no campo do aperfeiçoamento, pode citar-se inicialmente a instituição do Curso Técnico de Administração, regulado pelo Decreto-lei n.º 6.141/43 (Lei Orgânica do Ensino Comercial), para a formação de pessoal qualificado de nível médio. Dará direito a diploma de Assistente de Administração, o qual servirá como título ponderável para ingresso em carreira afim. Com o currículo de 3 anos, freqüentaram o primeiro ano 61 alunos, distribuídos por 2 turmas, nesta primeira fase de experiência.

Ainda com a finalidade de aprimorar os conhecimentos dos diplomados pelos cursos de formação, foram planejados cursos de Administração de Pessoal, Administração de Material, Administração Orçamentária, Administração de Empresas, Contabilidade Pública, Correspondência e Estenodactilografia, Correspondência e Redação Oficial, Direção e Gerência de Serviços, Direito Usual, Economia, Finanças, Organização de Serviços Públicos, Relações Humanas no Trabalho, Relações Públicas, Sociologia, Técnica de Distribuição e Transportes e Tecnologia de Material.

Todos os cursos, à exceção dos de Direção e Gerência de Serviços e de Técnica de Distribuição e Transportes, estão funcionando regularmente, tendo sido planejados para um período de 9 meses de atividade.

Intensa foi ainda a atividade no setor dos cursos avulsos, em matéria de administração, realizados através da Escola de Serviço Público. Êsses cursos funcionaram ora sob a iniciativa direta do D.A.S.P., ora em regime de colaboração entre êste Departamento e outros órgãos da administração federal direta ou indireta. Desta forma, em colaboração com o Ministério da Fazenda, realizaram-se os cursos de Mecanização, Legislação de Contabilidade e Formação de Secretárias, e, ainda, os de preparação de Técnico de Imigração e Documentaristas, como contribuição ao recrutamento de pessoal para o Instituto Nacional

de Imigração e Colonização. Além dêsses, cabe ressaltar em 1958 o êxito do Curso de Administração Pública Aplicada, de interêsse para especialistas, a cargo do M. Gerard Pic, que o ministrou a convite do D.A.S.P., assim como os excelentes resultados do Curso de Treinamento de Oficiais Administrativos, com a frequência de cêrca de 1.500 alunos.

Quanto aos Cursos de Especialização previstos pelo Decreto n.º 41.176/58, e destinados a preparação de pessoal de alto nível, correspondente a pós-graduação, foram promovidos os de Técnico de Educação, de Orçamento, de Organização e de Pessoal.

Além dêsses, cumpre assinalar os Cursos por Correspondência, destinados a levar a servidores públicos residentes nos Estados, a mesma orientação dos cursos ministrados na Capital da República.

Depois de reorganizado o setor, procedeu-se a uma segunda experiência nesse campo, já se apontando resultados que justificam tal modalidade de ensino. Entre os cursos em realização, constam os de Português e Redação Oficial, Matemática e Elementos de Estatística, Administração e Legislação de Pessoal e Noções Gerais de Direito.

Foram organizados os Cursos de Aperfeiçoamento do Ministério da Fazenda, concretizando-se antiga iniciativa até então sem execução. Ainda neste domínio, é do maior alcance assinalar a constituição de um programa unificado de Administração Pública, a ser executado com a assistência técnica do Ponto IV, mobilizando numerosas entidades administrativas ou culturais, a fim de promoverem a realização de um programa de ensino que possibilite ao país, formação de pessoal adequado ao cumprimento das tarefas administrativas.

Por outra parte, reativou-se o regime tradicional de recrutamento de servidores para destiná-los a programas de aperfeiçoamento no estrangeiro, notadamente nos Estados Unidos e na Europa. Pode dizer-se que, neste particular, foi restaurado o regime de aperfeiçoamento sistemático instituído pelo Decreto-lei n.º 7.729, de 1945. Sem consequência, enviou o Governo ao exterior, nos dois últimos anos, com o objetivo de aperfeiçoamento no âmbito da Administração Pública, mais de vinte servidores públicos devidamente recrutados pelo D.A.S.P.

“Obras e Edifícios Públicos” — No que se refere ao Setor de Edifícios Públicos, impõe-se um planejamento geral das necessidades dos Ministérios de forma que fiquem previstas, no orçamento geral da República, dotações que permitam a execução das obras em períodos variáveis de 1 a 3 anos, evitando-se dessa forma, encarecimento no custo final das obras.

O valor global dos orçamentos relativos à construção de edifícios públicos, pode ser assim discriminado:

Procedência	Orçamentos aprovados	Dotações — 1958
Minist. Agricultura	298.241.917,50	304.970.105,00
Minist. Educ. e Cultura	135.723.409,70	63.000.000,00
Minist. da Fazenda	22.349.671,00	2.500.000,00
M. J. N. I.	52.664.216,90	45.000.000,00
Minist. da Saúde	382.682.398,10	157.000.000,00
M. V. O. P.	152.100.411,60	140.000.000,00
Total	1.043.762.024,80	712.470.105,00

“Cidade Universitária” — Com referência aos trabalhos de construção da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, cumpre assinalar que a Ilha Universitária, na forma do projeto urbanístico inicial, ficaria com uma superfície total de 5.957.000 metros quadrados. Correções posteriores, fundamentadas nos estudos batimétricos que foram realizados com o objetivo de evitar aterros muito profundos, reduziram aquela superfície para 5.596.000 metros quadrados. Dêsse total restam ser aterrados 1.063.000 metros quadrados, aguardando os serviços melhor disponibilidade de verba. Acham-se reservados 247.000 metros quadrados para o Asilo dos Inválidos da Pátria, subordinado ao Ministério da Guerra. A Cidade Universitária dispõe, atualmente, de 4.286.000 metros quadrados inteiramente livres, aterrados e saneados. Para acelerar a execução das obras programadas, solicitou o Governo ao Congresso Nacional, o crédito especial de 126 milhões de cruzeiros, convertido em lei de autorização em fins de dezembro último (Lei n.º 3.499, de 21/12/58).

“Transferência de pessoal e de órgãos administrativos para Brasília” — Pelo Decreto n.º 43.285, de 25 de fevereiro de 1958, foi constituído junto a este Departamento um Grupo de Trabalho composto de um representante de cada ministério civil, um do Estado-Maior das Forças Armadas, um da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil e de um representante de cada Ministério Militar, com a finalidade de promover as providências indispensáveis à transferência de órgãos federais para Brasília, em virtude da próxima mudança da sede do Governo.

O Grupo de Trabalho foi instalado em data de 14 de março do ano findo, e realizou 19 reuniões plenárias, no período de março a dezembro de 1958. A 28 de outubro de 1958, apresentou o primeiro resultado concreto de seus estudos, compreendendo a fixação progressiva dos quantitativos de pessoal a ser transferido para a nova Capital, dados:

e definições sobre instalações de órgãos federais, transporte de funcionários com dependentes e pertences, de materiais e equipamentos para as repartições, abastecimento de material permanente e de consumo aos órgãos federais, novos métodos de trabalho em Brasília e, finalmente, várias providências gerais consideradas indispensáveis à execução dos trabalhos de transferência do Governo para a sua nova sede. A esse trabalho preliminar, segue-se a fase, já em andamento, de ação executiva pertinente ao programa de transferência de pessoal e órgãos administrativos para Brasília, a ser efetivado em 1959.

O Grupo de Trabalho de Brasília, através do Subgrupo de Transportes e Comunicações organizou, com a cooperação da Rede Ferroviária Federal S. A., três viagens experimentais de trem Rio de Janeiro-Anápolis, em datas de 20 de julho, 27 de setembro e 23 de novembro do ano findo, a fim de estudar os itinerários mais favoráveis ao transporte dos servidores e suas bagagens bem como de equipamentos e materiais dos órgãos federais, na época da efetivação da transferência da Capital para Brasília. A par do entusiasmo que despertou, o trem de Brasília serviu para comprovar a viabilidade do trânsito ferroviário regular entre o Rio de Janeiro e a nova Capital. Estabeleceu-se o entrosamento com os órgãos dos Poderes Judiciário e Legislativo, tendo os mesmos designado os seus representantes junto ao referido Grupo de Trabalho.

A esta altura o Grupo de Trabalho de Brasília está ultimando providências para instalação de seu escritório na nova Capital, com a finalidade de receber as residências construídas pelos Institutos, Caixa Econômica Federal e Fundação da Casa Popular, destinadas aos funcionários federais, civis e militares, que forem sendo designados para servir em Brasília.

“Planos de Aplicação de Dotações Globais” — A instituição, no atual Governo, dos planos de aplicação de dotações globais, pelo seu aspecto programático, representou o primeiro passo para a introdução do “Performance Budget” no Brasil. Serviram ademais êsses planos para descobrir a existência de dotações em que as despesas de pessoal excedem de 70%. Tornou-se necessário portanto, criar mecanismo próprio de controle, a fim de proporcionar adequados padrões de execução e evitar tratamento heterogêneo entre as várias unidades administrativas. Cerca de 183 planos, desdobrados em 397 programas, foram examinados em 1958, em total superior a 14 bilhões de cruzeiros.

Desde a formulação das propostas orçamentárias, vêm os exercícios financeiros sendo objeto de sucessivos e exaustivos estudos, no sen-

tido de reduzirem-se os deficits de caixa previstos. Em relação ao ano de 1959, previu-se o agravamento do deficit com despesas vultosas provenientes de exercícios anteriores e com a concessão do abono provisório aos servidores públicos, civis e militares. Tem-se esforçado o Governo no sentido de conter o deficit, então previsto, dentro de proporções toleráveis, a fim de evitar a rápida erosão dos novos níveis salariais propostos nos setores públicos e privado. Assim, para 1959, foi elaborada e apresentada ao Congresso Nacional uma proposta equilibrada; posteriormente, face à ocorrência de elementos imprevisíveis, tornou-se indispensável rever, ainda em 1958, os níveis de receita e despesa então propostos, além de formular medidas outras de natureza econômica, financeira e administrativa, consubstanciadas no conhecido Plano de Estabilização Monetária. Já agora, diante do orçamento aprovado, com níveis de receitas e despesas não condizentes com aquêlê Plano, recorreu o Governo a nova formulação da sua política financeira, tentando reduzir o deficit de Caixa ao nível de tolerância descrito no Plano de Estabilização Monetária.

Além dos deficits orçamentários previstos ou apurados em balanço, despesas outras, de natureza extraordinária, provenientes de exercícios anteriores ou da incontornável necessidade de emprêgo dos artigos 46 e 48 do Código de Contabilidade, têm elevado os deficits de Caixa a cifras significativas.

Diante dessas circunstâncias, outra alternativa não teve o Governo para o efeito de reduzir a níveis suportáveis a taxa de inflação, senão utilizar mecanismos de natureza administrativa capazes de colocar a despesa dentro do fluxo real da receita. Esses mecanismos vêm a constituir, de um lado, os planos de contenção de despesas e de outro, várias modalidades de planejamento da execução orçamentária.

A experiência tem demonstrado, desde a implantação do primeiro plano de contenção, que essa prática tem exercido uma função altamente eficiente na execução orçamentária, especialmente através da seleção dos investimentos e da hierarquização dos dispêndios de custeio.

O caráter não impositivo da lei orçamentária admite de princípio, a adoção desses planos; tanto assim que a lei orçamentária para 1958 incluía artigo em que autorizava o Poder Executivo a elaborar planos de contenção.

Em 1958, viu-se o Governo, face às dificuldades financeiras existentes, na contingência de elaborar um Plano de Contenção de Despesas no total de Cr\$ 17.000.000.000,00 (dezessete bilhões de cruzeiros).

Posteriormente, verificou-se que a receita arrecadada ainda se mostrava insuficiente para fazer face aos pesados encargos do Tesouro, especialmente àquelas decorrentes de despesas a serem atendidas a conta dos artigos 46 e 48 do Código de Contabilidade e da transferência de Restos a Pagar, Créditos Especiais e de Fundos Especiais, de exercícios anteriores.

Tornou-se imperioso, novamente, lançar mão de outros meios de contenção. Nessa oportunidade, elaborou-se um Fundo de Reserva, no total de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros). A liberação dos recursos nêle incluídos ficava, de princípio, sujeita à compensação de outros recursos não utilizáveis pela administração ou à rentabilidade efetiva da receita pública.

Cumprе ressaltar que, pela primeira vez, foram adotadas medidas objetivas de planejamento da execução orçamentária e extra-orçamentária.

O Decreto n.º 44.058, de 22 de julho de 1958, estabelece os níveis ministeriais para a constituição do referido Fundo de Reserva, as normas de sua execução, bem como a distribuição das despesas por cotas mensais e quadrimestrais, determinando a necessária sincronização entre a arrecadação da receita e o pagamento da despesa.

O mecanismo estabelecido naquele decreto corresponde, em linhas gerais, aos sistemas de «allotments» e «apportionments» utilizados nos Estados Unidos, há mais de uma década.

Como medida de política financeira, a introdução do Fundo de Reserva e dos sistemas de planejamento da execução orçamentária e extra-orçamentária, através da cotização da receita e da despesa, representa o mais sério esforço no sentido da racionalização da administração orçamentária.

Em consequência do total da contenção estabelecida no montante de 27 bilhões (Plano de contenção acrescido do Fundo de Reserva) o Governo autorizou liberações no total de apenas Cr\$ 2.097.574.968,00 ou seja, menos Cr\$ 2.410.569.464,00 em relação ao exercício de 1958 (Cr\$ 4.508.144.432,00 de liberações efetivamente realizadas).

Deve-se ressaltar que, no total de liberações autorizadas, em 1958, incluem-se cerca de Cr\$ 1.000.000.000,00 para o Nordeste, em virtude da calamidade que assolou aquela região do país.

“Orçamento das Autarquias — Padronização de Orçamentos e Balanços” — O problema da padronização de orçamentos e balanços foi

objeto de novos estudos em 1958. Vários países já têm tentado a referida padronização, sem contudo conseguirem resultados satisfatórios. O Brasil, neste particular, tem sido mais feliz. O exemplo do Decreto-lei n.º 2.416/40 atesta essa assertiva.

Contudo, em relação às autarquias, já não mais satisfazem os estudos preliminares realizados por volta de 1940, de que resultaram as normas ainda em vigor.

Com a colaboração de vários especialistas na matéria, inclusive professores universitários, elaborou-se novo padrão de Orçamento e Balanço para as autarquias, em moldes semelhantes aos adotados no Orçamento Federal.

Trata-se de anteprojeto que excede os limites das administrações paraestatais, visando atingir, inclusive, as entidades colaboradoras da administração federal, nitidamente reconhecidas de direito privado, como o SESC, SENAC, SESI, SENAI e outros.

Esse projeto encontra-se em fase final, tendo sido previamente colocado à prova por numerosas organizações descentralizadas, devendo ser pôsto em vigor em 1959.

Convém esclarecer, neste particular, que algumas tentativas isoladas de padronização já foram levadas a efeito, com sucesso, em relação aos Estados e Municípios. Com a colaboração do Governo Federal, foram alteradas as formas de apresentação dos Orçamentos da Prefeitura de Belo Horizonte e do Estado de Santa Catarina sem quebra, inclusive, das normas adotadas pelo citado Decreto-lei n.º 2.416/40.

“Viagens de Estudos e Observação” — Há muito se fazia sentir a necessidade de um programa sistemático de viagens ao interior do país para se conhecerem as exigências e os problemas específicos das unidades administrativas federais espalhadas por todo o território nacional.

Essas viagens não se destinam a inspeções orçamentárias diretas; pelo contrário, têm em vista observar a regularidade da execução administrativa e, de modo particular, da execução orçamentária da União. O sistema orçamentário, tal como existe, só pode funcionar satisfatoriamente se as unidades que o compõem estiverem adequadas às suas finalidades, funcionando com um índice de rendimento capaz de garantir a necessária coordenação do trabalho de conjunto. Deve-se lembrar que existem, atualmente, cerca de 1.000 unidades orçamentárias maiores. Algumas destas se desdobram em mais de 500 unidades menores, disseminadas por todo o território nacional.

Os resultados já alcançados nesse setor de atividade levam a admitir maior desenvolvimento em 1959 quando, então, serão lançadas as bases para a inspeção direta. Tenta-se, dessa forma, transformar o controle aritmético e moral, hoje exercido, em efetivo controle de trabalho realmente realizado. A comprovação pura e simples das despesas não mais satisfaz; necessário se torna examinar a conveniência, a oportunidade e o mérito dos empreendimentos administrativos em execução ou realizados.

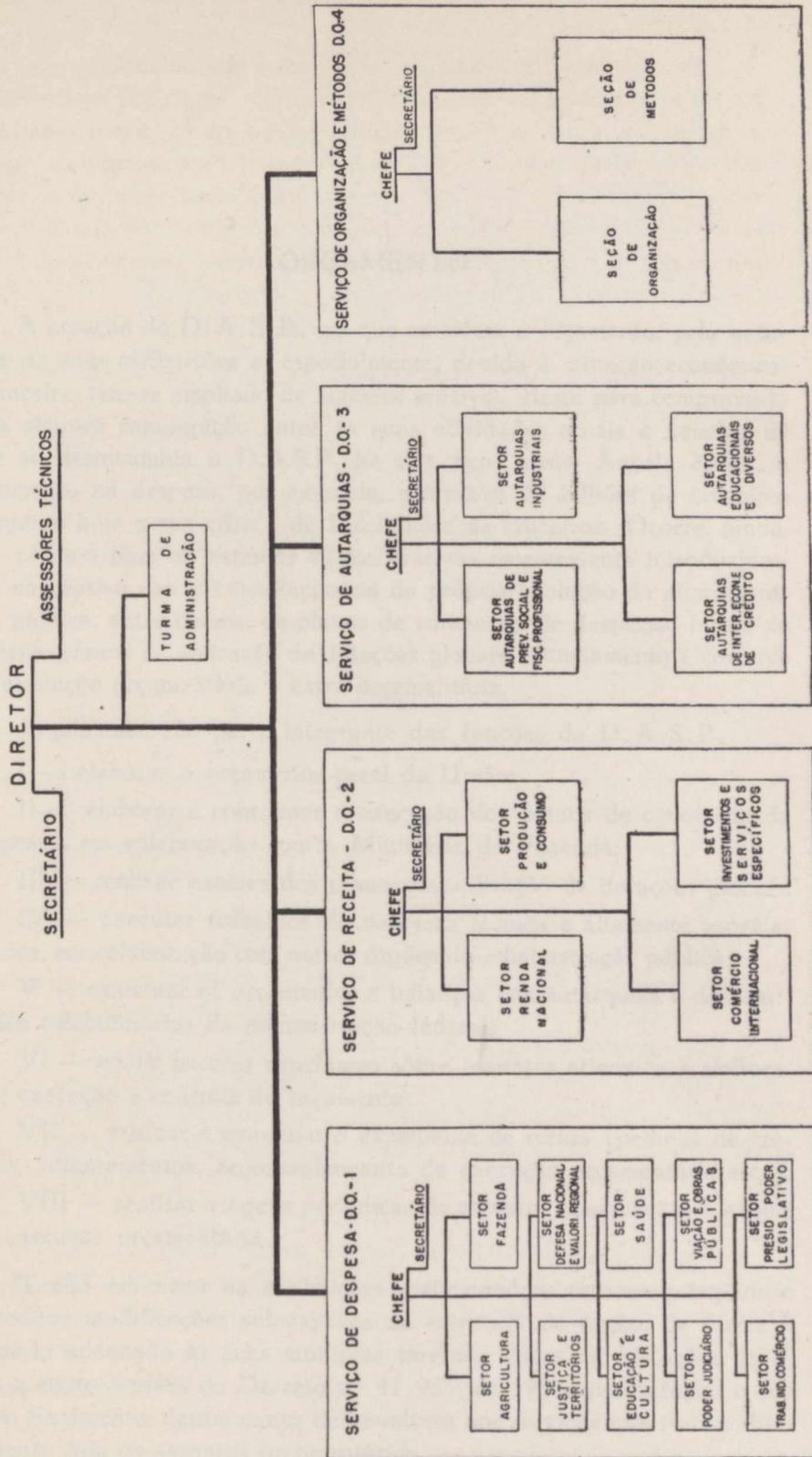
Em anexo, poderá ter Vossa Excelência a visão pormenorizada das atividades do D.A.S.P., em 1958.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito.

JOÃO GUILHERME DE ARAGÃO

Diretor-Geral do D.A.S.P.

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO



ORÇAMENTO

A atuação do D.A.S.P. no que se refere a orçamento, pela natureza de suas atribuições e, especialmente, devido à situação econômico-financeira, tem-se ampliado de maneira sensível. Basta para comprová-lo uma simples comparação entre as suas atividades atuais e aquelas de que se desincumbia o D.A.S.P. há dez anos atrás. Àquela época, o orçamento da despesa, por exemplo, alcançava 22 bilhões de cruzeiros enquanto hoje a sua cifra é de 156 bilhões de cruzeiros. Ocorre, ainda, que não existiam os sistemas administrativos recentemente introduzidos, por imperativo das circunstâncias ou da própria evolução da administração pública, entre outros, os planos de contenção de despesas, fundo de reserva, planos de aplicação de dotações globais, planejamento e controle da execução orçamentária e extra-orçamentária.

Atualmente, são parte integrante das funções do D.A.S.P.:

- I — elaborar o orçamento geral da União;
- II — elaborar e coordenar a execução dos planos de contenção de despesas, em colaboração com o Ministério da Fazenda;
- III — realizar exames dos planos de aplicação de dotações globais;
- IV — executar trabalhos de natureza técnica e altamente especializados, em colaboração com outros órgãos da administração pública;
- V — examinar os orçamentos e balanços das autarquias e das entidades colaboradoras da administração federal;
- VI — emitir parecer conclusivo sobre assuntos atinentes à elaboração, execução e controle do orçamento;
- VII — estudar e examinar o expediente de rotina (pedidos de créditos, adiantamentos, acompanhamento da execução orçamentária etc.);
- VIII — realizar viagens periódicas de estudos, observações e exame da execução orçamentária.

Tendo em vista as atribuições mencionadas, tornou-se imperioso introduzir modificações substanciais na estrutura do órgão, de forma a torná-lo adequado às suas múltiplas tarefas. Essas modificações, levadas a efeito através do Decreto n.º 41.955, de 1957, que aprovou o seu novo Regimento, deram maior desenvoltura aos serviços que tratam diretamente com os assuntos orçamentários.

Elaboração do orçamento da União — Trata-se de atividade primordial. Vários têm sido os melhoramentos do ponto de vista técnico introduzidos no processo de elaboração, no âmbito do Poder Executivo E' de se ressaltar, pelos benefícios que ainda se colhem, a reforma da apresentação do orçamento geral, permitindo, em que pesem as limitações da administração brasileira, que o orçamento da União alcance o tríplice objetivo a que visa tôda gerência financeira racional, isto é, servir, simultâneamente, de instrumento de (I) planejamento, (II) contrôle interno e externo, e (III) análise econômica.

Não fôra essa classificação básica do orçamento, processos vários não poderiam ser equacionados ou ter a devida resposta, como tais as normas para classificação das contas públicas da administração tanto direta como indireta, a análise dos planos de dotações globais, os elementos para cômputo dos cálculos de pessoal para efeito de classificação de cargos, a simplificação do processo de elaboração do balanço geral da União, além dos elementos essenciais para análise dos agregados econômicos.

Face a êsses melhoramentos, o orçamento brasileiro, quer quanto à sua apresentação formal, quer quanto ao mecanismo de elaboração, pode ser considerado como um dos mais adiantados, fato reconhecido por eminentes autoridades estrangeiras. Tornou-se possível atingir em um só documento, sem reformas administrativas profundas, os três objetivos fundamentais citados. Deve-se frisar que as deficiências ainda notadas, especialmente nas fases de execução e contrôle, têm sido alvo de especiais atenções, com o objetivo de atenuar ou eliminar o processo empírico que se observa em determinados setores da administração financeira do país.

Estimativa da Receita — O D.A.S.P. continuou a desenvolver os maiores esforços no sentido de aperfeiçoar os seus métodos de previsão da receita orçamentária. Estreitando os seus contatos com os órgãos governamentais encarregados de levantamentos de dados estatísticos e de informações econômicas e financeiras, obteve elementos informativos que são trabalhados tècnicament: no sentido de aprofundar a análise da situação econômica nacional e examinar a sua influência na receita federal.

Assim, os trabalhos técnicos da previsão da receita pública federal compreendem três fases: I) coleta de dados estatísticos e informações econômico-financeiras; II) elaboração das estimativas, e III) análise do comportamento da arrecadação.

A primeira fase desenvolve-se no decurso do ano financeiro, sendo intensificada nos dois últimos meses e no primeiro mês do ano seguinte, quando as informações são mais complexas. Compreende a coleta de

dados e informações obtidos em órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Superintendência da Moeda e do Crédito, Conselho Nacional de Economia, Fundação Getúlio Vargas, Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Conselho Nacional do Petróleo, Petróleo Brasileiro S. A., Banco do Brasil S. A. e suas Carteiras especializadas, Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, Instituto Brasileiro do Café, e nos seguintes órgãos fiscais: Divisão do Imposto de Renda, Diretoria das Rendas Aduaneiras, Diretoria das Rendas Internas e Conselho de Política Aduaneira, bem como em outras repartições a que estão afetas certas formas de arrecadação.

A terceira fase consiste no acompanhamento da arrecadação, mês a mês, segundo os balanços fornecidos pela Contadoria-Geral da República, e no exame do seu comportamento durante o ano, a fim de se proceder às retificações necessárias ao conhecimento real da evolução de cada tributo.

A Segunda e mais importante fase, que se opera nos quatro primeiros meses de cada ano, diz respeito à manipulação de todo o material, além de observações colhidas, muitas vezes *in-loco*, como base técnica para os cálculos das estimativas da receita pública. Nesse período o trabalho apresenta grande intensidade, em virtude da exigüidade do tempo em que deve ser executado, para atender os prazos constitucionais da apresentação da proposta orçamentária ao Congresso Nacional. Nesses poucos meses, o D.A.S.P. elabora criteriosamente os cálculos das projeções que revelam os quantitativos da receita pública que deve ser arrecadada no exercício orçamentário a que se refere, fazendo estudos de profundidade sobre a conjuntura econômica nacional, examinando a formação do produto e a composição da renda nacional, a influência da conjuntura econômica mundial no nosso comércio exterior, a situação cambial e a escassez de divisas, a pressão inflacionária, a expansão do parque industrial do país, a influência dos fatores no custo de vida, enfim, tôdas as interferências que possam provocar alterações no comportamento da arrecadação federal.

Além dessas funções precípuas, o D.A.S.P. ainda colabora, quando solicitado, com as Comissões de Orçamento e Fiscalização Financeira e de Finanças das duas Casas do Congresso.

Em cada ano, no período em que a lei de meios é discutida e votada, o D.A.S.P. coloca à disposição da Câmara dos Deputados e do Senado Federal não só elementos informativos sobre a atualização da arrecadação como também pessoal especializado pôsto em contato com os parlamentares relatores da Receita, a fim de que êstes tenham

a assistência técnica necessária à elaboração atualizada das estimativas da receita orçamentária.

Essa é, em síntese, a tarefa do D.A.S.P. na função de prever, periodicamente, com dois anos de antecedência, a receita a ser arrecadada no plano federal.

Dêsse perfeito entrosamento entre os Podêres Executivo e Legislativo, realizado através dos respectivos órgãos técnicos que cuidam do orçamento da República, dá idéia o quadro seguinte, no qual se pode observar a evolução das estimativas da receita federal, em 1958, nos diversos estágios da sua realização, quando fatores vários, como alterações na legislação fiscal e modificações na conjuntura econômica, provocaram diversos reajustamentos dos algarismos inicialmente propostos.

RECEITA ORÇAMENTÁRIA
1958

RECEITA	PROPOSTA DO EXECUTIVO	VOTACÃO DO LEGISLATIVO	REESTIMATIVA DO EXECUTIVO NA PROPOSTA DE 1959	ARRECAÇÃO
Receita Orçamentária.....	111.069.570	130.234.163	117.613.847	117.816.368
Receita Ordinária.....	103.839.570	123.204.163	111.463.847	112.178.264
Renda Tributária.....	95.112.003	113.822.671	100.486.730	101.997.727
Impostos.....	94.097.900	110.366.600	97.032.970	97.778.762
Importações.....	2.342.000	21.114.000	15.656.000	12.925.477
Consumo.....	38.595.600	38.595.600	36.580.950	39.518.090
Renda.....	37.767.000	37.767.000	31.866.000	31.856.296
Sêlo e Afins.....	12.365.300	11.371.000	11.566.020	12.068.528
Outros.....	3.028.000	1.519.000	1.364.000	1.410.371
Taxas.....	1.014.102	3.456.061	3.453.750	4.218.965
Contribuições de Melhoria.....	1	10	10	—
Renda Patrimonial.....	2.976.492	2.976.492	3.262.549	3.221.452
Renda Industrial.....	2.620.571	2.555.996	2.475.873	2.116.922
Rendas Diversas.....	3.130.504	3.849.004	5.238.695	4.842.165
Receita Extraordinária.....	7.230.000	7.030.000	6.150.000	5.638.104

Plano de Aplicação de Dotações Globais — As dotações globais foram criadas com o propósito fundamental de permitir maior flexibilidade de ação, uma vez que por elas poderão ser pagas despesas de pessoal, material, serviços diversos, obras etc. Tentou-se fugir, a um só tempo, às praxes administrativas inadequadas e aos preceitos de um Código de Contabilidade Pública já distante da realidade brasileira.

A instituição, no atual Governo, dos planos de aplicação de dotações globais, pelo seu aspecto programático, representa o primeiro passo para a introdução do "Performance Budget", no Brasil. Serviram tais planos para descobrir a existência de dotações em que excedem de 70% as despesas de pessoal. Tornou-se necessário, portanto, criar mecanismo próprio de controle, a fim de proporcionar adequados padrões de execução e evitar tratamento heterogêneo entre as várias unidades administrativas. Em 1958, em um total acima de 14 bilhões de cruzeiros, foram examinados cerca de 183 planos, desdobrados em 397 programas, assim demonstrados:

PLANOS DE APLICAÇÃO ENCAMINHADOS PELO DASP À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA EM 1958

ÓRGÃOS	VALOR TOTAL DOS PLANOS Cr\$	PESSOAL TABELADO Cr\$	Nº. DE PLANOS ENCAMINHADOS	Nº. DE ITENS ORÇAMENTÁRIOS ABRANGIDOS	
I — Órgão da Presidência da República.....	2.088.696.820,00	(1) 632.502.142,40	9	11	(1) Cr\$ 615.854.742,00 correspondem ao IBGE
II — Ministério da Agricultura.....	3.157.296.095,00	234.134.764,40	66	214	
III — Ministério da Educação e Cultura.....	6.292.812.519,00	1.493.644.488,00	50	80	
IV — Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	144.317.200,00	20.485.795,00	10	12	
V — Ministério das Relações Exteriores.....	29.000.000,00	4.138.140,00	3	3	
VI — Ministério da Saúde.....	667.289.190,00	317.504.366,40	32	48	
VII — Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.....	20.000.000,00	—	1	1	
VIII — Ministério da Viação e Obras Públicas.....	2.075.659.195,00	158.631.628,00	12	28	
TOTAL.....	14.475.071.017,00	2.861.041.522,20	183	397	

E' de se ressaltar, ainda, que determinados planos, como o das Universidades e o das grandes repartições ministeriais, pelo seu vulto e complexidade, equivalem a orçamentos de vários Estados da Federação.

Plano de contenção de despesas — Fundo de reserva — Sistemas de cotização da despesa — Aqui não se tem em mira esgotar a discussão teórica em torno desse processo administrativo, mesmo porque já se incorporou à praxe, à rotina de trabalho da administração. A sua razão de ser é óbvia, o que prova o exame do quadro abaixo, onde são observados os desníveis entre as propostas apresentadas pelo Poder Executivo e as leis de meios aprovadas, no período de 1947 a 1959.

DIFERENÇA ENTRE AS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS E OS ORÇAMENTOS
APROVADOS NO PERÍODO DE 1947 A 1959

DESPESA			
ANOS	PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO	DIFERENÇA
1947.....	11.447.639.218	11.990.123.723	+ 542.484.505
1948.....	13.657.406.713	14.596.041.044	+ 938.634.331
1949.....	17.440.130.588	19.370.015.769	+ 1.929.885.181
1950.....	20.349.376.098	22.290.416.784	+ 1.941.040.686
1951.....	21.355.885.240	22.868.232.413	+ 1.512.347.173
1952.....	23.224.077.349	25.431.261.772	+ 2.207.184.423
1953.....	30.482.151.139	34.004.996.741	+ 3.522.845.602
1954.....	41.997.703.812	45.051.852.754	+ 3.054.148.942
1954.....	51.572.950.132	56.695.247.573	+ 5.122.297.441
1955.....	64.943.249.984	71.505.208.940	+ 6.561.958.956
1956.....	99.806.395.571	115.971.917.100	+ 16.165.521.529
1957.....	120.721.362.981	140.527.396.138	+ 19.806.033.157
1958.....	138.009.415.460	156.226.543.201	+ 18.217.127.741
1959.....			

Neste particular, os exercícios financeiros de 1958 e 1959 mostram-se bastante significativos.

Desde a formulação das propostas orçamentárias vêm esses exercícios sendo objeto de sucessivos e exaustivos estudos, no sentido de reduzir os deficits de caixa previstos. Em relação ao ano de 1959, previu-se o agravamento do deficit, com despesas vultosas provenientes de exercícios anteriores e com a concessão do abono provisório aos servidores públicos, civis e militares. Esforça-se o Govêrno no sentido de conter o deficit, então previsto, dentro de proporções toleráveis, para evitar a rápida erosão dos novos níveis salariais, propostos nos setores público e privado. Assim, para 1959, elaborou e apresentou ao Congresso Nacional uma proposta equilibrada. Posteriormente, face à ocorrência de elementos imprevisíveis, tornou-se indispensável a revisão, ainda em 1958, dos níveis de receita e despesa então propostos, além da indicação de medidas outras de natureza econômica, financeira e administrativa, consubstanciadas no conhecido Plano de Estabilização Monetária. Já agora, diante do orçamento aprovado, com níveis de receitas e despesas não condizentes com aquêlê Plano, recorreu o Govêrno a nova formulação da sua política financeira, tentando reduzir o deficit de caixa ao nível de tolerância descrito no Plano de Estabilização.

Eis o que revela, em síntese, o quadro geral da situação financeira, a seguir transcrito.

Além dos deficits orçamentários previstos ou apurados em balanço, conforme demonstração anterior, despesas outras, de natureza extra-orçamentária, provenientes de exercícios anteriores ou da incontornável necessidade de emprêgo dos arts. 46 e 48 do Código de Contabilidade da União, têm elevado os deficits de caixa a cifras significativas.

Diante dessas circunstâncias, outra alternativa não tem o Govêrno a fim de reduzir a níveis suportáveis a taxa de inflação, senão utilizar mecanismos de natureza administrativa capazes de colocar a despesa dentro do fluxo real da receita. Êsses mecanismos vêm a constituir, de um lado, os planos de contenção de despesas e o fundo de reserva, e de outro, várias modalidades de planejamento da execução orçamentária.

A experiência tem demonstrado, desde a implantação do primeiro plano de contenção, que essa prática tem exercido uma função altamente eficiente na execução orçamentária, especialmente através da seleção dos investimentos e da hierarquização dos dispêndios de custeio.

O caráter não impositivo da lei orçamentária admite, de princípio, a adoção desses planos. Tanto assim, que a lei orçamentária para 1958 incluía artigo em que autorizava o Poder Executivo a elaborar planos de contenção.

Em 1958, viu-se o Govêrno na contingência de elaborar um plano de contenção de despesas no total de Cr\$ 17.000.000.000,00 (dezessete bilhões de cruzeiros), face às dificuldades financeiras existentes.

Posteriormente, verificou-se que a receita arrecadada ainda se mostrava insuficiente para fazer frente aos pesados encargos do Tesouro, especialmente àqueles decorrentes de despesas a serem atendidas à conta dos arts. 46 e 48 do Código de Contabilidade da União e da transferência de Restos a Pagar, Créditos Especiais e de Fundos Especiais, de exercícios anteriores.

Tornou-se imperioso, novamente, lançar mão de outros meios de contenção. Nessa oportunidade, elaborou-se um Fundo de Reserva, no total de Cr\$ 10.000.000.000,00 (dez bilhões de cruzeiros), no qual a liberação dos recursos nêle incluídos ficava, de princípio, sujeita à compensação de outros recursos não utilizáveis pela administração ou à rentabilidade efetiva da receita pública.

Cumprê ressaltar que, pela primeira vez, foram adotadas medidas objetivas de planejamento da execução orçamentária e extra-orçamentária.

O Decreto n.º 44.058, de 22 de julho de 1958, que estabelece os níveis ministeriais na constituição do referido Fundo de Reserva, as nor-

mas de sua execução, bem como a distribuição das despesas por cotas mensais e quadrimestrais, determina a necessária sincronização entre a arrecadação da receita e o pagamento da despesa. O mecanismo estabelecido corresponde, em linhas gerais, aos sistemas de "allotments" e «apportionments» utilizados, há mais de dez anos, nos Estados Unidos da América.

Como medida de política financeira, a introdução do Fundo de Reserva e dos sistemas de planejamento da execução orçamentária e extra-orçamentária, através da cotização da receita e da despesa, representa o mais sério esforço no sentido da racionalização da administração orçamentária.

Eis como se apresenta, nas suas linhas gerais, o Plano de Contenção de Despesas:

PLANO DE CONTENÇÃO DE DESPESAS PARA 1958

SUBANEXO	CONTENÇÃO	LIBERAÇÃO	NOVA
	APROVADA	AUTORIZAÇÃO	CONTENÇÃO
REDUÇÕES ESPECÍFICAS E TRANSFERÊNCIAS...			
Presidência da República.....	13.000.000	—	13.000.000
Ministério da Aeronáutica.....	899.407.500	536.182.000	363.225.500
Ministério da Agricultura.....	2.417.495.400	443.069.745	1.974.425.655
Ministério da Educação e Cultura.....	1.299.535.730	113.714.000	1.185.821.730
Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	50.928.000	24.088.700	26.839.300
Ministério da Saúde.....	798.515.757	288.760.940	509.754.817
Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ..	115.008.000	49.688.500	65.319.500
Ministério da Viação e Obras Públicas.....	6.896.813.005	3.142.477.848	3.754.335.157
Ministério da Fazenda.....	1.018.665.920	—	1.018.665.920
Ministério da Guerra.....	100.000.000	15.000.000	85.000.000
Ministério da Marinha.....	102.000.000	—	102.000.000
Conselho de Segurança Nacional.....	201.200.000	—	201.200.000
Comissão do Vale do São Francisco.....	250.000.000	3.500.000	246.500.000
Fronteira Sudoeste do País.....	500.000.000	53.000.000	447.000.000
Superintendência do Plano de Valorização Econô- mica da Amazônia.....	2.312.441.896	—	2.312.441.896
SUBTOTAL.....	16.975.011.208	4.669.481.733	12.305.529.475
Fundo de Reserva.....	10.000.000.000	6.194.745.487	3.805.254.513
TOTAL.....	26.975.011.208	10.864.227.220	16.110.783.988

Verifica-se que da contenção estabelecida, no montante de 27 bilhões (Plano de Contenção acrescido do Fundo de Reserva), o Governo autorizou liberações no total de apenas Cr\$ 2.097.574.968,00, ou seja, menos Cr\$ 2.410.569.464,00 em relação ao exercício de 1957 (Cr\$ 4.508.144.432,00 de liberações efetivamente realizadas), assinando-se que nessas liberações autorizadas em 1958, incluem-se cerca de Cr\$ 1.000.000.000,00 para o Nordeste, em virtude da calamidade que assolou aquela região do País.

Orçamento das autarquias — Padronização de orçamentos e balanços — O problema da padronização de orçamentos e balanços foi objeto de novos estudos em 1958. Vários países já têm tentado a referida padronização sem contudo conseguirem resultados satisfatórios. O Brasil, neste particular, tem sido mais feliz. Assim atesta o exemplo do Decreto-lei n.º 2.416, de 1940.

Contudo, em relação às autarquias já não mais satisfazem os estudos preliminares realizados por volta de 1940, de que resultaram as normas em vigor.

Com a colaboração de vários especialistas na matéria, foi elaborado novo padrão de orçamento e balanço para as autarquias, em moldes semelhantes aos adotados no orçamento federal.

Esse projeto, que se encontra em fase final, testado previamente por inúmeras organizações descentralizadas, e que deverá ser pôsto em vigor em 1959, excede os limites das administrações paraestatais, pois visa atingir, inclusive, as entidades colaboradoras da administração federal nitidamente reconhecidas de direito privado, como o SESC, SENAC, SESI, SENAI e outros.

Convém esclarecer, neste particular, que algumas tentativas isoladas da padronização já foram levadas a efeito, com sucesso, em relação aos Estados e Municípios. Com a colaboração do Governo Federal foram alteradas as formas de apresentação dos orçamentos da Prefeitura de Belo Horizonte e do Estado de Santa Catarina, sem quebra, inclusive, das normas adotadas pelo citado Decreto-lei n.º 2.416, de 1940.

Viagens de estudo e observação — Há muito se fazia sentir a necessidade de um programa sistemático de viagens ao interior do país para conhecimento das necessidades e dos problemas específicos das unidades administrativas federais espalhadas por todo o território nacional.

Essas viagens não se destinam a inspeções orçamentárias diretas, pois, têm em vista, pelo contrário, observar a regularidade da execução administrativa e, de modo particular, da execução orçamentária da União. O sistema orçamentário, tal como existe, só pode funcionar satisfatoriamente se as unidades que o compõem estiverem adequadas às suas finalidades, funcionando com um índice de rendimento capaz de garantir a necessária coordenação do trabalho de conjunto. Deve-se lembrar que existem, atualmente, cerca de 1.000 unidades orçamentárias maiores, algumas delas se desdobrando em mais de 500 unidades menores, distribuídas por todo o território nacional.

Os resultados já alcançados levam a admitir maior desenvolvimento em 1959, quando então serão lançadas as bases para a inspeção direta. Tenta-se, com isso, transformar o contróle aritmético e moral, hoje exercido, em efetivo contróle de trabalho realmente realizado. A comprovação pura e simples das despesas não mais satisfaz, tornando-se necessário o exame da conveniência, da oportunidade e do mérito dos empreendimentos administrativos em execução ou realizados.

* * *

Completando a série de informações relativas ao processo orçamentário, seguem cinco quadros referentes à receita e despesa, no período de 1947 a 1959. Êsses quadros permitem conhecer as várias mutações por que passou a proposta orçamentária, quer no Congresso Nacional, quer em relação à execução orçamentária propriamente dita.

ORÇAMENTO NO PERIODO DE 1947 a 1959

ANOS	RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA
1947.....	12.003.650.000	11.990.123.723	+ 13.526.277
1948.....	14.597.320.000	14.596.041.044	+ 1.278.560
1949.....	18.228.650.000	19.370.015.769	- 1.141.365.769
1950.....	18.775.228.000	22.290.416.784	- 3.515.188.784
1951.....	20.550.211.000	22.868.232.413	- 2.318.021.413
1952.....	25.536.889.000	25.431.261.772	+ 105.627.228
1953.....	34.295.230.000	34.004.996.741	+ 290.233.259
1954.....	46.042.189.000	45.051.852.754	+ 990.336.246
1955.....	53.482.060.000	56.695.247.573	- 3.113.187.573
1956.....	70.960.354.000	71.505.208.940	- 544.874.940
1957.....	98.257.553.00	115.971.917.100	- 17.714.364.100
1958.....	130.234.163.000	140.527.396.138	- 10.293.233.138
1959.....	147.671.328.000	156.226.543.201	- 8.555.215.201

DIFERENÇA ENTRE AS PROPOSTAS ORÇAMENTÁRIAS E OS ORÇAMENTOS APROVADOS NO PERIODO DE 1947 A 1959

DESPESA

ANOS	PROPOSTA ORÇAMENTARIA	ORÇAMENTO	DIFERENÇA
1947.....	11.447.639.218	11.990.123.723	+ 542.484.505
1948.....	13.657.406.713	14.596.041.044	+ 938.634.331
1949.....	17.440.130.588	19.370.015.769	+ 1.929.885.181
1950.....	20.349.376.098	22.290.416.784	+ 1.941.040.686
1951.....	21.355.885.240	22.868.232.413	+ 1.512.347.173
1952.....	23.224.077.349	25.431.261.772	+ 2.207.184.423
1953.....	30.482.151.139	34.004.996.741	+ 3.522.845.602
1954.....	41.997.703.812	45.051.852.754	+ 3.054.148.942
1955.....	51.572.950.132	56.695.247.573	+ 5.122.297.441
1956.....	64.943.249.984	71.505.208.940	+ 6.561.958.956
1957.....	99.806.395.571	115.941.917.100	+ 16.165.521.529
1958.....	120.721.362.981	140.527.396.138	+ 19.806.033.157
1959.....	138.009.415.460	156.226.543.201	+ 18.217.127.741

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO DE 1947 A 1959

ANOS	RECEITA	DESPESA	DIFERENÇA
1947.....	12.118.648.000	11.447.639.218	+ 671.008.782
1948.....	13.657.496.000	13.657.406.713	+ 89.287
1949.....	17.451.150.000	17.440.130.588	+ 11.019.412
1950.....	20.353.972.000	20.349.376.098	+ 4.595.902
1951.....	20.393.611.000	21.355.885.240	- 962.274.240
1952.....	23.233.210.000	23.224.077.349	+ 9.132.651
1953.....	30.509.000.000	30.482.151.139	+ 26.848.861
1954.....	41.998.189.000	41.997.703.812	+ 485.188
1955.....	51.582.832.000	51.572.950.132	+ 9.881.868
1956.....	62.673.945.000	64.943.249.984	- 2.269.304.984
1957.....	75.938.280.000	99.806.395.571	- 23.868.115.571
1958.....	111.069.570.000	120.721.362.981	- 9.651.792.981
1959.....	138.073.328.000	138.009.415.460	+ 63.912.540

DESPESAS PROPOSTAS E DESPESAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 1947 a 1959

ANOS	PROPOSTA	REALIZADA	DIFERENÇA
1947.....	11.447.639.218	11.683.838.135	+ 236.198.917
1948.....	13.657.406.713	13.686.354.117	+ 28.947.407
1949.....	17.440.130.588	18.759.985.132	+ 1.319.854.544
1950.....	20.349.376.098	23.669.854.385	+ 3.320.478.287
1951.....	21.355.885.240	23.548.429.280	+ 2.192.544.040
1952.....	23.224.077.349	28.460.744.732	+ 5.236.667.383
1953.....	30.482.151.139	39.925.491.496	+ 9.443.340.357
1954.....	41.997.703.812	49.250.116.710	+ 7.252.412.898
1955.....	51.572.950.132	63.286.948.715	+ 11.713.998.583
1956.....	64.943.249.984	107.028.203.311	+ 42.084.953.327
1957.....	99.806.395.571	117.811.590.802	+ 18.005.195.231
1958.....	120.721.362.981	148.478.452.289	+ 27.757.089.308
1959.....	138.009.415.460	(*) 156.226.543.201	+ 18.217.127.741

(*)Despesa constante da lei orçamentária.

RECEITAS PREVISTAS E ARRECADADAS NO PERÍODO DE 1947 a 1959

ANOS	PREVISTA	ARRECADADA	DIFERENÇA
1947.....	12.003.650.000	13.853.466.619	+ 1.849.816.519
1948.....	14.597.320.000	15.698.971.246	+ 1.101.651.246
1949.....	18.228.650.000	17.916.540.415	- 312.109.585
1950.....	18.775.228.000	19.372.788.320	+ 597.560.320
1951.....	20.550.211.000	27.428.003.700	+ 6.877.792.700
1952.....	25.536.889.000	30.739.616.699	+ 5.202.727.699
1953.....	34.295.230.000	36.741.830.979	+ 2.446.600.979
1954.....	46.042.189.000	46.132.825.633	+ 90.636.633
1955.....	50.482.060.000	55.459.953.331	+ 1.977.893.331
1956.....	70.960.334.000	70.353.568.860	- 606.765.140
1957.....	98.257.553.000	85.470.619.082	- 12.786.933.918
1958.....	130.234.163.000	117.816.368.250	- 12.417.794.750
1959.....	138.073.328.000	(*) 147.671.328.000	+ 9.598.000.000

(*) ORÇADA.

ORGANIZAÇÃO

No setor de organização, extensa e complexa é a ação do D.A.S.P. De sua competência, podemos enumerar, entre outras, as seguintes atribuições básicas:

I — proceder ao levantamento da estrutura da administração federal, mantendo atualizados os respectivos registros;

II — coligir, para estudos comparativos, informações sobre outras administrações, públicas ou privadas;

III — divulgar o "Indicador da Administração Pública Federal", cooperando com as unidades administrativas do país que editem publicações congêneres;

IV — elaborar projetos de reestruturação da administração federal, supervisionando sua implantação progressiva, quando aprovados;

V — aconselhar a supressão de órgãos que se tornaram superados por força da mudança de condições, a transformação dos que, pelo mesmo motivo, perderem funções ou adquirirem outras e a criação dos que venham atender a necessidades novas;

VI — propor a eliminação de duplicidade, concorrência e oposição de funções que se evidenciarem pelo levantamento da estrutura da administração federal ou por qualquer outra forma;

VII — observar a adequação estrutural dos órgãos administrativos às suas finalidades, aconselhando as modificações convenientes;

VIII — colaborar com as autoridades que pretendam reorganizar as repartições pelas quais respondem;

IX — estudar e dar parecer sobre projetos de estruturas e de regimentos das repartições federais;

X — orientar e colaborar, sob o ponto de vista técnico, com os órgãos de organização dos Ministérios;

XI — realizar trabalhos de sua especialidade para organizações estaduais, municipais, territoriais e paraestatais, quando solicitado ou em virtude de recomendação superior.

Verifica-se, inicialmente, que a atribuição constante do item V ainda não pôde ser desempenhada a contento, em consequência da falta de servidores altamente qualificados. Com efeito, parte desses se acha em exercício em outros órgãos da administração pública, tais como a Petrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e outros. Há insuficiência de pessoal para atender ao volume de processos encaminhados para estudos e pareceres. Sugerir a criação de órgãos, a supressão ou transformação de outros que se tornaram superados por força da mudança de condições ou adquiriram novas funções, em virtude mesmo da evolução administrativa que se processa incessantemente, é tarefa que exige o trabalho continuado de servidores de vários níveis, dedicados exclusivamente a essa matéria e orientados por um meticoloso plano de eliminação de coincidências e colidências.

Um rápido exame do organograma geral da administração pública federal revela, sem grande esforço, a existência de repartições que desempenham tarefas análogas às de outras. Já se encontra mesmo em debate no Congresso Nacional um plano geral de reforma administrativa, como é do conhecimento geral.

Por outro lado, a análise sistemática da competência de cada repartição ou serviço demonstra que a mesma tarefa é cometida simultaneamente a uma ou mais repartições, tudo isso resultando em pesada carga para os cofres públicos.

O estudo e as providências que se fazem necessárias em virtude de tais coincidências e colidências representa, pois, uma necessidade inadiável do serviço público, consideradas, sobretudo, as repercussões orçamentárias da duplicidade ou multiplicidade de execução de uma mesma atribuição.

A seguir temos uma discriminação dos trabalhos realizados pelo D.A.S.P., em matéria de organização:

I — estudo, elaboração ou revisão de projetos de regimento ou regulamento:

a) Regimento do serviço de Alimentação da Previdência Social — S.A.P.S. (Decreto n.º 45.096, de 22 de dezembro de 1958);

b) Regimento da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos — CAPFESP (Decreto n.º 43.922, de 20 de junho de 1958);

c) Campanha Nacional de Teatro (Decreto n.º 43.928, de 26 de junho de 1958);

d) Regimento do Serviço Nacional do Teatro (Decreto n.º 44.318, de 21 de agosto de 1958);

e) Regulamento da Comissão de Desenvolvimento do Planalto de Ibiapaba (Decreto n.º 44.684, de 20 de outubro de 1958);

f) Regimento do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem — D.N.E.R. (Decreto n.º 44.656, de 17 de outubro de 1958);

g) Estatuto da Universidade da Bahia (Decreto n.º 43.804, de 23 de maio de 1958);

h) Regimento do Arquivo Nacional (Decreto n.º 44.862, de 21 de novembro de 1958).

II — estudo para criação ou reforma de repartições e serviços:

a) criação de um Centro de Cooperação Técnica, no Instituto de Óleos (Decreto n.º 44.222, de 31 de julho de 1958);

b) transformação do serviço Especial de Saúde Pública em uma Fundação (Projeto n.º 4.773-58, na Câmara dos Deputados);

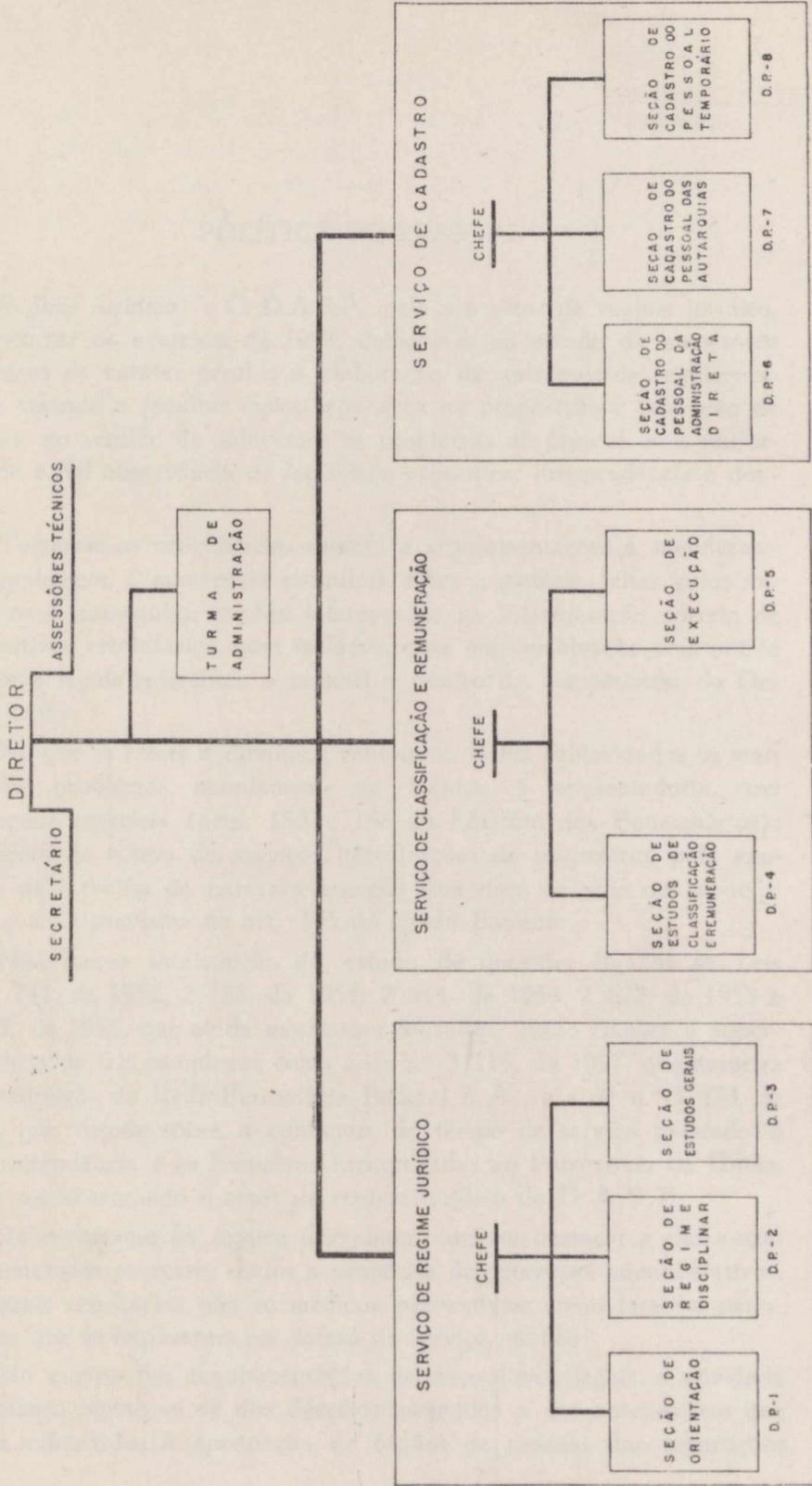
c) criação da Estação Florestal de Experimentação de Ubajara, Ceará (Decreto n.º 43.542, de 10 de abril de 1958).

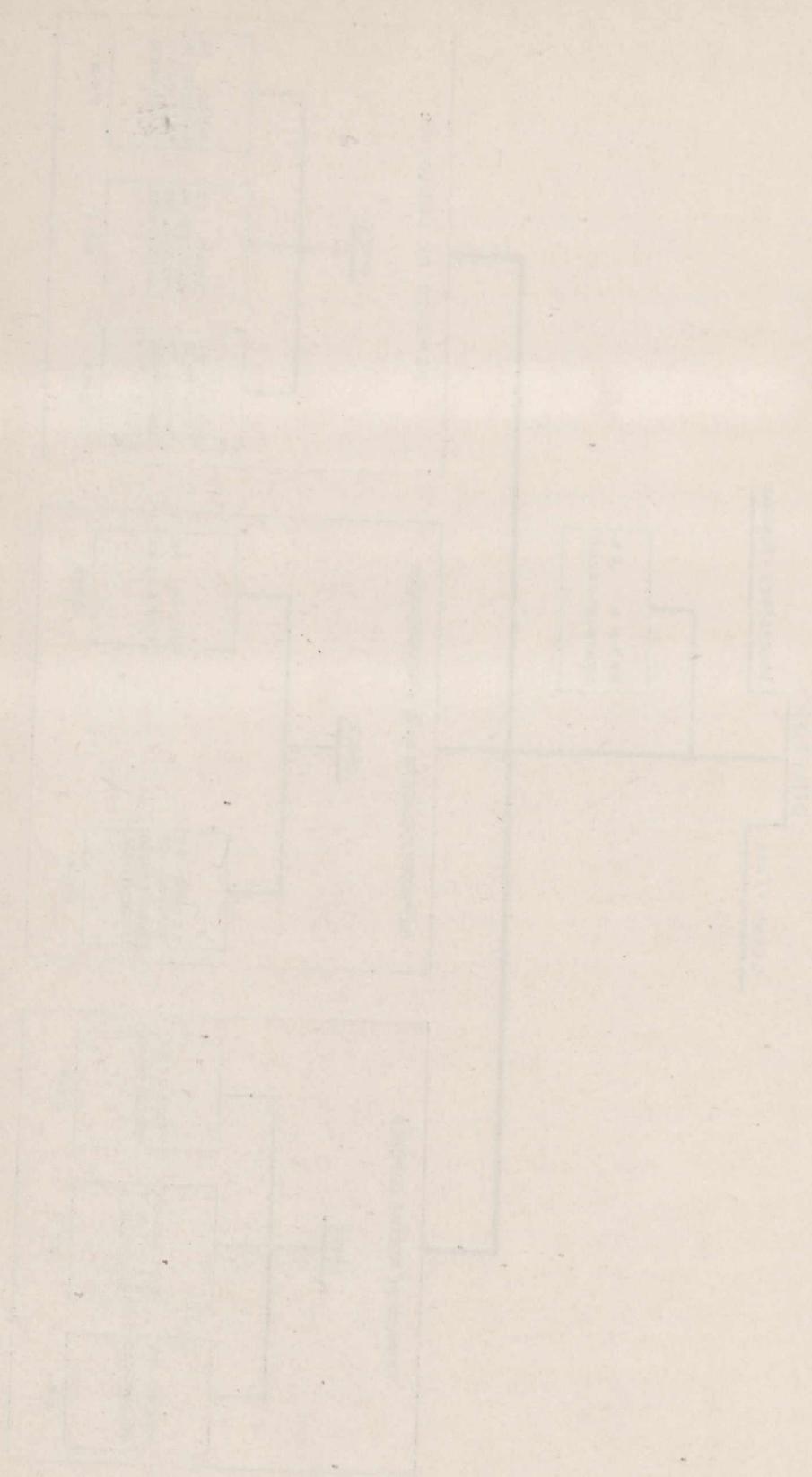
III — colaboração com entidades diversas:

Fundação de Assistência aos Garimpeiros (estrutura administrativa).

Foram, ainda, dados pareceres sôbre o regime de cotas da produção, estabelecido na Lei n.º 3.137, de 1957.

DIVISÃO DE PESSOAL





PLANNING OF THE CITY

POLÍTICA DE PESSOAL

Regime jurídico — O D.A.S.P., pelo seu setor de regime jurídico, no decorrer do exercício de 1958, dedicou-se ao estudo de numerosos processos de caráter geral e à elaboração de anteprojetos regulamentares, visando a facultar maior segurança na proposição e aplicação de normas, no sentido de solucionar os problemas de pessoal, com uniformidade e fiel observância da legislação específica, jurisprudência e doutrina.

Tomaram-se providências quanto a regulamentações e atenderam-se, igualmente, a numerosas consultas sôbre a matéria, feitas pelos ministérios e autarquias, sempre interessados na interpretação correta de dispositivos estatutários, quer isolados, quer em combinação com outros diplomas legais referentes a pessoal e dentro da competência do Departamento.

No que se refere a direitos e vantagens, foram solucionados os mais variados problemas, notadamente no tocante à aposentadoria com vantagens especiais (arts. 180 e 184 do Estatuto dos Funcionários); contagem de tempo de serviço; gratificações de magistério, pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida ou saúde, e outras mais previstas no art. 145 do citado Estatuto.

Não houve interrupção no estudo de questões ligadas às Leis ns. 1.741, de 1952, 2.188, de 1954, 2.844, de 1954, 2.622, de 1955 e 2.745, de 1956, que ainda motivaram consultas, muito embora a superveniência de leis complexas como a de n.º 3.115, de 1957, que autoriza a constituição da Rêde Ferroviária Federal S.A., e a de n.º 3.433, de 1958, que dispõe sôbre a contagem de tempo de serviço prestado à Superintendência e às Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, tenha sobrecarregado o setor de regime jurídico do D.A.S.P.

Relativamente ao regime disciplinar, convém destacar a elaboração de numerosos pareceres dados a propósito de processos administrativos, dos quais resultaram não só medidas preventivas, como também penalidades que se impuseram em defesa do serviço público.

No campo das regulamentações de dispositivos legais, a atividade foi intensa, como se vê dos decretos assinados e dos anteprojetos que foram submetidos à apreciação de órgãos de pessoal das repartições

públicas, para que entrem em pauta no Conselho de Administração de Pessoal.

Dentre os assuntos estudados, podem-se assinalar aquêles referentes aos seguintes assuntos: gratificação pela execução de trabalho especial, com risco de vida ou saúde; gratificação pelo exercício em determinadas zonas ou locais; gratificação pela execução de trabalho técnico ou científico; diárias e declaração de bens.

Cadastro de pessoal — Anteriormente à aprovação do novo Regulamento do D.A.S.P. (Decreto n.º 41.955, de 1957), cabia-lhe manter, apenas, os registros numérico e nominal dos funcionários públicos e extranumerários mensalistas da União.

Expedido aquêle diploma, foi determinada a organização de registros idênticos para o pessoal das autarquias, pessoal extranumerário contratado e tarefeiro e aquêle pago à conta das dotações globais. Em consequência, foram adotadas, em 1958, as providências indispensáveis para o cumprimento cabal dessas novas atribuições.

Com a instituição do Boletim de Pessoal dos órgãos da administração indireta (Decreto n.º 43.925, de 1958), ficou bastante facilitado o trabalho de controle dos atos de provimento e vacância dos quadros das autarquias.

De acôrdo com êsse diploma legal, foi iniciada uma fiscalização não só dos atos mencionados como ainda daqueles que outorgam concessões e vantagens ao pessoal autárquico.

Na parte referente ao pessoal pago por verbas globais, além da criação dos cadastros, já citados, convém ressaltar que foram examinados inúmeros planos de aplicação de dotações.

No início do exercício, foram expedidas, pela Secretaria da Presidência da República, normas para o pagamento do pessoal custeado por dotações globais, tendo sido formuladas várias representações contra órgãos que deixaram de observar as recomendações feitas.

Admissão no serviço público — Não poupando o Governo esforços para imprimir à administração pública um sentido altamente moralizador e construtivo, pôs em prática, em 1958, novas medidas de austeridade. Pelo Decreto n.º 43.716, de 19 de maio de 1958, ficaram vedadas as admissões e nomeações de servidores nos quadros e tabelas da administração pública centralizada e autárquica. Posteriormente, o Decreto n.º 44.606, de 4 de outubro de 1958, prorrogou esta proibição até abril de 1959.

Em consequência, para os órgãos da administração centralizada foram feitas, em 1958, apenas 168 indicações de candidatos a funções de extranumerário mensalista, tendo sido proposta a nomeação de 219 candidatos habilitados em concurso.

Classificação e remuneração — Uma das principais tarefas realizadas pelo D.A.S.P., no setor de classificação e remuneração, se traduz na constante atenção ao Plano de Classificação de Cargos, em tramitação no Congresso Nacional. Para êsse fim, foram organizados mapas comparativos ao Anexo I dos projetos ns. 4.844, de 1954, 1.853, de 1956 e do substitutivo a êste último, visto que o órgão é chamado a opinar sôbre as emendas apresentadas nas duas Casas do Congresso, ou a assessorar-lhe os trabalhos. O Anexo I, cumpre frisar, compreende a parte principal do Plano de Classificação, uma vez que consubstancia o próprio sistema, englobando tôdas as séries de classes ou classes singulares previstas para o serviço público federal. Trabalho de síntese, porém de grande amplitude, é executado quase que sem intermitência durante a tramitação do Plano no Congresso.

Com relação ao substitutivo apresentado ao projeto n.º 1.853, de 1956, analisaram-se, comparativamente, tôdas as emendas, aprovadas ou não, a fim de incluí-las no novo projeto que substituiria o próprio substitutivo ao projeto n.º 1.853. O trabalho requereu acurados estudos, apreciando-se o lado técnico de cada emenda e sua repercussão sôbre o arcabouço do Plano.

Como base preliminar ao estudo das emendas do projeto n.º 1.853, e do substitutivo a êle apresentado, foram convocados os interessados para que apresentassem sugestões, concedendo-se entrevistas a todos os que procuraram o D.A.S.P. para apelos ou reclamações. Em consequência, obteve-se um número avultado de sugestões isoladas e outras apresentadas por comissões (286) de funcionários. Depois de verificado o mérito de cada uma, incluíram-se no mais recente projeto as que não contrariavam o critério geral e o aspecto técnico do Plano.

Ainda com referência aos projetos que foram remetidos ao Congresso, fêz-se o reexame da "Lista de Enquadramento" que, como o sistema (Anexo I), compreende todos os órgãos e funções atuais do serviço público federal. Êsse reexame e a revisão do Plano, à medida que tramita no Congresso e recebe emendas, constituem tarefas indispensáveis e inadiáveis do D.A.S.P., razão por que o seu volume varia de acôrdo com o andamento dos trabalhos legislativos ligados ao assunto. Em 1958, houve necessidade de ativar os trabalhos e empregar o máximo de esforços para acompanhar, passo a passo, tudo que se relacionasse com o Plano.

Tendo em vista as grandes alterações que sofreram os primitivos projetos, iniciou o D.A.S.P. a revisão das especificações de classes, a fim de adaptá-las aos novos critérios que se fixaram com a redistribuição das classes e séries de classes.

Como órgão técnico, o D.A.S.P. prestou colaboração ao Governo do Estado de Minas Gerais na elaboração de seu plano de classificação de cargos.

A atividade do D.A.S.P., porém, nesse setor especializado, não se circunscreeve ao Plano. Assim, na parte referente aos processos gerais sobre classificação e remuneração, deve ser destacado o trabalho de revisão e retificação dos quadros e tabelas das autarquias, bem como o dos órgãos subordinados aos Ministérios ou à Presidência da República, aumentado, consideravelmente, depois da Lei n.º 2.745, de 12 de março de 1956, que obrigou à aprovação prévia do Presidente da República quaisquer alterações em seus quadros ou tabelas.

Entre os assuntos que com maior freqüência se apresentaram durante o ano de 1958, destacam-se as retificações de tabelas especiais de extranumerários mensalistas e a transferência de funções dessas tabelas. Como é sabido, as tabelas especiais foram criadas com o advento da Lei n.º 1.765, de 1952. Porém, em virtude de não haver, até aquela data, registros fidedignos de pessoal diarista, beneficiado pela mesma lei, surgiram, naturalmente, após a aprovação das tabelas, incorreções que precisavam ser eliminadas. O trabalho, além do aumento constante de volume, acarreta estudos demorados, até a sua transformação em dispositivo legal, pela necessidade de serem compulsadas tabelas anteriores, documentos e outros elementos. A transferência de funções nessas tabelas é uma decorrência natural de sua contextura. De âmbito local, servindo às vezes a pequenas repartições, não pode o pessoal que as integra ser movimentado de acôrdo com as necessidades do serviço. Daí, também, acarretar essa modalidade de transferência grande volume de trabalho.

Cabe também destacar os expedientes elaborados para criação de funções gratificadas na administração direta e na descentralizada. Por exigência legal, as mesmas são criadas atendendo a certas exigências, como sejam, a existência de recursos orçamentários, a previsão das unidades correspondentes nos Regimentos dos órgãos que as solicitam etc. Em 1958, grande foi o número de decretos elaborados a êsse respeito, relativamente aos Ministérios da Fazenda, da Agricultura, da Viação e Obras Públicas, do Trabalho, Indústria e Comércio, ao Serviço Social Rural e à Universidade do Brasil.

Também por fôrça legal, o D.A.S.P. estudou processos relativos à admissão de extranumerários contratados e à renovação de contratos, bem como à admissão de tarefeiros. Embora menos freqüente que os demais, êsse encargo é de solução às vezes demorada, em virtude dos vários aspectos que envolve.

Sejam destacados, ainda, nos trabalhos realizados, o aproveitamento do pessoal dos estabelecimentos federalizados; mensagem com anteprojeto de lei sobre o aproveitamento de pessoal da Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio, incorporada ao patrimônio da União pela Lei n.º 3.077, de 1956; organização do quadro de pessoal do Serviço Social; organização da Tabela Única de Extranumerário Mensalista do Conselho Nacional do Petróleo; alteração dos quadros do Instituto Nacional de Imigração e Colonização e do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas; transformação dos diaristas do Instituto do Açúcar e do Alcool em mensalistas; aplicação, tanto à administração direta como às autarquias, da Lei número 3.205, de 15 de julho de 1957, que atribuiu novos padrões aos tesoureiros e tesoureiros-auxiliares.

Dessa longa lista, há trabalhos cuja execução consumiu muito tempo, não só em virtude de sua quantidade como de sua complexidade. Procedeu-se, ainda, à elaboração de tabelas do pessoal pago por economias administrativas do Ministério da Guerra, redigindo-se anteprojeto de lei.

* * *

A seguir encontram-se quadros numéricos referentes a vacância, provimento, cargos ou funções vagos nas carreiras e séries funcionais, cargos e funções vagos iniciais, e extinção de funções ou cargos no âmbito federal, em 1958, mostrando quanta economia tem havido no que se refere a pessoal no serviço público civil.

VACÂNCIA EM 1958

TIPO	FUNCIONÁRIO	EXTRANUMÉRARIO-MENSALISTA	TOTAL
Aposentadoria.....	2.270	1.532	3.802
Exoneração.....	421	254	675
Falecimento.....	51	142	193
Demissão.....	98	105	203
Dispensa.....	—	98	98
TOTAL GERAL.....	2.840	2.131	4.971

PROVIMENTO EM 1958

TIPO	FUNCIONÁRIO	EXTRANUMÉRARIO-MENSALISTA	TOTAL
Nomeação — Admissão.....	3.367	615	3.982
Aproveitamento.....	—	75	75
Reversão.....	25	11	36
Readmissão.....	10	55	65
Reintegração.....	10	1	11
TOTAL GERAL.....	3.412	757	4.169

CARGOS OU FUNÇÕES VAGOS NAS CARREIRAS E SÉRIES FUNCIONAIS

CLASSE OU REFERÊNCIA	QUANTIDADE	CUSTO ANUAL
O/31.....	75	15.300.000,00
N/30.....	60	11.160.000,00
M/29.....	97	16.878.000,00
L/28.....	110	17.878.000,00
K/27.....	222	30.636.000,00
J/26.....	237	28.440.000,00
I/25.....	335	36.582.000,00
H/24.....	317	31.573.200,00
G/23.....	299	26.910.000,00
F/22.....	442	57.128.000,00
E/21.....	525	40.950.000,00
D/20.....	391	28.152.000,00
C/19.....	401	25.022.400,00
B/18.....	424	24.192.000,00
A/1 a 17.....	388	17.692.800,00
TOTAL GERAL.....	4.323	388.494.400,00

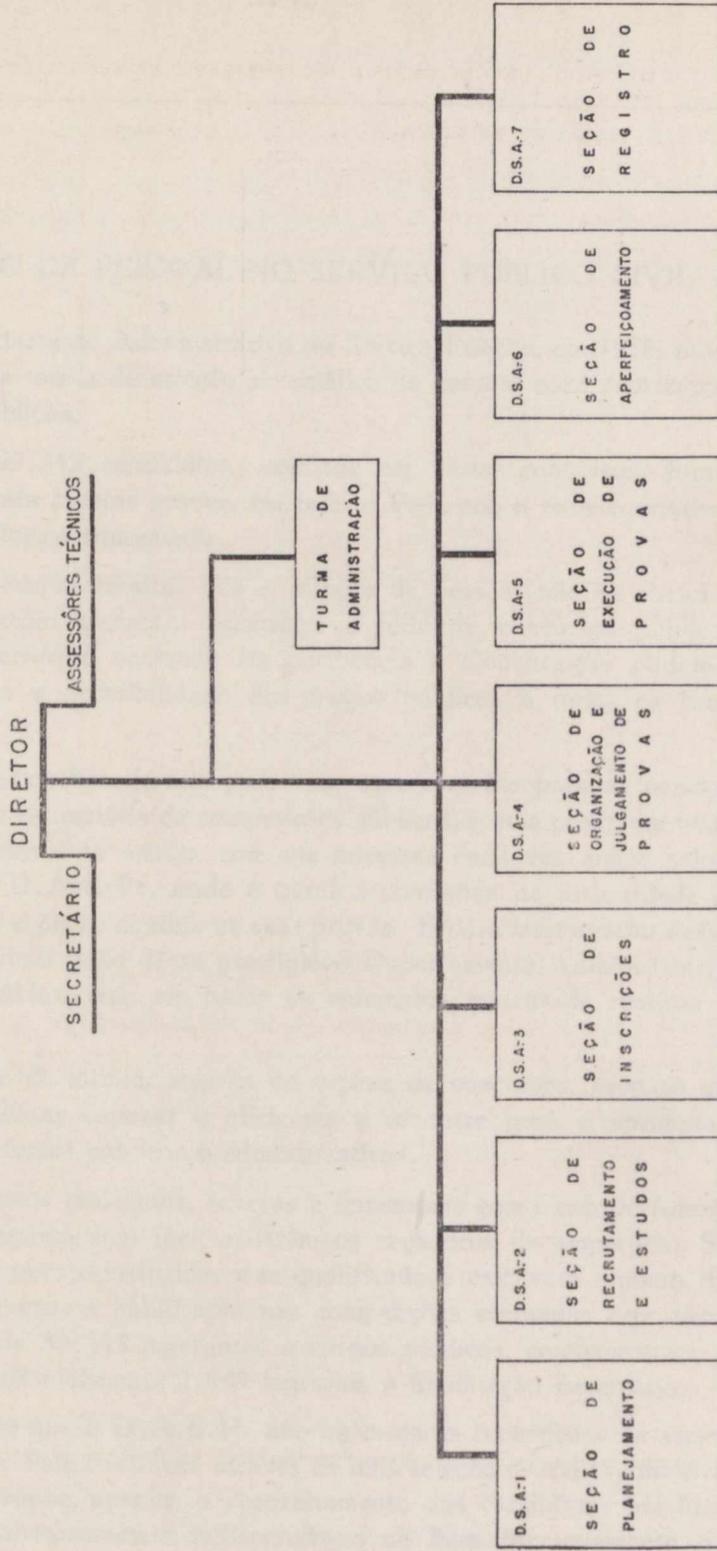
CARGOS E FUNÇÕES VAGOS INICIAIS

CLASSE OU REFERÊNCIA	QUANTIDADE	CUSTO ANUAL
O/31.....	—	—
N/30.....	—	—
M/29.....	—	—
L/28.....	6	936.000,00
K/27.....	78	10.764.000,00
J/26.....	38	4.560.000,00
I/25.....	31	3.385.200,00
H/24.....	161	16.035.600,00
G/23.....	39	3.510.000,00
F/22.....	74	6.216.000,00
E/21.....	298	23.244.000,00
D/20.....	126	9.072.000,00
C/19.....	208	12.979.200,00
B/18.....	213	12.268.800,00
A/1 a 17.....	312	14.227.200,00
TOTAL GERAL.....	1.584	117.198.000,00

EXTINÇÃO DE FUNÇÕES OU CARGOS

CLASSE OU REFERÊNCIA	QUANTIDADE	CUSTO ANUAL
O/31.....	—	—
N/30.....	—	—
M/29.....	4	696.000,00
L/28.....	6	936.000,00
K/27.....	15	2.070.000,00
J/26.....	174	20.880.000,00
I/25.....	3	327.600,00
H/24.....	48	4.780.800,00
G/23.....	6	540.000,00
F/22.....	31	2.604.000,00
E/21.....	124	9.672.000,00
D/20.....	10	720.000,00
C/19.....	137	8.548.800,00
B/18.....	90	5.184.000,00
A/1 a 17.....	62	2.827.200,00
TOTAL GERAL.....	710	59.786.400,00

DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO



SELEÇÃO DE PESSOAL NO SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

O Departamento Administrativo do Serviço Público, em 1958, prosseguiu em sua tarefa de seleção sistemática de pessoal para provimento de cargos públicos.

Assim, 59.343 candidatos, inscritos em vários concursos, foram convocados para prestar provas, em todo o País, sob o mais equitativo, preciso e uniforme tratamento.

Não é demais ressaltar que a seleção de pessoal não se circunscreve ao Distrito Federal; estende-se a rede de concursos públicos por todo o território nacional, em obediência à Constituição Federal, que determina a acessibilidade dos cargos públicos a todos os brasileiros.

O que se verifica de ano para ano, com surpresa para as pessoas desinformadas em matéria de competições públicas, é uma constante vitalização do sistema do mérito, com um interesse cada vez maior pelos concursos do D.A.S.P., onde é geral a confiança na austeridade e rigor com que o órgão conduz as suas provas. E para manutenção dessa confiança e preservação desse prestígio o Departamento Administrativo do Serviço Público tem, em todos os momentos, procurado realizar o melhor.

O sistema do mérito, através do regime de concursos, propicia ao Governo auxiliares capazes e eficientes e concorre para o aprimoramento dos costumes políticos e administrativos.

Os concursos realizados, severos e impessoais como sempre foram, eliminam o empreguismo fácil e detêm os caçadores de empregos. Se não, atente-se para o reduzido, mas qualificado e excelente número de pessoas que lograram habilitação nas competições efetuadas este ano. De um total de 59.343 aspirantes a cargos públicos, compareceram a concurso 26.263 e somente 2.549 lograram a habilitação necessária.

Acentue-se que o D.A.S.P. não abarrotava as repartições de servidores públicos. Pelo contrário, através de uma seleção metódica, objetiva e impessoal, propõe, apenas, o aproveitamento dos candidatos habilitados que são absolutamente indispensáveis ao bom funcionamento da máquina administrativa.

Os métodos usados para aferir a capacidade e o rendimento de instrução dos candidatos são os mais simples e práticos. Representam, no entanto, um científico instrumento de diagnóstico e de mensuração de rendimento escolar e profissional.

As provas adotadas — e vários são os tipos — que vêm recebendo apuro constante e sistemático, à proporção que se corporifica a experiência, possuem atributos irrecusáveis que incluem *objetividade e base experimental*: I) Simplicidade, II) — Uniformidade, III) — Facilidade de computação, IV) — Valor fixo, V) — Invariabilidade das questões, VI) — Invariabilidade das respostas, VII) — Invariabilidade de julgamento, VIII) — Rapidez na aplicação, IX) — Presteza no julgamento, e X) — Aplicação econômica.

Aos menos avisados pode parecer fácil realizar concursos. Entretanto, essa concepção simplista e inconsiderada leva a resultados desastrosos, com repercussões seríssimas para a normalidade administrativa, pois na realização de concursos públicos nada se pode improvisar. Tudo tem que ser planejado, ordenado e coordenado.

Não obstante os reduzidos recursos de que vem dispondo, o Departamento Administrativo do Serviço Público já apresenta uma desejável tradição em assuntos especializados de concursos e provas. Vencendo, através dos anos, as incompreensões e resistências dos que se opõem ao progresso material resultante dos concursos públicos, o D.A.S.P., que recebe do atual Governo um apoio tranqüilo e expressivo, está a pouco e pouco aprimorando a sua técnica de exames.

De fato, com o Decreto n.º 41.955, de 3 de agosto de 1957, que aprovou o seu novo Regimento, foi criado um setor de recrutamento e estudos, que tem a incumbência precípua de:

I — propor e tomar providências destinadas à criação, manutenção e desenvolvimento dos mercados de trabalho;

II — adotar processos e práticas aconselháveis para atrair e orientar candidatos às funções e cargos do serviço público civil federal;

III — promover ampla divulgação não só das oportunidades que se apresentem no serviço público, como também da abertura de concursos;

IV — manter-se em contato com estabelecimentos de ensino, associações profissionais, técnicas ou culturais, sindicatos, institutos de orientação profissional e quaisquer outras fontes de recrutamento, fazendo, junto a eles, propaganda das oportunidades que se oferecem no serviço público civil;

V — manter registro das pessoas que se mostrem interessadas ou que pareçam habilitadas a certas atividades, e comunicar-lhes as oportunidades que se lhes oferecem;

VI — coligir e analisar dados estatísticos, resultantes dos processos de seleção adotados e propor as modificações que tais análises ensejarem, a fim de tornar mais eficiente o rendimento da seleção;

VII — realizar o estudo da validade, fidedignidade, seletividade e outros característicos das provas aplicadas, a fim de possibilitar a melhoria dos instrumentos de exame;

VIII — manter estreita articulação com os cursos de aperfeiçoamento federais, a fim de utilizar suas clientelas como campo de observação e estudo de técnicas de exame;

IX — manter atualizados arquivos dos estudos empreendidos.

E' evidente que os trabalhos essenciais dessa nova unidade irão dar à seleção de pessoal, em futuro próximo, a estrutura básica de que carece e precisa.

E isso porque, o D.A.S.P., não obstante o respeito que consagra às experiências dos estudiosos do assunto, vai fazendo, nesse campo, trabalho de pioneiro, sem desfrutar as peculiaridades do meio, ou seja, a realidade ambiente.

A técnica de exames não se pode subordinar, incondicionalmente, às opiniões, às vêzes meramente teóricas e vazias de realismo, de tratadistas e doutrinadores. Assim, ao invés de conceder privilégios de infalibilidade às afirmações correntes, vai, prudentemente, nesse setor, construindo as suas próprias normas e princípios, onde não são acolhidos processos teóricos e acadêmicos que se divorciem da realidade brasileira.

O propósito dominante é que os conhecimentos exigidos em concursos sejam, efetivamente, orientados para aplicação imediata no exercício do cargo ou função a se preencher.

Crescendo sempre e ampliando de maneira soberba o seu campo de ação com metas precisas e definidas, o Brasil necessita de pessoal eficiente e capaz para os postos de liderança administrativa, o que só se conquista através de concursos objetivos, rigorosos e honestos, que estimulem os verdadeiros valores.

A seleção de pessoal qualificado para os diferentes postos da administração, não é, de fato, tudo. E', porém, inequivocamente, o sincero começo de tudo.

O Governo atual merece, nesse campo, os maiores encômios, pelo amparo decidido e forte que vem dando ao regime de concursos.

O Chefe do Governo, com o seu discortino de administrador experiente, sabe que o concurso público competitivo é o único instrumento que liquida com o empreguismo fácil e protege a máquina governamental contra os incapazes. E o seu pensamento, a êste respeito, aparece com clareza nas exatas e categóricas afirmações constantes de Mensagem enviada ao Congresso Nacional.

“Reconhecemos que, após quase duas décadas de esforços, o sistema do mérito foi implantado e consolidou-se auspiciosamente no âmbito da administração direta. Não é menos certo, entretanto, que êle ainda precisa impor-se no domínio da administração indireta, particularmente na administração das autarquias. Com efeito, nesse setor ainda não vem sendo cumprido de modo satisfatório o preceito constitucional, segundo o qual os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros”.

A fim de estabelecer, na prática administrativa dos órgãos autárquicos, a rigorosa e uniforme obediência ao regime de concursos, para admissão de pessoal, o D.A.S.P. está procedendo a estudos cuidadosos que serão, dentro em breve, levados a exame do Presidente da República.

* * *

As tabelas e gráficos que se seguem são o espelho do trabalho do D.A.S.P., em 1958, no setor de seleção e recrutamento. Aliás, êsse ano lidera o número de inscrições feitas somente em concursos, (48.714), quase se aproximando do total de inscrições realizadas no ano de 1943 (49.740) relativas a concursos e provas de habilitação. A partir de 9 de agosto de 1954, a Lei n.º 2.284, ressalvadas as exceções legais, não mais permitiu o ingresso de extranumerários mensalistas e, em face disso, não mais se realizaram provas de habilitação. O ano de 1958 foi de real trabalho para a seleção de pessoal destinado ao serviço público federal.

QUADRO I

INSTRUÇÕES DE CONCURSOS E PROVAS DE HABILITAÇÃO

Carreiras e séries funcionais para as quais foram elaboradas instruções reguladoras dos respectivos concursos e provas de habilitação.

CARREIRAS OU SÉRIES FUNCIONAIS	REPARTIÇÃO
Administração direta	
CONCURSOS	
Afinador de metais da Casa da Moeda.....	M. F.
Artífice de Manutenção da Casa da Moeda.....	M. F.
Cunhador da Casa da Moeda.....	M. F.
Eletricista da Casa da Moeda.....	M. F.
Fundidor da Casa da Moeda.....	M. F.
Galvanoplasta da Casa da Moeda.....	M. F.
Impressor de Valores da Casa da Moeda.....	M. F.
Mecânico da Casa da Moeda.....	M. F.
Medalhista da Casa da Moeda.....	M. F.
Tecnologista-Engenheiro.....	M. T. I. C.
PRÓVAS DE HABILITAÇÃO	
Auxiliar de Cunjagem.....	M. F.
Auxiliar de Mecânico.....	M. F.
Auxiliar de Impressor de Valores.....	M. F.
Auxiliar de Medalhista.....	M. F.
Auxiliar de Gravador.....	M. F.
Auxiliar de Eletricista.....	M. F.
Auxiliar de Fundidor.....	M. F.
Auxiliar de Galvanoplasta.....	M. F.
Auxiliar de Obras e Reparos.....	M. F.
OUTROS ÓRGÃOS (COLABORAÇÃO)	
Autarquias	
Agrônomo de Colonização.....	I. N. I. C.
Agrônomo Cooperativista.....	I. N. I. C.
Agrônomo Sociólogo Rural.....	I. N. I. D.
Auxiliar.....	I. N. I. C.
Assistente Jurídico.....	I. N. I. C.
Bibliotecário.....	I. N. I. C.
Contador.....	I. N. I. C.
Documentarista.....	I. N. I. C.
Engenheiro.....	I. N. I. C.
Inspetor de Imigração.....	I. N. I. C.
Médico.....	I. N. I. C.
Radiotelegrafista.....	I. N. I. C.
Técnico de Migração.....	I. N. I. C.
Tesoureiro Auxiliar.....	I. N. I. C.
Topógrafo.....	I. N. I. C.
Economia Mista	
Datilógrafo.....	C. N. S. A.
Escriturário.....	C. N. S. A.
TRIBUNAL DE CONTAS	
Contador.....	T. C.
PROVAS DE SUFICIENCIA	
Guarda de Presos.....	M. J. N. I.

Tôdas essas Instruções envolveram feitura de programas que se basearam em cuidadosa análise de trabalho

QUADRO II

INSTRUÇÕES DE CONCURSOS E PROVAS DE HABILITAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA

CARREIRAS E SÉRIES	REPARTIÇÃO
CARREIRAS	
Desenhista.....	S. P. F.
Farmacêutico.....	S. P. F.
Fiscal Auxiliar de Impostos Internos.....	M. F.
SÉRIES FUNCIONAIS	
Artífice Auxiliar.....	S. P. F.
Assistente Administrativo.....	M. A.
Atendente.....	M. A.
Auxiliar.....	M. M.
Auxiliar de Aeródromo.....	M. A.
Auxiliar de Engenheiro.....	M. V. O. P.
Auxiliar de Inspetor.....	M. A.
Auxiliar de Sericultor.....	M. A.
Auxiliar de Serviço.....	M. A.
Mestre de Carpintaria.....	S. P. F.
Operário.....	S. P. F.
Topógrafo.....	S. P. F.

QUADRO III

Movimento de inscrições em concursos no Distrito Federal e Estados

Nº. DO CONCURSO	CARREIRAS	REPARTIÇÕES	INSCRITOS
358	Escriturário.....	S. P. F.	45.320
365	Condutor de Serviços Técnicos da Casa da Moeda.....	M. F.	13
366	Documentarista.....	I. N. I. C.	905
367	Desenhista.....	I. N. I. C.	83
368	Mecânico.....	I. N. I. C.	43
369	Bibliotecário.....	I. N. I. C.	13
370	Almoxarife.....	I. N. I. C.	110
371	Estatístico.....	I. N. I. C.	94
372	Estatístico-Auxiliar.....	I. N. I. C.	98
373	Assistente Social.....	I. N. I. C.	81
374	Auxiliar.....	I. N. I. C.	1.388
375	Topógrafo.....	I. N. I. C.	4
376	Radiotelegrafista.....	I. N. I. C.	32
377	Contador.....	I. N. I. C.	58
378	Técnico de Migração.....	I. N. I. C.	634
379	Inspetor de Imigração.....	I. N. I. C.	122
380	Servente.....	I. N. I. C.	602
381	Mensageiro.....	I. N. I. C.	297
382	Guarda.....	I. N. I. C.	367
383	Motorista.....	I. N. I. C.	450
	TOTAL.....		48.714

— No total de inscritos no C. 358 — Escriturário, estão incluídas as inscrições feitas no ano de 1957.

QUADRO IV

INSCRIÇÕES PARA TRANSFERÊNCIAS

Movimento de Inscrições para transferências no Distrito Federal e Estados

Nº. DE ORDEM	CARREIRAS OU SÉRIES	INSCRITOS
1	Artífices.....	28
2	Auxiliar de Aeródromo.....	1
3	Auxiliar de Inspetor.....	2
4	Aux. Serviço Médico.....	2
5	Carpinteiros.....	1
6	Escrevente Datilógrafo.....	23
7	Farmacêutico.....	1
8	Fiscal do M.T.I.C.....	5
9	Guarda.....	2
10	Identificador.....	1
11	Inspetor Ensino Secundário.....	1
12	Laboratorista.....	1
13	Maquinista.....	1
14	Marinheiro.....	1
15	Motorista.....	10
16	Porteiro.....	1
17	Servente.....	11
18	Topógrafo.....	1
19	Desenhista.....	1
20	Escriturário.....	11
21	Estatístico.....	1
22	Fiscal Aduaneiro.....	16
23	Fiscal-Auxiliar Imp. Internos.....	3
24	Oficial Administrativo.....	1
	TOTAL.....	126

QUADRO V

EXECUÇÃO DE PROVAS

Nº. DO CONCURSO	NOME	Nº. DE PROVAS	COMPARECIMENTO
349	Naturalista do M.E.C.....	4	1
350	Naturalista-Auxiliar do M.E.C.....	4	13
351	Datilógrafo do S.P.F.....	2	4.687
352	Médico do S.P.F.....	2	84
353	Médico Legista - M.J.N.I.....	3	3
354	Médico Psiquiatra - M.S.....	3	28
356	Engenheiro - M.Aer.....	4	9
357	Engenheiro - M.E.C.....	2	21
358	Escriturário - S.P.F.....	2	17.932
360	Desenhista - S.P.F.....	4	255
361	Enfermeiro - M.Aer.....	2	99
363	Enfermeiro - M.E.C., M.A., M.S.....	2	146
365	Condutor de Serv. Téc. - C.M.....	4	8
	TRANSFERÊNCIAS:		
CT — 5	Fiscal Aduaneiro.....	2	16
PT — 7	Professor-Auxiliar.....	2	1
PT — 39	Investigador.....	3	6
	COLABORAÇÃO:		
	Datilógrafo da C.N.S.A.....	2	122
	Escriturário da C.N.S.A.....	2	573

QUADRO VI
HOMOLOGAÇÃO

Relação dos concursos cujos resultados finais foram homologados

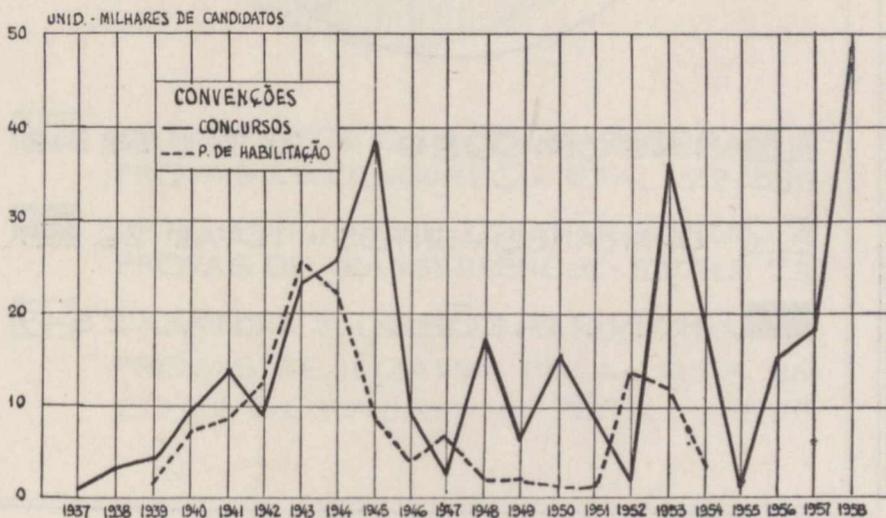
Nº. DO CONCURSO	CARREIRAS	HABILITADOS
340	Radiotelegrafista do M.J.N.I.....	12
341	Dactiloscopista-Auxiliar do M.T.I.C.....	92
342	Tecnologista Químico do M. A.....	8
344	Alfaiate do M.G.....	85
345	Arquivista do S.P.F.....	72
346	Guarda-Livros do S.P.F.....	215
347	Inspetor de Alunos do M.E.C.....	131
349	Naturalista do M.E.C.....	1
350	Naturalista-Auxiliar do M.E.C.....	10
351	Dactilógrafo do S.P.F.....	665
352	Médico do S.P.F.....	19
353	Médico Legista do M.J.N.I.....	—
354	Médico Psiquiatra do M.S.....	13
356	Engenheiro do M. Aer.....	5
357	Engenheiro do M.E.C.....	14
358	Escrivão do S.P.F.....	987
359	Agrônomo do M.A.....	—
360	Desenhista do S.P.F.....	17
361	Enfermeiro do M. Aer.....	21
362	Engenheiro do M.M.....	2
363	Enfermeiro do M.E.C. — M.M. — M.S.....	27
364	Bibliotecário-Auxiliar do S.P.F.....	44
365	Condutor de Serviços Técnicos da Casa da Moeda.....	8
	TRANSFERÊNCIAS:	
CT — 5	Fiscal Aduaneiro.....	10
PT — 36	Porteiro.....	1
PT — 40	Professor-Auxiliar do M.S.....	1
	Escrivão do S.P.F.....	9
	COLABORAÇÃO	
	Escrivão C.N.S.A.....	41
	Dactilógrafo C.N.S.A.....	38

D. A. S. P.
DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO

**MOVIMENTO DE INSCRIÇÕES EM CONCURSOS
 E PROVAS DE HABILITAÇÃO DO D. A. S. P.**
D.S.A. - 1937/1958

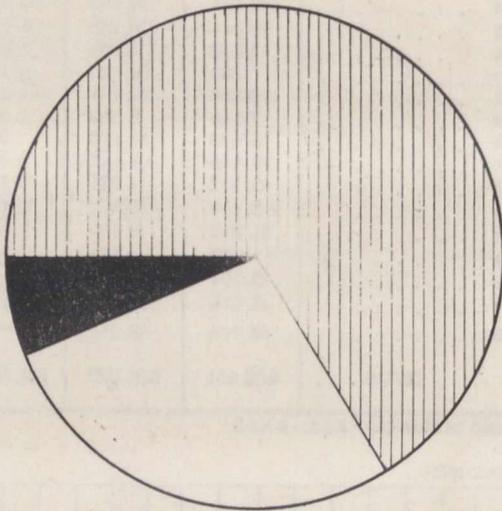
ANOS	INSCRIÇÕES		
	TOTAIS	EM CONCURSOS	EM P.HABILIT.
1937	80	80	—
1938	3.074	3.074	—
1939	6.531	4.759	1.772
1940	17.527	9.830	7.697
1941	22.282	14.069	8.213
1942	22.210	9.539	12.671
1943	49.740	23.652	26.088
1944	48.511	26.210	22.301
1945	47.366	38.239	9.127
1946	12.648	9.551	3.097
1947	7.762	2.052	5.710
1948	18.850	17.511	1.339
1949	7.540	5.956	1.584
1950	16.433	15.590	843
1951	10.445	9.142	1.303
1952	15.512	1.971	13.541
1953	48.019	35.972	12.047
1954	21.769	18.700	3.069
1955	473	473	—
1956	15.531	15.531	—
1957	17.614	17.614	—
1958	48.714	48.714	—
TOTAIS	458.631	328.229	130.402

FONTE: SEÇÃO DE INSCRIÇÃO - D.S.A. - D.A.S.P.



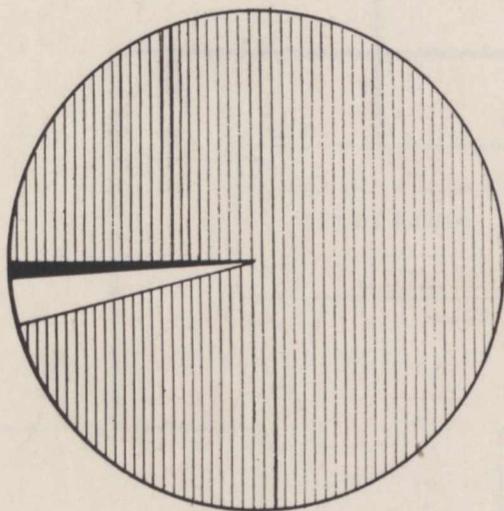
DIVISÃO DE SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DO DASP

INSCRIÇÕES, COMPARECIMENTOS
E HABILITAÇÕES EM CONCURSOS
REALIZADOS EM 1958



	INSCRIÇÕES • TOTAL 59.343
	COMPARECIMENTOS • TOTAL 26.263
	HABILITAÇÕES • TOTAL 2.549

CANDIDATOS QUE COMPARECERAM
A PROVAS REALIZADAS PELA
DIVISÃO DE SELEÇÃO E APER.
FEIÇOAMENTO DO OASP EM 1958



CANDIDATOS QUE COMPARECERAM A
PROVAS DE CONCURSO • TOTAL 23 286

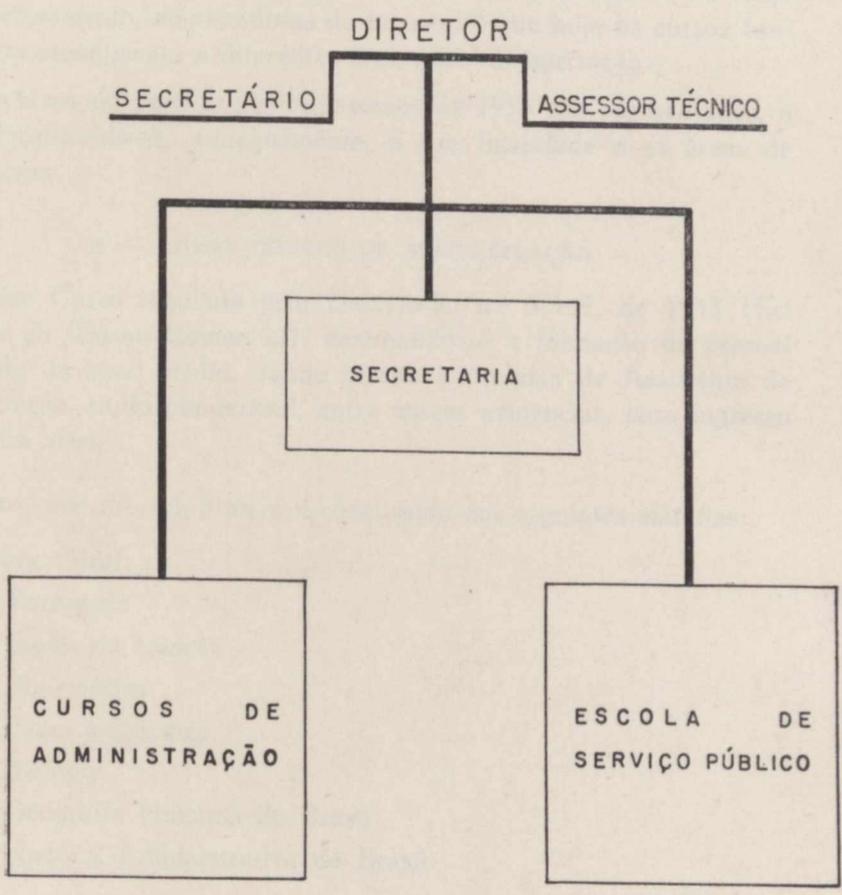


CANDIDATOS QUE COMPARECERAM A
PROVAS DE TRANSFERÊNCIA • TOTAL 23

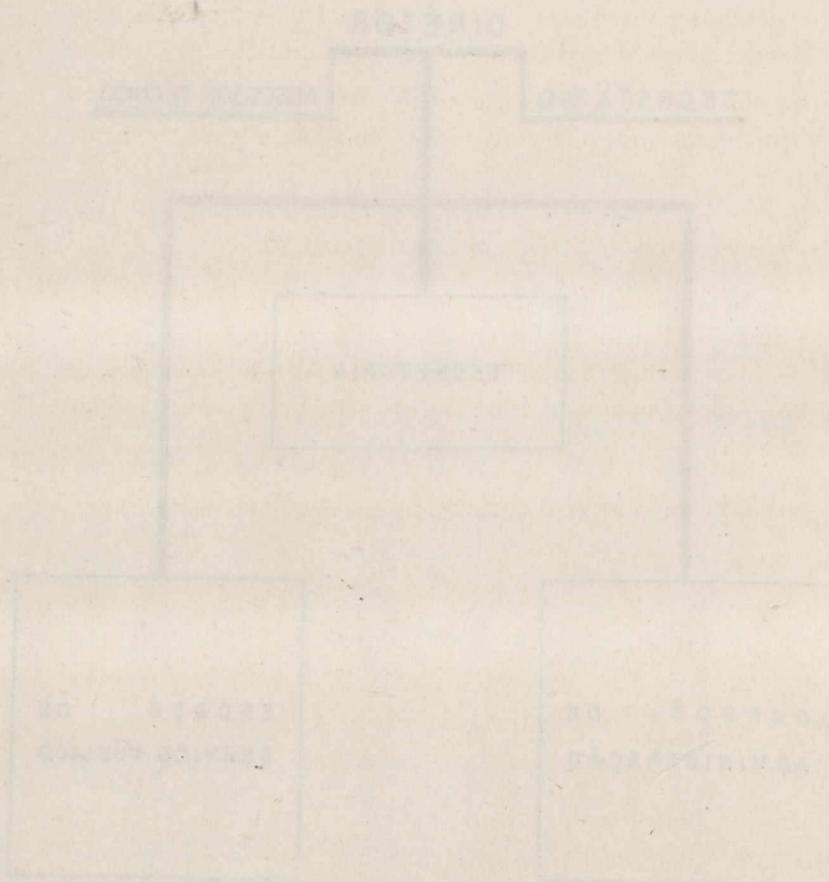


CANDIDATOS QUE COMPARECERAM A
PROVAS REALIZADAS PELA D.S.A EM
COLABORAÇÃO • TOTAL 695

CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO



CURSO DE ADMINISTRACAO



APERFEIÇOAMENTO

A Escola de Serviço Público, criada pelo Decreto n.º 43.176, de 4 de fevereiro de 1958, absorveu as atividades do D.A.S.P., no setor de aperfeiçoamento, ampliando-as de tal modo, que hoje os cursos funcionam em atendimento a diferentes áreas da Administração.

Os cursos do período de treinamento de 1958 são apresentados, a seguir, focalizando-se, principalmente, a sua finalidade e as áreas de recrutamento.

I — CURSO TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO

É este Curso regulado pelo Decreto-lei n.º 6.141, de 1943 (Lei Orgânica do Ensino Comercial), destinando-se à formação de pessoal qualificado de nível médio, dando direito a diploma de Assistente de Administração, título ponderável, entre outras exigências, para ingresso em carreira afim.

O seu currículo, em 3 anos, é constituído das seguintes matérias:

Cultura Geral:

Português
Inglês ou francês
Matemática
Física e Química
Biologia
Geografia Humana do Brasil
História Administrativa do Brasil

Cultura Técnica:

Elementos de Administração
Contabilidade Geral
Mecanografia
Elementos de Economia
Organização de Serviços Públicos
Organização de Empresas

Contabilidade Aplicada
Elementos de Estatística
Administração de Pessoal
Administração de Material
Elementos de Finanças
Direito Usual

Foram matriculados 61 alunos no 1.º ano, distribuídos por duas turmas.

Vale ressaltar que, se a Escola de Serviço Público tivesse sido criada em época oportuna ao ingresso de alunos, o total de matrículas seria muito maior; tendo em vista a propaganda que deixou de ser feita por absoluta falta de tempo.

II — CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

São êstes cursos constantes do Capítulo II, art. 43, do citado Decreto-lei n.º 6.141, com a finalidade de aprimorar os conhecimentos dos diplomados pelos cursos de formação, sendo facultados também, a servidores que exercem funções técnicas ou administrativas.

A fim de ser pesquisado o interêsse que tais cursos poderiam despertar, foram planejados os seguintes:

Administração de Pessoal
Administração de Material
Administração Orçamentária
Administração de Empresas
Contabilidade Pública
Correspondência e Estenodactilografia
Correspondência e Redação Oficial
Direção e Gerência de Serviços
Direito Usual
Economia
Finanças
Organização de Serviços Públicos
Relações Públicas
Relações Humanas no Trabalho
Sociologia
Técnica de Distribuição e Transporte
Tecnologia de Material.

Sòmente os cursos de Direção e Gerência de Serviços e o de Técnica de Distribuição e Transportes deixaram de funcionar por falta de interêsse da clientela.

Os outros estão funcionando regularmente, sendo planejados para um periodo de 9 meses de atividade!

Aos alunos regulares cujo aproveitamento escolar atingir aos índices estabelecidos nas instruções reguladoras, será expedido certificado de conclusão do curso, com direito a registro no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura.

III — CURSOS AVULSÓS

Sua finalidade é ministrar conhecimentos sòbre assuntos não incluídos nos cursos do currículo. Embora não integrando o plano ordinário de treinamento, são necessários à solução de casos especiais.

Estão em funcionamento os seguintes:

- a) para os servidores, em geral:
 - Elementos de Matemática e Estatística Aplicados à Administração
 - Língua Inglesa
 - Treinamento de Oficiais Administrativos
 - Astronomia, Topografia e Geodésia
- b) para os servidores do I. N. I. C. :
 - Técnica de Arquivo e Documentação
 - Técnica de Migração
- c) para os servidores do Ministério da Fazenda:
 - Legislação de Contabilidade Pública
 - Especialização de Contabilidade Pública
 - Prática de Atividades de Mecanização
 - Formação de Secretários
- d) para os servidores do Tribunal de Contas:
 - Em estudos, por solicitação dos dirigentes do referido órgão, visando à elevação do nível cultural técnico dos servidores.

IV — CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

O art. 2.º, § 5.º, do Decreto n.º 43.176, citado, prevê cursos de especialização para preparo de técnicos de alto nível, em grau superior, correspondente ao de pós-graduação.

Em atenção a êsse dispositivo, foram programados os cursos de Técnico de Educação, Técnico de Orçamento, Técnico de Organização, Técnico de Pessoal e outros.

Os cursos de Técnico de Orçamento, Pessoal e Organização, que por vários motivos têm sido retardados, deverão iniciar-se brevemente, já estando os de Técnico de Orçamento e Pessoal inteiramente planejados, de acôrdo com os sumários apresentados a seguir, e o de Técnico de Organização em fase final de planejamento.

Quanto aos cursos de Técnico de Educação, podem ser examinados não só o minucioso plano de curso como também o resumo das atividades desenvolvidas até a presente data.

Curso de Técnico de Orçamento

A duração dêste curso é de dois períodos de 7 meses cada um, sendo o seu nível intelectual equivalente ao universitário.

O objetivo do mesmo é preparar pessoal de alto nível para execução de trabalhos relacionados com a elaboração, execução e contrôle do orçamento; treinar chefes da Divisão de Orçamento e Organização do D.A.S.P. e das Divisões de Orçamento dos Ministérios; formar assessôres para os assuntos de administração orçamentária.

Participam dêle servidores do D.A.S.P. e dos Ministérios em funções de chefia e assessoramento; relatores de orçamento; servidores em funções especializadas de nível universitário ligados à administração orçamentária; pessoas estranhas ao serviço público, portadores de diploma de nível superior; oficiais das forças armadas.

Quanto aos tipos de aula, podem ser teóricas, práticas, conferências e trabalhos de seminário.

Horário: aulas teóricas, conferências e trabalhos de seminário, das 9,30 às 11,30 horas; sendo as aulas práticas durante o horário normal de expediente do serviço público.

Poderão ser inscritos, *ex-officio*, servidores civis e militares em exercício nos órgãos de orçamento, que preencham as condições intelectuais exigidas, e na seguinte base:

I — Divisão de Orçamento dos Ministérios, até ..	3
II — D.O. do D.A.S.P., até	8
III — Órgãos de orçamento de repartição não ministerial	1

Os demais candidatos serão submetidos a provas de títulos ou provas escritas de classificação.

Será concedido aos alunos, com freqüência integral, auxílio para alimentação, no valor de Cr\$ 1.600,00 (mil e seiscentos cruzeiros) mensais.

Aos alunos servidores públicos será também facultada a freqüência de aulas que se tornarem necessárias durante o expediente. A Escola de Serviço Público fará comunicação, por escrito, aos chefes das repartições, do dia e horário das aulas.

Os alunos serão submetidos, em cada período, a duas provas parciais e uma prova final.

O curso será constituído das seguintes cadeiras:

1.º período

	N.º de aulas
Teoria Geral de Orçamento	84
Fundamentos de Administração	56
Noções de Direito Público	28
Noções de Economia	56
Tributação	56

2.º período

Técnica de Orçamento	112
Economia Aplicada	56
Noções de Estatística	56
Legislação Fazendária	56

Curso de Técnico de Pessoal

Tem a duração de dois períodos de 7 meses cada um, sendo o seu objetivo a preparação e aperfeiçoamento de técnicos para funções de chefe e assessoramento nos órgãos de pessoal do serviço público.

Faz-se o recrutamento entre os servidores públicos da administração federal, direta ou descentralizada, sendo ministradas aulas teóricas e práticas, conferências, debates e Seminários.

O horário das aulas teóricas, é às segundas e sextas-feiras, de 9,30 às 11,30 horas; realizando-se aulas práticas, conferências e seminários, durante o expediente ou no horário das aulas teóricas.

A turma, composta de 25 alunos, é constituída, mediante processo de entrevistas e exame de títulos, entre servidores indicados pelos órgãos de pessoal do serviço público federal e autárquico, na seguinte proporção:

I) — Ministérios	11
II) — D.A.S.P.	4
III) — Autarquias	10

Aos alunos com freqüência integral será concedido auxílio para alimentação e transporte, no valor de Cr\$ 1.600,00 (mil e seiscentos cruzeiros) mensais.

Os alunos serão dispensados de comparecimento durante as horas necessárias aos trabalhos escolares que se realizem durante o expediente.

Além do exame, ou trabalhos mensais, serão submetidos a duas provas parciais e a prova final.

O curso compreenderá as seguintes matérias:

1.º período

	Horas semanais
Direito Administrativo	3
Administração de Pessoal	3
Fundamentos de Organização	2
Noções Gerais de Direito	2

2.º período

	Horas semanais
Direito Administrativo	3
Administração de Pessoal	3
Noções de Orçamento e Contabilidade Pública	1
Relações Públicas e Assistência Social	1
Conferências e debates	2

Curso de Técnico de Educação

Obedecendo à estrutura deste Curso no primeiro trimestre de sua existência (de julho a setembro), várias medidas têm sido tomadas e já se acham realizadas as atividades que serão discriminadas abaixo, seguindo os itens do projeto.

Quanto ao currículo, está sendo executado o primeiro período letivo do curso, que compreende: I) fundamentos científicos de educação e II) fundamentos históricos e filosóficos e a situação do Brasil em face deles.

Cada disciplina está sob a responsabilidade dos seguintes professores:

1. Política Educacional no Brasil e na América — Prof. João Roberto Moreira;
2. Psicologia Educacional — Prof.^a Fela Moscovici;
3. Educação e a Sociedade Brasileira — Prof. Marcos Almir Madeira;
4. Organização e Administração dos Serviços de Educação no Brasil. A Legislação — Prof. Benedito de Moraes;
5. Didática — Prof.^a Irene de Albuquerque;
6. Estatística Aplicada às Ciências da Educação — Prof. Belmirto Siqueira.

Os programas e plano de trabalho das disciplinas serão organizados à base dos tipos de trabalho atribuídos aos técnicos, estando apenas postos em prática os que constituem o primeiro período letivo.

Cada programa contém os conhecimentos que devem constituir os fundamentos da educação e a bibliografia correspondente. A seguir, os delineamentos de um projeto do curso, nos termos em que foi elaborado pela professora coordenadora do mesmo:

Projeto do curso

1. Dispositivos legais
2. Objetivos do curso
3. Organização curricular
 - Duração
 - Conteúdo:
 - I — Fundamentos científicos da educação
 - Fundamentos históricos e filosóficos
 - Situação no Brasil
 - II — Estudos especiais teóricos e práticos sobre os setores diversos constantes da organização do ensino no M.E.C.
 - Atividades ou processos de aprendizagem
 - Processos de verificação ou rendimento do curso
 - Material didático e de pesquisa.
4. Funcionamento
 - Local
 - Requisitos para a matrícula e frequência
 - Administração

Dispositivos legais — O Decreto n.º 43.176, de 4 de fevereiro de 1958, dispõe sobre a realização de cursos de administração geral no D.A.S.P., em regime de acordo com o M.E.C. Em seu art. 2.º, § 5.º, se refere à organização de Cursos de Especialização, em grau superior, correspondente aos de pós-graduação, para preparo de técnicos de alto nível, valendo o respectivo certificado como título ponderável.

Pela Portaria n.º 49, de 10 de fevereiro de 1958, que instituiu estes Cursos de Especialização, e de acordo com as instruções reguladoras dos mesmos, ficou organizado o curso para Técnico de Educação do M.E.C.

Atendendo à finalidade anteriormente exposta, esse curso tem os seguintes objetivos:

1. Transmitir e ampliar conhecimentos relacionados com os modernos princípios e técnicas de organização e administração dos serviços educacionais.
2. Dar a aplicação dessas técnicas à legislação e normas administrativas do país.
3. Apreciar criticamente experiências educacionais realizadas no Brasil e em outros países.
4. Contribuir para a formação de uma mentalidade científica, ajustada às necessidades e realidades brasileiras, no sentido de traçar diretrizes e apontar soluções convenientes à educação no país.

Atendendo ainda às instruções reguladoras dos Cursos de Especialização, foi previsto o tempo de 14 meses, divididos em períodos letivos:

- 1.º período — de junho a dezembro
- 2.º período — de março a junho
de agosto a novembro

Os períodos estarão sujeitos a modificações, se necessário, para maior eficiência.

Distribuir-se-á o curso por duas fases, compreendendo dois grandes grupos de atividades e materiais: no 1.º grupo — fundamentos científicos da educação, fundamentos históricos e filosóficos, situação no Brasil; no 2.º grupo — estudos especiais teóricos e práticos sobre os setores diversos em que trabalham os Técnicos de Educação, e constantes das instruções a que se refere a Portaria n.º 565, de 24 de novembro de 1955, que regulam o concurso para Técnico de Educação do M.E.C.

Fundamentos científicos, históricos e filosóficos da educação. Situação no Brasil — Constituirão o currículo dêsse curso no 1.º período letivo:

1. Problemas de psicologia educacional.
2. A educação e a sociedade brasileira.
3. Problemas de política educacional no Brasil e na América Latina. A ação da O.E.A. e da UNESCO.
4. Organização e administração dos serviços de educação no Brasil: o M.E.C. e os sistemas escolares federais, estaduais e municipais. A legislação.
5. Estatística aplicada às ciências da educação.
6. Didática.

Programas e planos de trabalho para cada disciplina — Tendo em vista os tipos de trabalhos atribuídos aos Técnicos de Educação no exercício de suas funções e, atendendo aos assuntos relacionados na Portaria n.º 565, de 24 de novembro de 1955, que regula o concurso para provimento da cadeira, os programas deverão ter a seguinte orientação e serão distribuídos pelas matérias e trabalhos que constituem o curso na sua parte geral e especial.

— Orientação: a) os professores deverão dar uma visão tão ampla quanto possível num período preparatório, lançando os principais problemas; b) a seguir iniciarão, sobre os assuntos e problemas, todo um programa teórico e prático; c) reservarão o fim dêsse período para uma síntese dos trabalhos, onde as conclusões serão tiradas dos resultados das investigações bibliográficas e das pesquisas realizadas.

Os programas por matéria e seções serão organizados pelos professores, sob a orientação do Diretor dos Cursos de Administração do D.A.S.P. e do professor coordenador e serão anexados a êste projeto.

Atividades ou processos de aprendizagem — Para atingir os objetivos visados serão realizados no curso:

1. Aulas informativas.
2. Conferências ou palestras.
3. Leituras.
4. Debates sob a forma de seminário e estudo dirigido.
5. Pesquisas, críticas e análises.
6. Planos de trabalho.
7. Visitas a estabelecimentos escolares, serviços, órgãos de pesquisa e de experimentação pedagógica.

1. *Aulas informativas*: — duração — 50 minutos — número semanal — variável, conforme as disciplinas constantes do curso e a necessidade de intensificação do conteúdo do programa. Como base, um mínimo de 2 aulas semanais, para os Fundamentos da Educação, e 1 aula semanal para os estudos Especiais.

Devem ser acompanhadas de sùmulas e bibliografia.

2. *Conferências ou palestras*: grupo de 2 a 5 sôbre determinados problemas ou assuntos da educação no Brasil e de educação em geral.
3. *Debates e estudo dirigido*: Seminário — a critério do professor e de acôrdo com as necessidades provenientes da execução do programa e dos problemas surgidos, por iniciativa do professor ou do grupo. Cada debate deve ser precedido de leituras especiais sôbre o assunto a cargo dos alunos.
4. *Pesquisas, críticas e análises*: — sôbre assuntos e problemas constantes do programa:
 - sôbre as experiências educacionais já realizadas no país e no estrangeiro
 - sôbre a documentação educacional existente
 - sôbre os vários níveis, graus e modalidades do ensino no tocante à sua organização, prática ou processos e programas atuais
5. *Trabalhos contendo planos e projetos sôbre assuntos constantes do programa*.

Processos de verificação do rendimento escolar

1. Trabalhos — escritos, orais e práticos.
2. Provas escritas — a) constantes de dissertação e resolução de questões sôbre assuntos do programa para o 1.º período; b) constantes de questão técnica formulada com assuntos do programa da especialização escolhida pelo aluno no 2.º período.

As provas serão: no 1.º período, duas para cada matéria, e no 2.º período, duas para cada seção.

Trabalhos escritos ou práticos: dois orais a critério do professor.

Notas: serão de 0 a 100

— média de provas e trabalhos para cada matéria, com um mínimo para habilitação de 50 pontos.

— média global — 60 pontos

Obs.: O tipo de provas pode ser outro, a critério do professor e de acôrdo com as matérias.

Material didático e de pesquisas e estudo

O curso disporá de uma biblioteca especializada em educação, sociologia, psicologia, filosofia da educação, história da educação e história social, administrativa e econômica do Brasil, didática, estatística, legislação e administração escolar e dos serviços de educação e outros estudos e ciências relacionadas ou afins, de utilidade para os programas. Além de sua biblioteca manterá um serviço de intercâmbio com outras bibliotecas especializadas, por empréstimo de volumes ou possibilidades de freqüência dos alunos.

O curso, através de sua administração, pôr-se-á em contato com os diversos centros e divisões de estudo e pesquisas, com estabelecimentos de ensino e de serviços educacionais, de forma que os alunos possam fazer estágio através observações, utilizando-os como fontes de estudo.

Poderão matricular-se aquêles que satisfizerem as seguintes exigências:

I — Indicação de título de nível superior ou equivalente

II — Habilitação em prova de conhecimentos específicos.

Freqüência — Após o término do curso e satisfeitas as condições e exigências estabelecidas, o aluno receberá um certificado em que conste a qualidade de seu trabalho e média obtida no curso. O certificado valerá como título ponderável no concurso à carreira de Técnico de Educação do M.E.C.

A administração do curso em aprêço, estará a cargo do Diretor dos Cursos de Administração do D.A.S.P. Haverá um coordenador que desempenhará funções técnicas necessárias para o bom desenvolvimento dos programas e atividades do curso, promovendo conferências suplementares, aulas e seminários, supervisionando a orientação dos programas executados pelos professôres, providenciando material didático e de pesquisas e a realização de provas e trabalhos.

V — CURSOS POR CORRESPONDÊNCIA

Tais cursos se destinam a levar a servidores públicos residentes no interior do país a mesma orientação dos cursos ministrados na sede.

Depois de reorganizado o setor, é esta a segunda experiência nesse campo, já se apontando inúmeros resultados que justificam essa modalidade de ensino, ou antes, que levam a considerá-la como recurso dos mais objetivos a serem adotados, em benefício da elevação do nível de cultura geral e específica do funcionário do interior do Brasil.

Assim, os cursos por correspondência estão preenchendo uma lacuna na nossa cultura e parecem constituir, nesse terreno, a solução para o problema brasileiro.

No período 1956-1958, foram ministrados os quatro cursos seguintes:

- a) Português e Redação Oficial, contando 280 alunos inscritos;
- b) Matemática e Elementos de Estatística, com 210 alunos;
- c) Administração e Legislação de Pessoal, com 220 alunos
- d) Noções Gerais de Direito, com 210 alunos.

Em abril de 1958, realizou-se a prova final, em 1.^a época, dos referidos cursos, em tôdas as Capitais dos Estados, com o seguinte resultado:

Português e Redação Oficial — 36 aprovados
Matemática e Elementos de Estatística — 29 aprovados
Administração e Legislação de Pessoal — 82 aprovados
Noções Gerais de Direito — 38 aprovados.

À primeira vista, tem-se a impressão de que o rendimento, avaliado numéricamente, terá sido pouco satisfatório; entretanto, consideradas as circunstâncias em que são realizados os cursos, verificar-se-á que em verdade foi bastante significativo êsse rendimento.

À guisa de ilustração, podem-se mencionar as seguintes justificativas dadas pelos alunos que não compareceram às provas finais: distância, com relação ao local da prova, situação financeira, problemas de família, dificuldades no afastamento da repartição onde trabalham e estado de saúde.

Analisando-se essas justificativas, verifica-se que grande obstáculo a um maior comparecimento às provas finais do curso está na sua realização apenas nas Capitais dos Estados e não em vários pontos dos mesmos, obrigando os alunos do interior a viagens que acarretam despesas e ausência das repartições.

Diante do interesse observado entre os alunos, e a fim de que no próximo período haja uma programação que atenda às reais necessidades do serviço, foram consultados os chefes de repartições sediadas no interior.

Tomando por base as respostas recebidas, programou-se um curso de Legislação Fazendária a par dos que vêm sendo normalmente realizados.

Brevemente será iniciado um curso sobre Chefia e Direção de Serviços, estudando-se, também, a possibilidade de um outro de Princípios e Prática de Organização e Administração de Arquivos.

O número de vagas, fixado inicialmente em 200 por disciplina, vem de ser aumentado para 500.

Previstos que estão sete cursos, espera-se atender a 3.500 alunos, aproximadamente, no próximo período. Será, ainda, quantidade reduzida, desde que se atente para a grande percentagem de servidores residentes no interior, absolutamente à margem de todo e qualquer movimento cultural dos centros mais desenvolvidos.

Entretanto, para uma obra que se inicia, a experiência e o tempo constituem elementos ponderáveis para traçar-lhes as normas de desenvolvimento.

VI — CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA APLICADA

Dando cumprimento ao que estabelece o art. 5.º do Decreto n.º 43.176, de 4 de fevereiro de 1958, foi planejado um curso de Administração Pública Aplicada, ficando incumbido de ministrá-lo o professor francês Gerard Pic, indicado à direção do D.A.S.P. pela Embaixada da França.

Antes de elaborar o programa o Prof. Gerard Pic teve oportunidade de estabelecer contatos com diversos órgãos da Administração, o que veio concorrer, sem dúvida, para a boa estrutura do mesmo e objetividade dos confrontos feitos no decorrer do curso entre nossas peculiaridades e as do seu País.

Ministrado em 24 aulas (2 aulas por semana) e constando de 4 partes (Pessoal, Material, Finanças e Organização), o curso dará direito ao respectivo certificado de frequência.

O recrutamento de candidatos foi feito entre os servidores indicados pelos respectivos chefes, o que entretanto não impediu a matrícula de outros que nêle se mostraram interessados.

Considerando no caso que as aulas são ministradas no idioma francês, aos alunos matriculados se fornece, antes de cada aula, a súmula redigida em português.

Plano de treinamento para 1959 — Dos 280.000 servidores federais existentes, apenas 30.000 passaram por processos seletivos e tiveram, assim, um mínimo de treinamento desejável para os cargos ou funções que ocupam.

O esforço do D.A.S.P., em seus 20 anos de existência, não foi baldado. É impositivo, porém, que sejam atacados com mais ênfase os problemas de aperfeiçoamento de pessoal no serviço civil brasileiro. O D.A.S.P., à vista dos recursos anteriormente disponíveis, realizou, reconhece-se, um máximo. Os limitados programas traçados foram sempre satisfatoriamente cumpridos. Agora, porém, instituída a Escola de Serviço Público, com todos os recursos financeiros necessários, novos rumos se impõem, metas mais ambiciosas deverão ser alcançadas. E daí é que nasceu para 1959 novo esquema geral de treinamento para o funcionalismo público.

Com a criação da Escola de Serviço Público, poderá ser executado, doravante, um vasto plano que envolverá e proporcionará treinamento intensivo e extensivo, atendendo às necessidades de todos os setores da Administração, endereçando-se a tôdas as carreiras administrativas auxiliares, técnico-burocráticas ou burocráticas especializadas, além de interessar a profissionais da administração específica do Estado, ou mesmo a estranhos aos quadros do serviço público, mas que nêles pretendam ingressar ou que a respeito de seus processos desejam se informar.

O plano para 1959 poderá ensejar treinamento a milhares de servidores federais, estaduais e autárquicos, beneficiando, também, outros alheios ao serviço público. Os cursos previstos, quer pelas matérias que o compõem, quer pela sua duração e didática que os norteará visarão a formar, aperfeiçoar e especializar pessoal para os ramos respectivos. Aquêles que não quiser ou não puder fazer um curso integrado de várias disciplinas com duras e longas exigências de estudos, terá matérias avulsas a seu dispor e muito poderá lucrar, aprendendo, renovando ou completando conhecimentos que lhe sejam úteis. Aquêles que pretender ingressar em nova carreira, através de transferências, ou mesmo aperfeiçoar-se na carreira em que já esteja, terá um curso específico a êle adequado.

Em 1959, haverá treinamento em todos os níveis desejados, não excluindo os cursos de especialização, em grau superior. Cogitam os programas de aperfeiçoamento de recrutar e treinar pessoal de tôdas escalas hierárquicas.

Com mais minúcias, poder-se-á dizer que o plano de treinamento, para o próximo ano, compreenderá:

No âmbito da Escola de Serviço Público.

I — Cursos de Formação

II — Cursos Avulsos

III — Cursos de Especialização

No âmbito da administração especial e atividades auxiliares da administração

I — Cursos avulsos para carreira

II — Cursos extraordinários.

Os cursos de formação da Escola de Serviço Público, destinados ao preparo de pessoal de nível médio para os mais diversos setores profissionais do serviço público, serão integrados:

a) por um Curso Técnico de Administração, com duração de três anos, tendo o seguinte currículo:

1.^a série — Português, Francês ou Inglês, Matemática, Física e Química, Elementos de Administração, Contabilidade Geral, Mecanografia.

2.^a série — Português, Francês ou Inglês, Matemática, Biologia, Elementos de Economia, Organização dos Serviços Públicos, Organização das Empresas e Contabilidade Aplicada.

3.^a série — Português, Geografia Humana do Brasil, História Administrativa e Econômica do Brasil, Elementos de Estatística, Administração de Pessoal, Administração de Material, Elementos de Finanças e Direito Usual.

b) por 16 cursos de aperfeiçoamento, com a duração de 9 meses cada um, desdobrando-se em dois períodos letivos de 4 meses e meio. Qualquer deles poderá compreender diversas disciplinas, apresentadas num programa harmônico e bem dosado.

Os cursos avulsos da Escola de Serviço Público compor-se-ão de disciplinas isoladas e proporcionarão treinamento restrito, envolvendo tão-somente a aplicação de tais disciplinas. Estão programados 22 cursos diferentes, com duração variável, podendo mesmo ser, em alguns casos, de dois ou três anos.

Os cursos de especialização da Escola de Serviço Público, também de duração variável, ministrados em grau superior, visarão ao preparo de técnicos de alto nível para assessoramento nos referidos campos.

Inicialmente, serão atendidos os Setores Educação, Orçamento, Organização, Pessoal, Material, Documentação, Administração Municipal e Assistência e Previdência Social.

Os cursos avulsos, do âmbito da Administração Especial ou pertinente às Atividades Auxiliares da Administração, proporcionarão treinamento para ocupantes ou futuros ocupantes de determinadas carreiras ou funções de conteúdo profissional bem definido, mas cuja formação pelo sistema de ensino, tem sido assistemática e pouco satisfatória. Para 1959, 12 carreiras serão contempladas com programas específicos de treinamento. Já os cursos extraordinários, também em número de 12, pretenderão o treinamento isolado em determinado setor restrito de especialização, compreendendo o domínio de um complexo de conhecimentos, técnicas ou habilidades.

Haverá recrutamento objetivo entre servidores federais, autárquicos, estaduais e municipais, sendo que a estas duas últimas categorias serão oferecidas bolsas além de auxílios e incentivos vários a todos os interessados.

Na medida do possível, alguns desses cursos serão ministrados, também, nos Estados ou a eles levados pelos processos de correspondência ou rádio.

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO

A Escola de Serviço Público do D.A.S.P., ministra cursos de formação, avulsos, de especialização, de administração especial e atividades auxiliares de administração, e cursos extraordinários.

Encontra-se a seguir a especificação dos cursos proporcionados pela referida Escola:

I — Cursos de formação:

- a) Curso Técnico de Administração
- b) Cursos de aperfeiçoamento
 1. Administração de Pessoal
 2. Administração Orçamentária

3. Contabilidade Pública.
4. Organização de Serviços Públicos
5. Relações Públicas
6. Promoção de Venda
7. Técnica Comercial
8. Propaganda Comercial
9. Comércio Exterior
10. Organização e Contabilidade Comercial
11. Organização e Contabilidade Industrial
12. Organização e Contabilidade Bancária
13. Técnica de Distribuição e Transporte
14. Administração de Empresa
15. Gerência de Escritório
16. Gerência Comercial

II — Cursos Avulsos:

1. Português e Redação Oficial
2. Dactilografia
3. Estenografia
4. Arquivística
5. Relações Humanas
6. Legislação Fiscal
7. Legislação Trabalhista
8. Legislação Industrial
9. Matemática Comercial e Financeira
10. Estatística Geral
11. Direito Constitucional
12. Organização de Serviço Público
13. Prática de Escritório
14. Sociologia
15. Economia Política
16. Higiene Mental

17. Inglês
18. Francês
19. Espanhol
20. Corografia do Brasil
21. História do Brasil

III — Cursos de Especialização:

1. Técnico de Educação
2. Técnico de Organização
3. Técnico de Orçamento
4. Técnico de Pessoal
5. Técnico de Material
6. Técnico de Documentação
7. Técnico de Administração Municipal
8. Técnico de Assistência e Previdência Social

*Cursos de Administração Especial e Atividades Auxiliares da
Administração*

I — Cursos avulsos:

1. Curso de Almoхарife
2. Curso de Arquivista
3. Curso de Contador
4. Curso de Datilógrafo
5. Curso de Escriturário
6. Curso de Estatístico
7. Curso de Oficial Administrativo
8. Curso de Taquígrafo
9. Curso de Técnico de Administração
10. Curso de Secretário
11. Curso de Mensageiro
12. Curso de Servente

II — Cursos extraordinários:

1. Curso de Chefia
2. Curso de Recrutamento e Seleção
3. Curso de Treinamento
4. Curso de Classificação de Cargos
5. Curso de Rotina de Administração de Pessoal
6. Curso de Avaliação de Eficiência
7. Curso de Legislação de Pessoal
8. Curso de Legislação de Material
9. Curso de Pesquisa
10. Curso de Planejamento
11. Curso de Finanças Públicas
12. Curso de Administração Local

MOVIMENTO GERAL DE 1958 — INSCRIÇÕES E MATRÍCULAS

CURSOS	TURMA	INSCRITOS		MATRICULADOS	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Técnico de Administração.....	2	42	21	42	21
ESPECIALIZAÇÃO					
Técnico de Pessoal.....	1	20	8	8	2
Técnico de Organização.....	1	21	4	15	1
Técnico de Orçamento.....	1	11	6		
Técnico de Educação.....	1	32	45	18	33
APERFEIÇOAMENTO					
Administração de Pessoal.....	1	37	29	36	29
Administração de Material.....	1	16	0	15	0
Administração Orçamentária.....	1	18	4	18	4
Administração de Empresas.....	1	13	1	13	1
Contabilidade Pública.....	1	27	16	27	16
Correspondência e Redação Oficial.....	1	23	74	22	73
Correspondência Estenodactilografia.....	1	26	32	21	34
Direito Usual.....	1	15	24	15	23
Economia.....	1	24	6	24	6
Finanças.....	1	21	10	20	10
Organização de Serviço Público.....	1	14	8	14	8
Relações Públicas.....	1	63	36	63	36
Relações Humanas no Trabalho.....	1	35	34	35	34
Sociologia.....	1	21	13	21	13
Tecnologia de Material.....	1	16	0	16	0
AVULSOS					
Elementos de Matemática e Estatística Aplicados a Administração.....	4	41	71	34	62
Língua Inglesa.....	6	79	110	72	102
Técnica de Arquivo e Documentação.....	4	87	175	85	164
Especialização de Técnica de Migração.....	2	15	29	15	29
Legislação de Contabilidade Pública.....	2	15	29	15	29
Práticas de Atividades de Mecanização.....	1	19	18	19	18
Treinamento de Oficiais Administrativos.....	20	618	1043	501	979
Astronomia, Topografia e Geodésia.....	2	95	12	95	12
Formação de Secretários.....	1	1	19	1	19

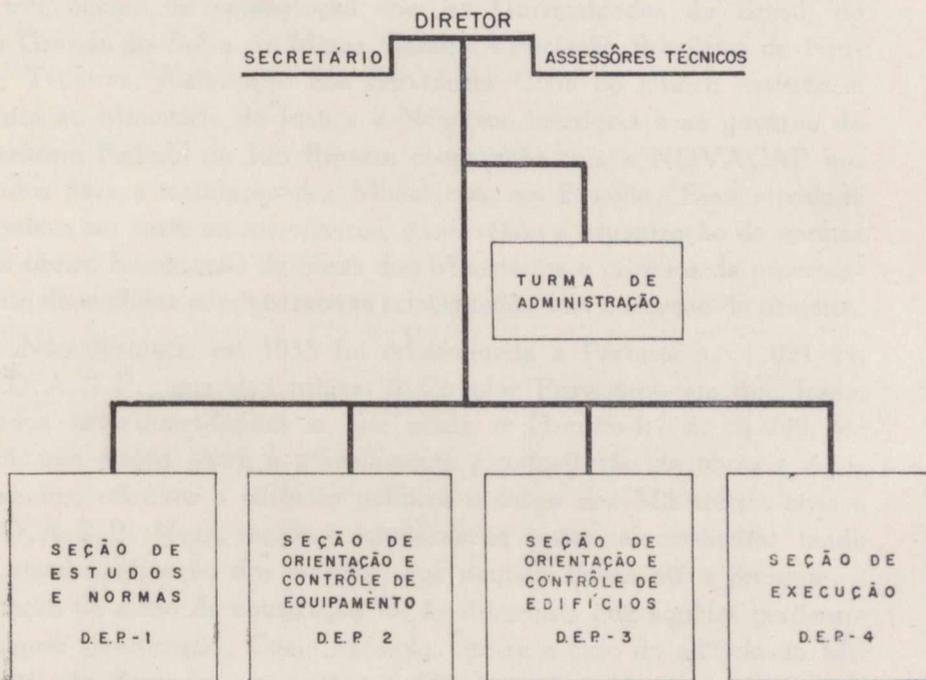
CONTENTS

- 1. Case of ...
- 2. Case of ...
- 3. Case of ...
- 4. Case of ...
- 5. Case of ...
- 6. Case of ...
- 7. Case of ...
- 8. Case of ...
- 9. Case of ...
- 10. Case of ...
- 11. Case of ...
- 12. Case of ...

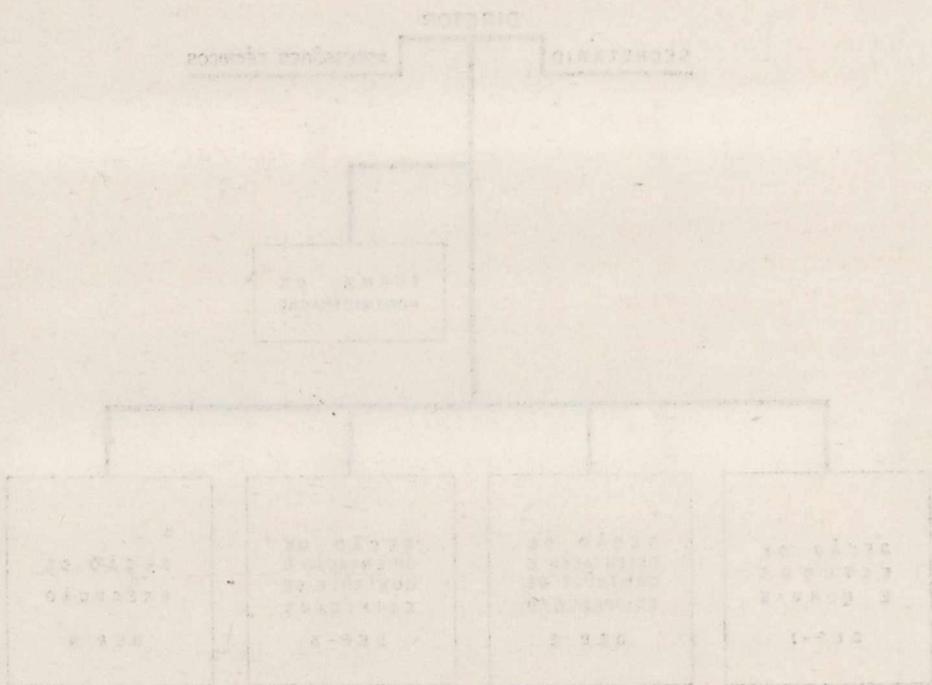
INDEX

Page	Page	Page
1	1	1
2	2	2
3	3	3
4	4	4
5	5	5
6	6	6
7	7	7
8	8	8
9	9	9
10	10	10
11	11	11
12	12	12

DIVISÃO DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS



División de Estudios Jurídicos



OBRAS E EDIFÍCIOS PÚBLICOS

As atividades do D.A.S.P., no setor de obras e edifícios públicos, em 1958, além dos trabalhos rotineiros de exame e revisão de projetos de obras encaminhados pelos Ministérios à aprovação presidencial, referiram-se à execução de projetos e construção da Cidade Universitária; prosseguimento da colaboração com as Universidades do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, Associação Brasileira de Normas Técnicas, Associação dos Servidores Cíveis do Brasil; assistência técnica ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e ao govêrno do Território Federal do Rio Branco; cooperação com a NOVACAP nos estudos para a instalação dos Ministérios, em Brasília. Essa atividade sobreleva em parte outros serviços, como sejam a organização de normas para obras, fiscalização de obras dos Ministérios e critérios de processamento de medidas administrativas relacionadas com execução de projetos.

Não obstante, em 1958 foi reexaminada a Portaria n.º 1.021/44, do D.A.S.P., que deu origem à Circular Provisória, em que foram fixados os valores-limites a que alude o Decreto-lei n.º 6.749, de 1944, que dispõe sôbre o planejamento e autorização de obras e equipamentos, relativos a edifícios públicos a cargo dos Ministérios civis e do D.A.S.P. Nesse reexame estudaram-se novos valores-limites, tendo em vista, na fixação dos mesmos, que daquela época até a presente, a variação do custo de construção foi de tal monta que aquêles perderam qualquer significação. Como exemplo, cite-se o caso do edifício do Ministério da Fazenda que na época (1944), executado na base de Cr\$ 500,00 o metro quadrado, no momento atual teria fixada em tôrno de Cr\$ 7.500,00, a unidade.

Torna-se necessário um planejamento geral das necessidades dos Ministérios, de forma a serem previstas, no Orçamento Geral da República, dotações que permitam a execução das construções em períodos variáveis de 1 a 3 anos, evitando-se, dessa forma uma verdadeira desvalorização de dotações, que tem como resultado um anormal encarecimento pelo tempo que demanda a conclusão da obra. Dado o índice progressivo do aumento dos materiais e as revisões periódicas do salário-mínimo, mister se faz sejam fixados os prazos para a execução, visto que

perdem o seu valor os orçamentos quando êsses prazos se tornam muito longos.

A fim de sanar tal inconveniente, poder-se-ia estabelecer um Plano de Obras, semelhante ao Plano de Obras e Equipamentos já anteriormente adotado, com pleno êxito, pela administração federal.

Enumerar-se-ão, em pormenores, nas linhas que se seguem, as atividades do D.A.S.P., no que se refere a obras e edifícios públicos.

Associação Brasileira de Normas Técnicas — Prosseguiu, em 1958, a colaboração dada pelo D.A.S.P. à Associação Brasileira de Normas Técnicas, que por convênio estabelecido, faz jus a uma subvenção anual para o estudo de normas e especificações para construção civil. Em 1958, essa Associação teve o auxílio habitual que o Govêrno concede por intermédio do D.A.S.P., no orçamento geral da República, na importância de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros) — Verba 2.0.00 — 2.1.00 — 2.1.01-7.

Associação dos Servidores Civis do Brasil — Devido à solicitação dessa Associação, o D.A.S.P. colaborou no projeto de seu edifício-sede. Em 1958, foi iniciado o planejamento da obra, constando a mesma de 3 edifícios: no primeiro, projetados subsolo, loja, sobreloja e mais 7 pavimentos divididos em grupos de salas para escritório; no segundo, subsolo, lojas, sobrelojas e na parte superior um teatro com capacidade para 550 pessoas; finalmente, no terceiro, projetaram-se subsolo, loja, sobreloja e mais 7 pavimentos, com 150 apartamentos destinados a hotel.

Também colaborou o D.A.S.P. no projeto da sede esportiva dessa agremiação, projetando diversas unidades.

Território Federal do Rio Branco — A colaboração do Departamento com o Govêrno do Território do Rio Branco efetivou-se pela execução de projetos referentes a instalações para o edifício do Palácio do Govêrno.

Foram projetados os serviços hidráulicos, constando de indicação de materiais e mão-de-obra relativos à instalação de água, esgotos, águas pluviais e montagem de aparelhos sanitários e os serviços elétricos (constando de indicação de materiais e mão-de-obra relativos à instalação de luz e fôrça, telefones, sinalização e relógios).

Foram remetidos ao Governador projetos de instalações hidráulicas e elétricas, cada um composto de seis desenhos, com as respectivas especificações.

Universidade do Brasil — A colaboração do D.A.S.P. com a Universidade do Brasil é mantida através de representação na Comissão Supervisora de Planejamento e Execução da Cidade Universitária.

Tendo em vista a E.M. n.º 4.175, de 1958, do M.E.C., publicada no *Diário Oficial* de 4 de março de 1958, a composição da Comissão citada foi alterada, passando a ser presidida pelo Reitor da Universidade, sendo representante do D.A.S.P. na mesma, o Diretor da Divisão de Edifícios Públicos.

Universidade de Minas Gerais — Continuou o D.A.S.P. a se fazer representar na Comissão Supervisora do Planejamento e Execução da Cidade Universitária dessa Universidade.

Assistência técnica foi prestada em projetos especializados de electricidade, hidráulica, elevadores, ventilação etc., bem como elementos foram fornecidos para o planejamento dos Institutos de Eletrotécnica e de Mecânica.

Foram examinadas 204 coletas de preços e concorrências realizadas e 4 prestações de contas do chefe do Escritório Técnico.

Construção de Brasília — Não obstante a ampla colaboração do D.A.S.P. nos problemas relativos à mudança da Capital Federal para Brasília, vinham sendo encontradas certas dificuldades em levar a bom termo, as tarefas planejadas. Isto porque, a Comissão designada dependia, essencialmente, de informações dos Ministérios e da NOVACAP, não podendo manter entendimentos diretos com os Podêres Judiciário e Legislativo, autarquias, etc. Tornava-se necessária maior efetividade de movimentos.

Foi então que sanando tal entrave o Decreto n.º 43.285, de 25 de fevereiro de 1958, criou o Grupo de Trabalho, fazendo cessar automaticamente as atividades da Comissão citada.

Uma vez instalada a nova unidade, foi remetida pela antiga Comissão para a Diretoria Executiva do Grupo a documentação relativa a Brasília, constante principalmente dos levantamentos feitos, cálculos de área para os Ministérios e cartas e requerimentos de servidores solicitando informações ou transferência para a nova capital.

Executaram-se, então, diversos serviços para o Grupo de Trabalho, entre os quais o estudo de mobiliário para os Ministérios, desenhos e organogramas.

Ainda com referência a Brasília, foram efetuados dois estudos para o edifício-sede do D.A.S.P., devendo, também, elaborar-se um terceiro, em face de se ter modificada a urbanização da Praça dos Três Podêres, com a inclusão de blocos de edifícios entre os dos Ministérios.

Adiante, podem apreciar-se estudos do prédio destinado ao D.A.S.P., e do mobiliário destinado às repartições.

LEVANTAMENTO PRELIMINAR DOS EDIFÍCIOS PÚBLICOS A SEREM
CONSTRUÍDOS EM BRASÍLIA

1.^a Etapa

I — Poder Legislativo

1 — Palácio do Congresso

II — Poder Judiciário

2 — Palácio da Justiça
Supremo Tribunal Federal
Tribunal Federal de Recursos
Justiça Eleitoral
Justiça Militar
Justiça do Trabalho

III — Poder Executivo

3 — Tribunal de Contas
4 — Palácio do Govêrno (Despacho)
5 — Palácio do Govêrno (Sede)
6 — Residência do Presidente
7 — D.A.S.P.

Ministérios

M. da Aeronáutica

8 — Edifício-sede
9 — Grupo de Transporte Especial (já criado)

M. da Agricultura

10 — Edifício-sede

M. da Educação e Cultura

11 — Edifício-sede
12 — Centros Educacionais Primários
13 — Centro Educacional Secundário

M. da Fazenda

14 — Edifício-sede

M. da Viação e Obras Públicas

15 — Edifício-sede
16 — Correios e Telégrafos (agência)

M. da Guerra

- 17 — Edifício-sede
- 18 — Imprensa Militar e Gabinete Fotográfico
- 19 — Batalhão de Guardas
- 20 — Regimento de Cavalaria de Guardas
- 21 — Batalhão de Polícia do Exército

M. da Justiça e Negócios Interiores

- 22 — Edifício-sede
- 23 — Agência Nacional
- 24 — Departamento de Imprensa Nacional
- 25 — Corpo de Bombeiros

M. da Marinha

- 26 — Edifício-sede
- 27 — Serviço de Comunicações (Rádio)
- 28 — Batalhão de Fuzileiros Navais (com quartel)

M. das Relações Exteriores

- 29 — Edifício-sede

M. da Saúde

- 30 — Edifício-sede
- 31 — Hospital Geral — Pronto Socorro — Maternidade
(Centro Médico)
- 32 — Inspeção de Saúde dos Portos no Aeroporto de
Brasília (parte do Aeroporto)

M. do Trabalho, Indústria e Comércio

- 33 — Edifício-sede

2.^a Etapa

Ministérios

M. da Educação e Cultura

- 1 — Centro Cultural

M. da Fazenda

- 2 — Estação Aduaneira de Importação Aérea

M. da Viação e Obras Públicas

- 3 — Departamento dos Correios e Telégrafos (Sede e
D. Regional)
- 4 — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

M. da Marinha

- 5 — Depósitos de Suprimentos
- 6 — Serviço de Transporte (com oficinas)
- 7 — Quartel de Marinheiros

3.^a Etapa

Poder Executivo

- 1 — Presidência da República (Órgãos subordinados e autônomos)
 - Comissão Executiva do Plano de Carvão Nacional
 - Comissão do Vale do São Francisco
 - Conselho Coordenador do Abastecimento Nacional
 - Conselho Nacional de Petróleo
 - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
 - Conselho de Segurança Nacional e Conselho Nacional de Economia

Autarquias

- 2 — Conselho Nacional de Pesquisas
- 3 — Instituto do Açúcar e do Alcool
- 4 — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- 5 — Caixa Econômica (sede)
- 6 — Instituto Brasileiro do Café (sede)
- 7 — Rêde Ferroviária Federal
- 8 — Banco Nacional de Crédito Cooperativo
- 9 — Serviço Social Rural
- 10 — Instituto Nacional de Imigração e Colonização

Ministérios

M. da Aeronáutica

- 11 — Serviço de Reembolsável
- 12 — Hospital Regional de Aeronáutica

M. da Agricultura

- 13 — Estação Florestal de Experimentação
- 14 — Escola Agrotécnica
- 15 — Departamento Nacional da Produção Animal (inclusive Laboratórios das Divisões)
- 16 — Departamento Nacional da Produção Mineral —
Divisão de Geologia e Mineralogia

- 17 — Departamento Nacional da Produção Vegetal —
Divisão de Defesa Sanitária Vegetal
- 18 — Serviço de Proteção aos Índios
- 19 — Serviço de Meteorologia — Instituto Regional de
Meteorologia com Centro de Previsão
- 20 — Observatório Meteorológico

M. da Educação e Cultura

- 21 — Centro Regional do Instituto Nacional de Estudos
Pedagógicos
- 22 — Serviço de Radiodifusão Educativa
- 23 — Centro Educacional Superior

M. da Guerra

- 24 — Hospital Militar
- 25 — Estação Rádio do Exército
- 26 — Pôsto de Serviço Auto-Manutenção

M. da Justiça e Negócios Interiores

- 27 — Depósito Público
- 28 — Presídio do Futuro Distrito Federal
- 29 — Colônia Agrícola Penal (depende da organização
do futuro D. F.)
- 30 — Departamento Federal de Segurança Pública e De-
legacias
- 31 — Estabelecimentos Penais (depende da organização
do futuro D. F.)
- 32 — Polícia Federal (depende da organização do fu-
turo D. F.)
- 33 — Arquivo Nacional

M. da Marinha

- 34 — Hospital Naval
- 35 — Serviço de Reembolsável

M. do Trabalho, Indústria e Comércio (Autarquias)

Institutos de Aposentadoria e Pensões

- 36 — Industriários
- 37 — Comerciais
- 38 — Transportes e Cargas
- 39 — Bancários
- 40 — Marítimos

- 41 — Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
- 42 — Serviço de Alimentação da Previdência Social
- 43 — Instituto Nacional do Pinho
- 44 — Fundação da Casa Popular
- 45 — Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos

Em resumo, construir-se-ão 33 prédios na 1.^a etapa, 7 prédios na 2.^a etapa e 45 na terceira, perfazendo um total de 85 prédios.

Cidade Universitária — A Cidade Universitária da Universidade do Brasil, localizada na área resultante da unificação do arquipélago (9 ilhas) situado entre a Ponta do Caju e a Ilha do Governador, tem sua construção a cargo de um Escritório Técnico, criado para esse fim, e fazendo parte integrante do D.A.S.P.

Com uma área total de 5.957.000m² no projeto inicial, posteriormente, devido a correções fundamentadas que tiveram por objetivo evitar aterros marítimos muito profundos, teve a sua superfície reduzida para 5.956.000m², com 4.286.000m² atualmente livres, aterrados e saneados.

Iniciados os trabalhos em 1945, quando as despesas foram custeadas pelo crédito especial de Cr\$ 10.071.073,30 (dez milhões, setenta e um mil, setenta e três cruzeiros e trinta centavos), até 1957 foram gastos Cr\$ 1.272.495.233,55 (um bilhão, duzentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e cinco mil, duzentos e trinta e três cruzeiros e cinquenta e cinco centavos).

O plano de recursos orçamentários para 1958 que mereceram a aprovação presidencial, pode assim ser discriminado:

Complementação necessária
para atender, em 1958, ao
programa de inauguração

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
1. Para pagamento de despesas realizadas à conta do caucionamento de faturas no Banco do Brasil, conforme autorização do Sr. Presidente da República		30.000.000	
2. Faculdade Nacional de Arquitetura — Para instalação complementar do Bloco A e prosseguimento dos Blocos B, C e D		20.000.000	

3. <i>Hospital de Clínicas:</i>			
a) prosseguimento das partes estruturais da cobertura dos Blocos A, B e C	20.000.000		
b) prosseguimento da estrutura do Bloco E	6.000.000	26.000.000	19.000.000
4. <i>Escola Nacional de Engenharia:</i>			
a) partes estruturais da ligação dos Blocos A e B	4.000.000		
b) reservatório subterrâneo de água	1.000.000		
c) cobertura, instalações e revestimentos do Bloco A	20.000.000		
d) prosseguimento dos Blocos H e I	15.000.000	40.000.000	60.000.000
5. <i>Ponte</i> — prosseguimento da concretagem dos pilares e das obras de acesso à ponte		10.000.000	10.000.000
6. <i>Planejamento e detalhamento das obras</i>		8.500.000	
7. <i>Fiscalização</i>		2.500.000	
8. <i>Administração</i>		2.000.000	
9. <i>Serviços gerais</i> — regularização topográfica; proteção de aterros; ajardinamento e arborização; conservação e manutenção das instalações		35.000.000	27.000.000
Total		174.000.000	126.000.000

Para uma idéia da insuficiência de disponibilidade financeira, acarretando, em conseqüência, uma redução do ritmo de trabalho, confronte-se a verba destinada à Cidade Universitária, em 1954, quando foi de Cr\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros), com aquela destinada ao mesmo fim em 1957 (Cr\$ 147.600.000,00 — cento e quarenta e sete milhões e seiscentos mil cruzeiros). Além de reduzida, assinala-se para esta última um poder aquisitivo correspondente a Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros).

A fim de que fôsse permitido terminar as obras em menor prazo, foi elaborado para 1958 um programa mínimo de construção, orçado em Cr\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de cruzeiros), prevendo a apresentação, nesse ano, de um bloco da Faculdade Nacional de Arquitetura; em 1959, do bloco principal da Escola Nacional de Engenharia e da Ponte Oswaldo Cruz; e, em 1960, de uma parte do Hospital de Clínicas.

Com o objetivo de cobrir a diferença entre a verba consignada no Orçamento e o custo do plano previsto, o Governo encaminhou ao Congresso Nacional Mensagem acompanhada de projeto de lei, em que solicitava a abertura de crédito especial. Discutido e votado, o projeto foi con-

vertido na Lei n.º 3.499, de 21 de dezembro de 1958, autorizando o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de cruzeiros).

Procede-se, ainda, ao caucionamento, pelo Banco do Brasil, de faturas dos empreiteiros e executores de outros serviços do Hospital de Clínicas e da Escola Nacional de Engenharia.

É a seguinte a situação em que se encontram os trabalhos da Cidade Universitária na presente data:

Instituto de Puericultura — Continua o Escritório Técnico a custear os trabalhos complementares dessa unidade além de prestar assistência à manutenção das diversas instalações (elétricas, de vapor e gás).

As despesas realizadas com êsse Instituto, desde o início dos trabalhos, podem ser assim relacionadas:

	Cr\$
1949	2.470.930,00
1950	4.212.864,60
1951	5.000.081,50
1952	17.728.296,50
1953	14.317.337,00
1954	5.438.141,90
1955	1.992.638,20
1956	2.455.724,40
1957	3.185.999,30
1958	1.615.899,70
Total	<hr/> 58.453.913,10 <hr/>

Deve ressaltar-se que no quadro acima não foram levadas em conta as despesas referentes às cotas-partes dos serviços gerais de planejamento, fiscalização e administração, que oscilam entre 4 e 5% do valor das obras.

Hospital de Clínicas — Durante o ano de 1958, foi executada a seguinte concretagem total:

Bloco B — Parte III — 13.º teto;

Bloco B — Parte III — Casa das Máquinas;

Bloco B — Parte I — 12.º teto;

- Bloco C — Parte III — 13.º teto;
 Bloco C — Parte III — Casa das Máquinas;
 Bloco C — Parte I — 12.º teto.

Continuam em andamento os seguintes serviços:

Bloco B — Parte II — 12.º teto: concretados os pilares e lajes inferiores e quase concluída a concretagem das vigas com as suas respectivas armações;

Bloco C — Parte II — 12.º teto: concretados os pilares e lajes inferiores, continuando a colocação dos painéis das vigas com as respectivas armações;

Bloco B — Parte I — 13.º teto: iniciadas a colocação das fôrmas dos pilares e assoalho das lajes inferiores. Os serviços de estrutura, executados em 1958, assim se resumem:

	<i>Medição</i>	
Concreto — m ³	moldes — m ²	Aço — Kg
498,326	5.732,30	42.716
556,182	6.150,38	41.792
402,544	5.231,33	37.370
<hr/>	<hr/>	<hr/>
1.457,052	17.114,01	121.878

Desde o início, os serviços estruturais acumulados assim se discriminam:

Concreto — 1.530.770m³
 Aço — 24.397,01 toneladas
 Moldes — 837.175m²

Sem considerar as cotas-partes das despesas gerais (planejamento, fiscalização e administração), ter-se-á a seguinte discriminação, por ano, das despesas realizadas:

1951	4.387.882,70
1952	17.388.649,10
1953	30.219.914,20
1954	31.657.439,90
1955	27.329.833,60
1956	37.219.966,30
1957	33.395.210,30
1958	8.666.220,70
<hr/>	<hr/>
Total	190.265.116,80
	<hr/>

Escola Nacional de Engenharia — Em 1958, no trabalho de concretagem total, foram concluídos:

Bloco H — Partes I e II — 2.º teto;

Bloco H — Partes I, II e III — 3.º teto;

Bloco C — Partes I, II e III — 1.º teto — placas pré-moldadas;

Bloco B — Partes I, II e III — 1.º teto — placas pré-moldadas;

Bloco A — Partes III, IV e V — placas pré-moldadas;

Bloco A — terraços: conclusão das placas pré-moldadas;

Bloco A — Partes III, IV e V — 2.º teto: lado esquerdo.

Foram concretadas as lajes e vigas que compõem o Shaed.

Continuam em andamento os seguintes serviços:

Bloco H — Parte V — 2.º teto, em que já foram concretadas as lajes e vigas inferiores e parte das lajes e vigas superiores;

Bloco H — Parte IV — 3.º teto, em que estão em execução as fôrmas dos pilares e da laje do corredor;

Bloco I — Parte VI — 2.º teto: preparação de fôrmas dos pilares do lado direito;

Bloco I — Parte VIII — 2.º teto: quadro — concretados 50% aproximadamente, da parte.

A estrutura já executada assim se discrimina:

Concreto — 45.461.928m²

Aço — 4.461.891

Moldes — 552.550m²

As despesas realizadas desde que os trabalhos foram iniciados, são as seguintes:

	Cr\$
1951	4.603.000,00
1952	14.316.641,00
1953	18.024.117,10
1954	17.911.363,70
1955	28.712.089,10
1956	21.840.255,40
1957	25.817.278,80
1958	17.246.191,70
Total	<u>148.470.997,70</u>

Também aqui não foram levadas em consideração as cotas-partes de planejamento, fiscalização e administração, que somente poderão ser calculadas com a conclusão de todos os trabalhos.

Faculdade Nacional de Arquitetura — Constitui-se esta unidade de um Bloco principal A, com oito pavimentos, de área bruta de 33.660m², do Bloco B, com dois pavimentos, e área de 4.564m², dos Blocos C e D, também com dois pavimentos, e área total de 18.900m², e mais um quinto Bloco E, com 5.200 m², que se destinará a um grande museu de arquitetura comparada, cujos trabalhos ainda não foram iniciados.

O Bloco A, medindo 170m x 25m em planta e 47m de altura, tem o pavimento térreo, com 50% de sua área em pilotis, compreendendo portaria, arquivo, almoxarifado, cozinha, refeitório, cantina e Diretório Acadêmico. No 2.º pavimento (sobreloja), que se prolonga pelo Bloco C, ficarão instalados a administração, a diretoria, a congregação, o Conselho Departamental e parte do Diretório Acadêmico. Os 4 pavimentos (3.º, 4.º, 5.º e 7.º), destinados ao curso de arquitetura, são iguais e compreendem 2 salas de trabalho (estúdio para 11 alunos), 21 salas com capacidade para 8 estudantes cada uma, 2 salas de ensino teórico (uma para 50 alunos e outra para 100), 3 salas de ensino prático (24 alunos), gabinete para professores, secretaria, depósito e outras instalações. O 8.º pavimento, idêntico aos anteriores, destina-se aos cursos de pós-graduação, e, provisoriamente, ao de urbanismo, até que seja construído o Bloco a êle destinado.

O Bloco B, destinado à Biblioteca, tem entrada independente permitindo o livre acesso a qualquer hora.

Os Blocos C e D, com 2 pavimentos, serão destinados às cadeiras de Materiais de Construção, Mecânica do Solo, Física Aplicada, Higiene das Habitações, Saneamento das Cidades, Desenho Figurado, Modelagem, ao Museu Técnico, ao Auditório, com capacidade para 300 pessoas, além de comportar mostruários e oficinas de maquetas.

Os Blocos A, B, C e D, terão uma área de 56.324m², incluindo-se a dos pilotis.

A lotação normal, oscilando entre 900 e 1.065 alunos, sem considerarmos os dos cursos de pós-graduação e urbanismo, dará uma área de 56m² *per-capita*.

Desde o início dos trabalhos, assim se discriminam as despesas realizadas, excluídas as cotas-partes de planejamento, fiscalização e administração, que variam entre 4 e 7% do total despendido:

	Cr\$
1950	3.008.328,20
1951	8.803.494,60
1952	16.089.553,20
1953	11.263.450,90
1954	24.637.818,00
1955	47.672.590,90
1956	71.559.945,60
1957	61.648.699,40
1958	29.904.806,40
Total	274.558.687,20

Pontes — São previstas no plano geral urbanístico três pontes, duas das quais de ligação com o continente e outra com a Ilha do Governador.

Entretanto, quando foi determinada, por lei, a localização da Cidade Universitária nas ilhas, o Ministério da Aeronáutica já cuidava da construção de uma ponte do continente à antiga Ilha do Fundão e de outra indo desta à Ilha do Governador. Projetadas com a largura de 10m, considerada insuficiente às necessidades da Cidade Universitária, acrescidas às da própria Ilha do Governador, procurou-se ampliar apenas o lance Continente-Fundão, dando-lhe 20m de largura.

Conforme foi dito em relatório anterior, uma das pontes planejadas entre a Ilha Universitária e o continente unirá a avenida que parte do centro de gravidade da Ilha — Praça da Reitoria — à alamêda que será aberta no continente, pela Prefeitura do Distrito Federal.

Não tendo sido obtida a elevação dos recursos financeiros pretendida para o exercício de 1958, os serviços continuaram com atendimento, apenas, ao plano estabelecido para o emprêgo da dotação orçamentária.

Sem que sejam consideradas as cotas-partes de planejamento, fiscalização e administração, as despesas ocorridas desde o início assim se discriminam:

	Cr\$
1954 (estudos)	770.215,00
1956 (construção)	10.643.000,00
1957 (construção)	4.619.910,00
Total	16.033.125,00

Durante o ano de 1958, foram ainda executados os seguintes serviços:

Apoio D — Tubulões 4, 5 e 6 — Concretagem do anel, no fuste dos tubulões, com duas caixas sucessivas de 2m de altura. Cravação e deslocamento, para verificação da posição, com o posterior enchimento dos respectivos núcleos, com a altura de 13,95 m para o primeiro e 13,70 m para os dois últimos;

Apoio D — Tubulão 3 — Prosseguem os trabalhos de cravação e deslocamento.

Obras gerais — Os trabalhos aqui abrangidos, e que são executados por administração direta do Escritório Técnico, podem ser grupados nos seguintes itens:

a) Execução e conservação de estrada de serviço — A Ilha Universitária conta atualmente com a estrada de serviço, com 7.600 m e superfície de 60.800 m², e a estrada principal, com 20.600 m² de área pavimentada a macadame betuminoso.

b) Serviço de urbanismo e terraplenagem — Os serviços executados foram os seguintes:

- atêrro da pista de acesso à avenida principal
- conservação da pavimentação da mesma avenida
- construção de estrada de serviço junto ao Hospital de Clínicas
- rêde de águas pluviais para a estrada de acesso à avenida principal
- atêrro para os taludes laterais da avenida principal e preparação para o plantio de grama
- rêde de esgotos e águas pluviais para a escola primária
- retirada de saibro para as obras da Cidade Universitária
- escavação na Escola Nacional de Engenharia para o reservatório subterrâneo e para a galeria
- limpeza das áreas fronteiras ao Hospital de Clínicas e à Faculdade Nacional de Arquitetura, para o plantio de árvores.

c) Rêdes de água, energia e telefones — A rêde de distribuição de água, que parte do reservatório em concreto, com capacidade de 120.000 litros, com bomba de recalque de 15 HP, mede 9.800 m

com 2.980 m em tubos de 4", 4.600 m em tubos de 2" e o restante em 1 1/2" e 1/2". O fornecimento de energia elétrica é efetuado mediante uma rede distribuidora de 6.000 volts, com 8.200 m de extensão, existindo 16 transformadores de poste de 50 KVA. A subestação, com 3 transformadores de 50 KVA, recebe energia sob a tensão de 5.000 volts. A rede telefônica, ligando as diversas obras à Administração, mede cerca de 4.000 m e dispõe de 13 aparelhos em serviço.

d) Manutenção de máquinas, veículos, oficina e transporte — A frota de viaturas do Escritório Técnico é constituída de 8 jeeps, 4 caminhões, 1 trator, 1 motoniveladora, 1 rôlo compressor, 1 carro-pipa, 3 caminhonetes, 2 pick-up, 1 auto Citroen, 1 ônibus Citroen e 1 reboque para jeep.

Os serviços de oficina compreendem serviço de mecânica, solda elétrica e a oxigênio, pintura e posto de lubrificação e lavagem.

e) Construção e conservação de depósitos diversos, alojamentos etc. — São as seguintes as unidades existentes:

- almoxarifado — 1.536 m² — 4 blocos
- escritório da fiscalização — 849 m² — 2 galpões
- garagem, oficinas e posto de serviço — 680 m²
- carpintaria e marcenaria — 190 m²
- galpões para o Serviço Nacional da Malária 80 m²
- posto médico — 40 m²
- alojamento e residências do pessoal que reside na ilha — 7 alojamentos coletivos, com área de 735 m², e 22 residências para famílias, com 1.355 m² de área.

f) Serviço de vigilância — Conta com 30 elementos, sendo 15 vigilantes, 2 encarregados e 13 serventes, executando o serviço de ronda a cavalo, durante 24 horas por dia, e em 5 postos fixos, a saber: Puericultura, Portaria, Catalão, Sapucaia e Residência. Conta a Vigilância com alojamento próprio para os vigilantes.

Hortos e Jardins — No relatório referente a 1957, houve oportunidade de informar-se que o problema de arborizar e ajardinar mais de 500 hectares da Ilha Universitária, quase inteiramente despidos de vegetação, não poderia ser resolvido adquirindo-se mudas, nem apelando para

os hortos federais e municipais existentes, pois que a compra a particulares atingiria a valores elevadíssimos e os órgãos do Govêrno ainda não possuem mudas em quantidade suficiente para os seus encargos normais.

Instalou, então, o Escritório Técnico três hortos de grandes proporções para atender às necessidades da Cidade Universitária: um, permanente, em terras da antiga Ilha da Sapucaia, outro, provisório, na ex-Ilha do Catalão, que se tornará num dos bosques previstos no plano geral de urbanismo, e um terceiro, hórto auxiliar, em terras situadas junto ao Jardim Botânico, cedidas, a título provisório, pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. Êste hórto auxiliar funcionou com real vantagem até agosto de 1958, quando por medida de economia e para imprimir uma unidade de orientação técnica e administrativa foi extinto, sendo transportadas as mudas e os materiais para os hortos principais da Ilha Universitária.

Escola Primária Modelo — De conformidade com o Têrmo de Acôrdo Especial, celebrado em 25 de abril de 1957, entre o Ministério da Educação e Cultura, o D.A.S.P. e o Escritório Técnico da Cidade Universitária, estão sendo executadas as obras de um prédio, integrante do plano de construções, destinado à ampliação e melhoria da rêde escolar primária.

Para êsse fim, foi aproveitada a estrutura do edifício que era destinado a um presídio militar, na Ilha do Bom Jesus, hoje integrada na Ilha Universitária.

De conformidade com o citado Têrmo, as obras correm por conta do Fundo Nacional de Ensino Primário, à disposição do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que entrega os recursos financeiros em parcelas, atendendo ao desenvolvimento dos trabalhos. Tôda a despesa é comprovada perante aquêle órgão do Ministério da Educação e Cultura.

Em janeiro de 1958, foram iniciadas as obras, compreendendo o pavimento térreo dos Blocos A, B e C a Escola Primária, enquanto os demais pavimentos do Bloco principal A destinam-se a uma Escola de Aplicação do I.N.E.P. Inicialmente, êsses pavimentos serão utilizados para o alojamento de estudantes até que possam ser construídos os blocos residenciais. A capacidade do edifício é de, aproximadamente, 400 alunos na Escola Primária e 350 no alojamento. Está sendo dotado de instalações sanitárias, refeitório, serviços médico e dentário, serviços de administração e recreação, salas de aulas, jardim de infância e auditório.

Os trabalhos executados, desde o início até agora, resumem-se em serviço de concretagem dos pisos, alvenarias de tijolos, revestimentos internos e externos e empenas, azulejos em sanitários, regularização das fachadas e execução do projeto de abastecimento de água, luz, fôrça e esgôto.

Até o presente, as despesas elevam-se a cêrca de Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros).

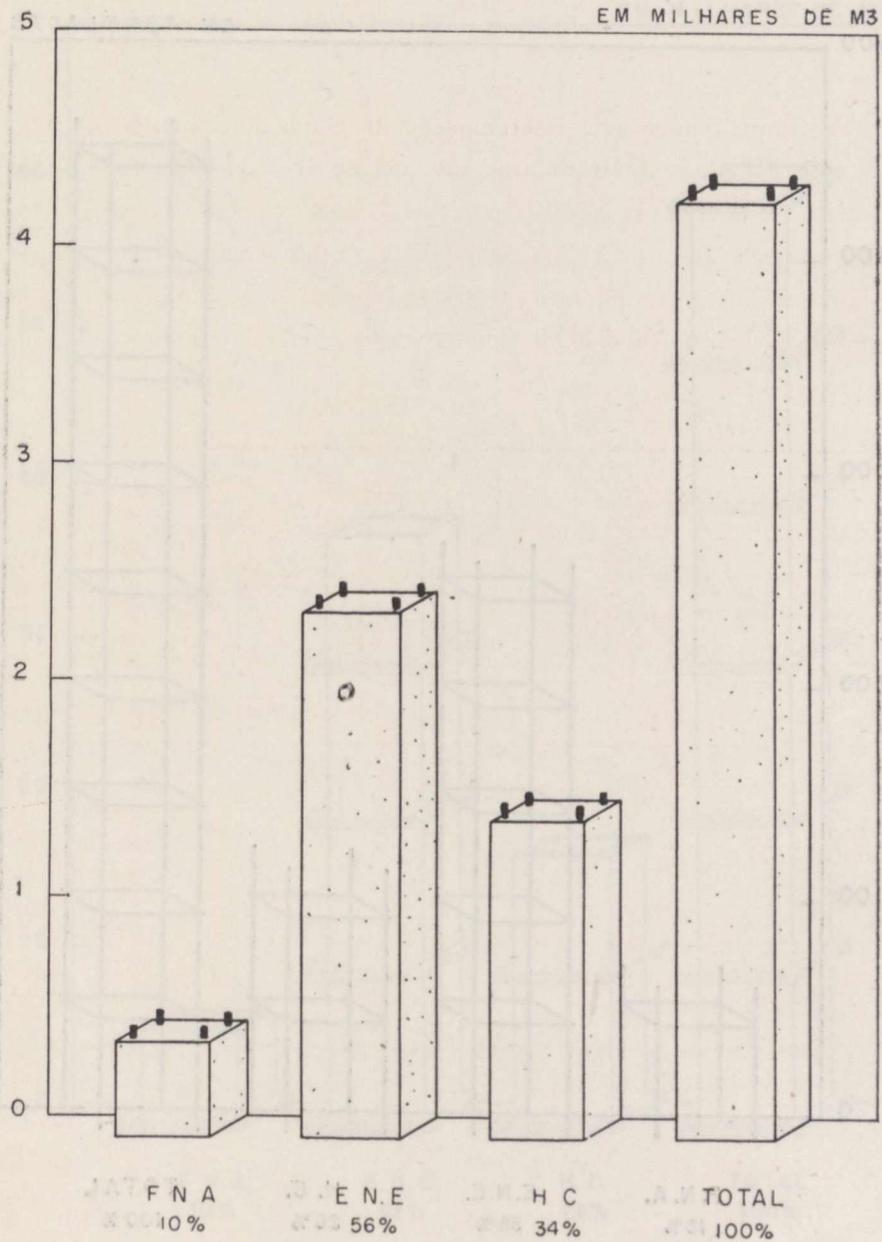
* * *

A seguir, tem-se uma discriminação do plano de obras, para 1959, referente à Cidade Universitária, que dispõe de Cr\$ 290.000.000,00 (duzentos e noventa milhões de cruzeiros), no Orçamento Geral da República, acrescidos de Cr\$ 126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de cruzeiros), correspondentes ao crédito especial aberto, totalizando uma verba de Cr\$ 416.000.000,00 (quatrocentos e dezesseis milhões de cruzeiros).

DISCRIMINAÇÃO	LEI ORÇAMENTÁRIA	LEI ESPECIAL	TOTAL
1 — Faculdade Nacional de Arquitetura.....	40.000.000,00		40.000.000,00
2 — Escola Nacional de Engenharia.....	92.000.000,00	58.000.000,00	150.000.000,00
3 — Hospital de Clínicas.....	92.000.000,00	58.000.000,00	150.000.000,00
4 — Administração, Fisc. e Planejamento.....	18.000.000,00	2.000.000,00	20.000.000,00
5 — Manutenção do Inst. de Puericultura.....	3.000.000,00	—	3.000.000,00
6 — Ponte Oswaldo Cruz.....	12.760.000,00	3.000.000,00	15.760.000,00
7 — Serviços Gerais.....	20.000.000,00	5.000.000,00	25.000.000,00
8 — Cauçionamento de faturas.....	12.240.000,00	—	12.240.000,00
TOTAIS.....	290.000.000,00	126.000.000,00	416.000.000,00

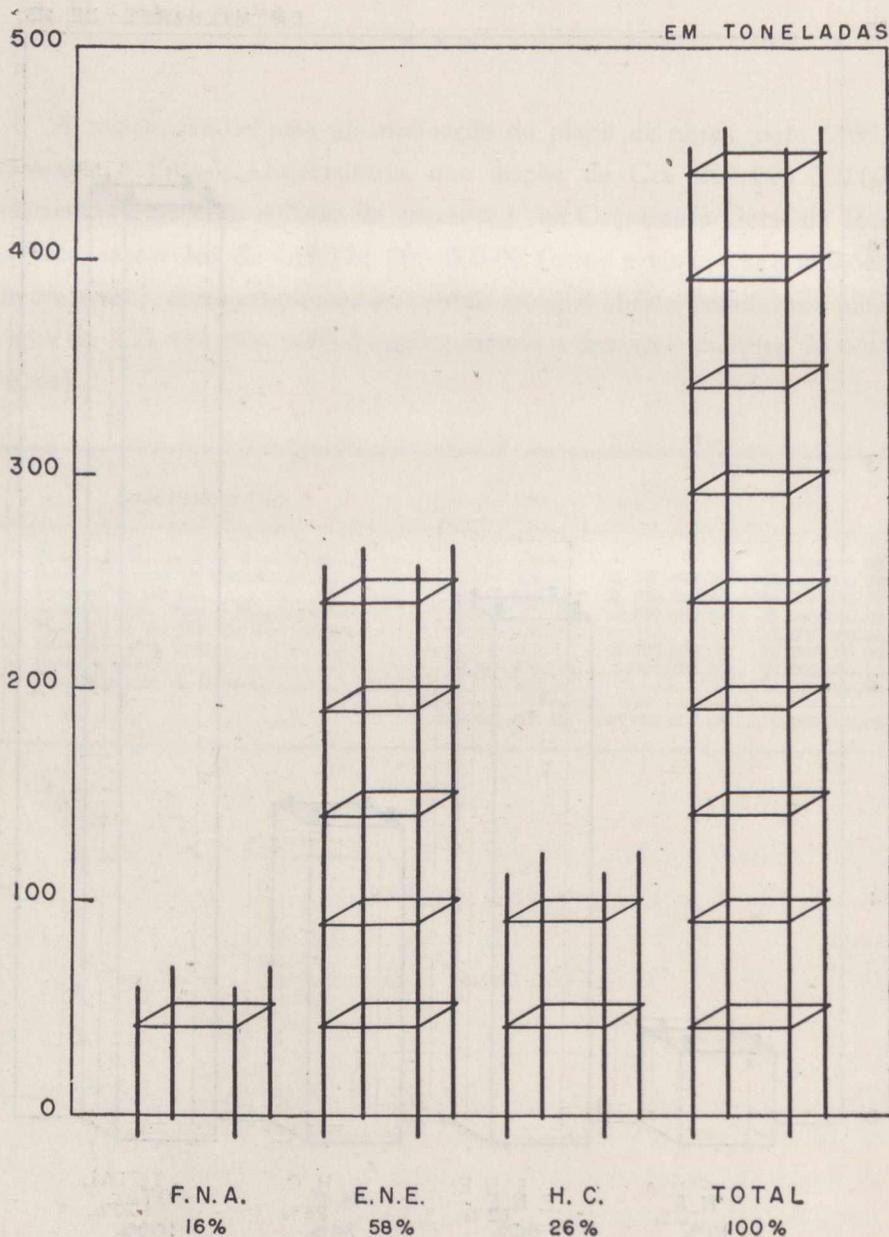
SERVIÇOS ESTRUTURAIS EFETUADOS NOS EDIFÍCIOS
DA CIDADE UNIVERSITÁRIA EM 1958

CONCRETO



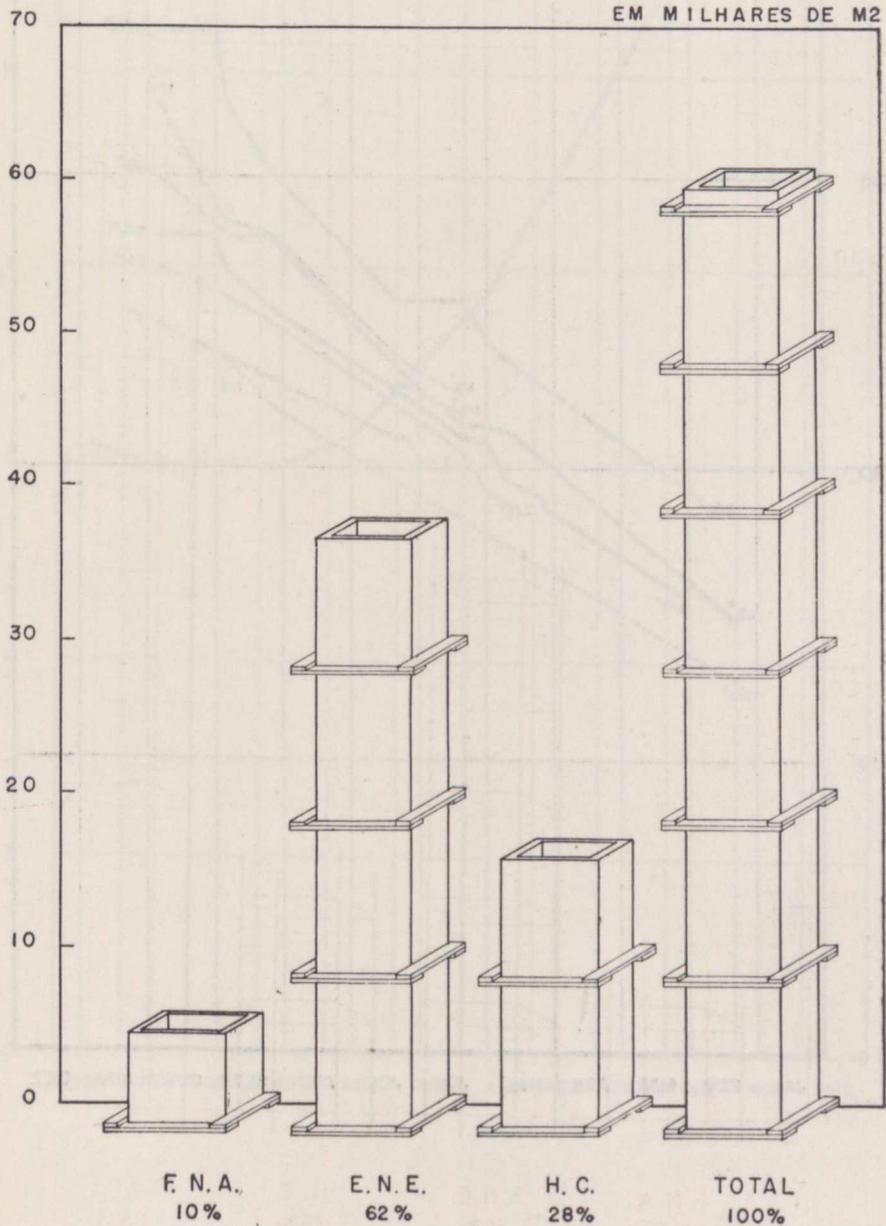
SERVIÇOS ESTRUTURAIS EFETUADOS NOS EDIFÍCIOS DA CIDADE UNIVERSITÁRIA DE 1958

AÇO



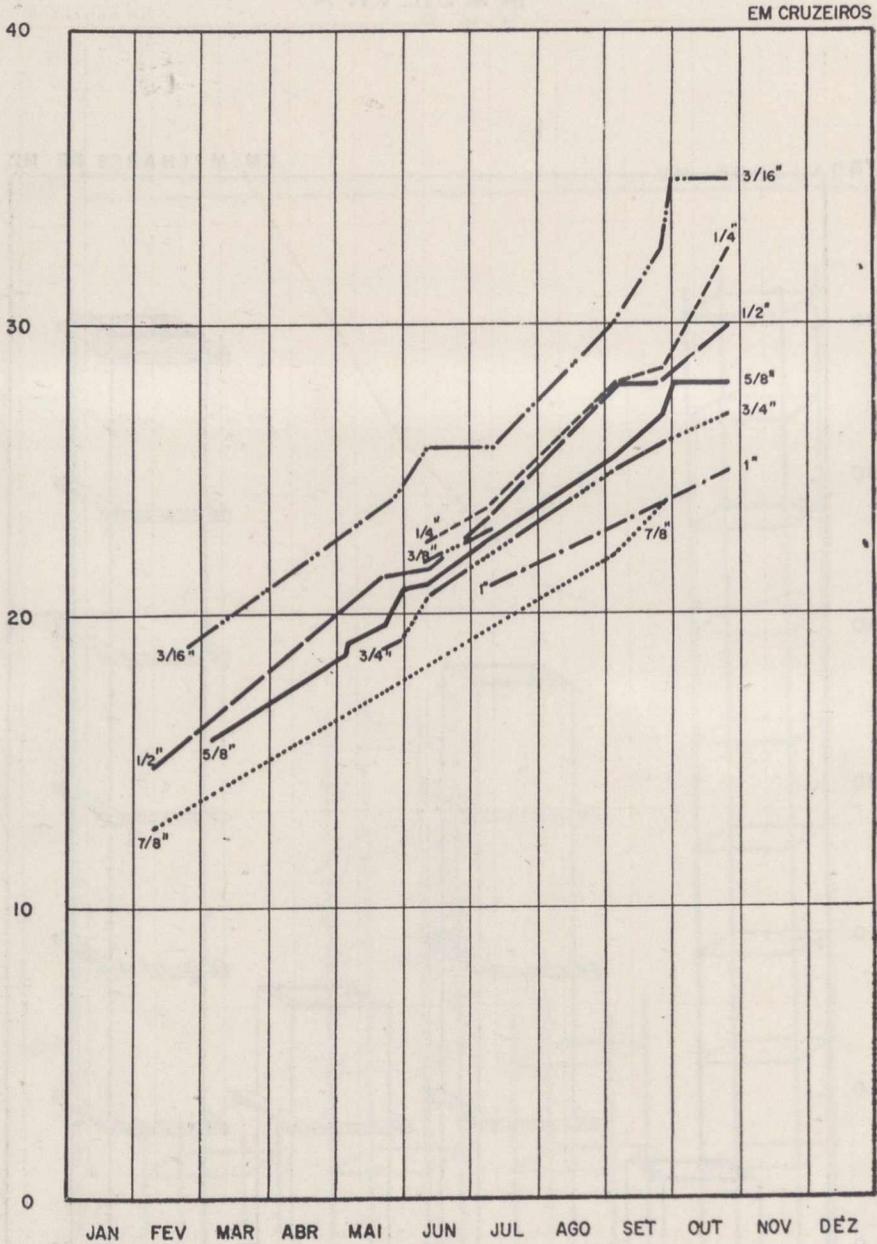
SERVIÇOS ESTRUTURAIS EFETUADOS NOS EDIFÍCIOS DA CIDADE UNIVERSITÁRIA EM 1958

MADEIRA



PREÇO DE VERGALHÕES DE AÇO

1958



PREÇO DE TÁBUAS DE PINHO DE 3ª

1958.



Os processos que transitaram no D.A.S.P., em 1958, em número de 272, estão assim distribuídos:

PROCEDÊNCIA	PROCESSOS	
	Entradas	Saídas
Ministério da Agricultura.....	141	141
Ministério da Educação e Cultura.....	23	22
Ministério da Fazenda.....	9	8
Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	35	35
Ministério das Relações Exteriores.....	1	1
Ministério da Saúde.....	36	35
Ministério da Viação e Obras Públicas.....	13	11
Presidência da República.....	14	13
TOTAL.....	272	266

Nesses processos o D.A.S.P. examinou e deu parecer sobre 268 projetos de obras, assim discriminados por procedência:

PROCEDÊNCIA	PROJETOS
Ministério da Agricultura.....	142
Ministério da Educação e Cultura.....	17
Ministério da Fazenda.....	2
Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	30
Ministério da Saúde.....	55
Ministério da Viação e Obras Públicas.....	15
Presidência da República.....	7
TOTAL.....	268

O valor global dos orçamentos dos trabalhos analisados atingiu a Cr\$ 1. 043.762.024,80 (um bilhão, quarenta e três milhões, setecentos e sessenta e dois mil e vinte e quatro cruzeiros e oitenta centavos). No quadro abaixo temos a discriminação parcial, por ministério, desse total.

PROCEDÊNCIA	ORÇAMENTOS APROVADOS
	Cr\$
Ministério da Agricultura.....	298.241.917,50
Ministério da Educação e Cultura.....	135.723.409,70
Ministério da Fazenda.....	22.549.671,00
Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	52.664.216,90
Ministério da Saúde.....	382.682.398,10
Ministério da Viação e Obras Públicas.....	152.100.411,60
TOTAL.....	1.043.762.024,80

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1958 Cr-\$
416	17- 3-58	Universidade Rural — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Obras de construção de um bloco de alojamento de alunos na dita Universidade.....	490.900,00	500.000,00
417	17- 3-58	Escola Nacional de Veterinária da Universidade Rural — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Construção de um pavilhão de isolamento e serviço de terraplenagem.....	9.227.780,00	1.000.000,00
418	17- 3-58	Jardim Botânico nesta Capital.....	Execução de obras de acréscimo e reparos na residência do Diretor do Serviço Florestal.....	962.905,00	962.905,00
684	29- 4-58	Instituto Agronômico do Leste em Cruz Alta, Bahia.....	Construção de dois secadores de cereais.....	199.880,00	Atingida totalmente pelo Plano de Economia
685	29- 4-58	Parque Nacional do Iguaçu — Estado do Paraná.....	Aquisição e instalação de 2 elevadores para os saltos Floriano e Palmeiras.....	2.774.140,00	3.000.000,00
686	29- 4-58	Pósto de Desinfecção de Vagões de Jundiá, Estado de São Paulo.....	Pross-guimento da construção da plataforma.....	591.180,00	Atingida totalmente pelo Plano de Economia
687	29- 4-58	Instituto de Biologia Animal — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Construção de um forno crematório para animais	850.000,00	2.000.000,00
688	29- 4-58	Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Curitiba — Estado do Paraná.....	Construção de um Pavilhão anexo a Escola.	1.851.112,00	1.000.000,00
689	29- 4-58	Pósto de Desinfecção de Vagões em Três Lagoas — Mato Grosso.....	Construção de 100m de plataforma e tanque de decantação.....	606.740,00	Atingida totalmente pelo Plano de Economia
690	29- 4-58	Divisão do Fomento da Produção Vegetal de Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.....	Construção de 3 galpões, acréscimo de 1 galpão e de 1 pavilhão sanitário.....	2.051.291,80	2.000.000,00
691	29- 4-58	Instituto de Zootecnia — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Construção de uma casa geminada para trabalhador e de uma casa para funcionário.....	1.331.857,00	2.300.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1958 Cr-\$
788	10-5-58	Parque Nacional do Iguaçu — Estado do Paraná	Construção de estrutura para 2 elevadores para os saltos Floriano e Palmeiras.....	1.992.860,00	Incluída na dotação de E.M. 685
789	10-5-58	Comissão de Construção do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas.....	Execução de serviços e construção de sarjetas e pavimentação da rua que liga a antiga rodovia Rio — São Paulo ao Instituto de Biologia Animal.....	999.050,00	1.000.000,00
790	10-5-58	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Execução de serviços e reforço da rede de abastecimento d'água na zona residencial.....	660.990,00	1.000.000,00
918	24-5-58	Instituto de Biologia Animal — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Execução de serviços de reparos e adaptações de 1 galpão para a garage do citado Instituto....	149.050,00	4.520.000,00
920	24-5-58	Divisão de Defesa Sanitária Vegetal — Rio....	Execução de obras de reforma do Almoarifado desta Divisão.....	414.700,00	1.480.000,00
928	24-5-58	Centro Pan-Americano de Febre Aftosa — Rio	Execução de obras para construção de 2 reservatórios de água, muros e porteiros.....	1.027.065,00	3.423.000,00 Crédito especial
1003	10-6-58	Jardim Botânico — Rio.....	Prosseguimento das obras de construção de 1 pavilhão para o Laboratório de Botânica Aplicada naquele Jardim.....	109.795,50	100.000,00
1004	10-6-58	Instituto de Química Agrícola — Rio.....	Execução de pequenos reparos no edifício-sede do Instituto.....	399.600,00	400.000,00
1005	10-6-58	Instituto Agronômico do Norte em Recife — Pernambuco.....	Execução de obras para construção de 1 caixa d'água subterrânea e de 1 reservatório elevado neste Instituto.....	677.190,00	1.400.000,00
1006	10-6-58	Departamento Nacional da Produção Mineral nesta Capital.....	Execução de obras do edifício-sede deste Departamento.....	634.500,00	1.500.000,00
1007	10-6-58	Parque Nacional do Iguaçu — Estado do Paraná	Execução de obras complementares no Hotel das Cataratas do referido Parque.....	1.150.270,00	5.500.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1958 Cr\$
1008	10- 6-58	Escola Agrícola Nilo Peçanha em Pinheiral — Estado do Rio de Janeiro.....	Execução de obras para a construção de 2 casas para trabalhadores rurais.....	415.740,00	400.000,00
1068	20- 6-58	Entrepósito de Pesca de Penedo — Estado de Alagoas.....	Aquisição e montagem de equipamentos elétricos de uma subestação abaixadora de tensão.....	810.750,00	8.000.000,00
1069	20- 6-58	Sede do Ministério — Rio.....	Execução de pequenos reparos nas dependências do Departamento de Administração na sede do Ministério.....	230.000,00	1.000.000,00
1077	20- 6-58	Instituto de Biologia Animal — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Construção de 1 casa para funcionários e 4 casas geminadas para trabalhadores.....	3.122.077,00	3.000.000,00
1079	20- 6-58	Parque Nacional do Itatiaia — Estado do Rio de Janeiro.....	Prosseguimento de obras de pavimentação, aquisição e instalação de 1 balcão frigorífico, reforma de 2 abrigos e conclusão da Pousada Massena	806.470,00	Incluída na dotação da E.M. 1007-58
1099	27- 6-58	Hórto Florestal de Saltinho — Estado de Pernambuco.....	Construção de 3 casas para trabalhadores do referido Hórto.....	696.129,00	Incluída na dotação da E.M. 1007/58
1100	27- 6-58	Instituto Agronômico do Sul, Pelotas — Estado do Rio Grande do Sul.....	Construção de câmaras frias na Estação Experimental de Frio do referido Instituto.....	226.795,00	1.000.000,00
1101	27- 6-58	Entrepósito de Pesca de Penedo — Estado de Alagoas.....	Construção de reservatório subterrâneo e de serviços diversos.....	226.474,00	1.000.000,00
1102	27- 6-58	Parque Nacional do Iguaçu — Estado do Paraná	Prosseguimento das obras com a aquisição e montagem de grupo-gerador Motor Diesel e demais acessórios elétricos e rede de distribuição de corrente no Hotel das Cataratas na Foz do Iguaçu	3.467.700,00	Incluída na dotação da E.M. 1007-58

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1958 Cr-\$
1104	27- 6-58	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.	Prosseguimento do programa de obras de reparos, adaptações, conservação, etc, nos prédios do referido Centro.	1.481.655,00	1.500.000,00
1146	4- 7-58	Escola de Pesca e Salga em Luiz Corrêa — Estado do Piauí.	Execução de obras para a construção de 2 edifícios	3.419.686,60	1.000.000,00
1147	4- 7-58	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.	Execução de Obras para a construção de 2 casas, 2 casas geminadas e 2 garagens.	1.975.250,00	2.000.000,00
1149	4- 7-58	Divisão de Inspeção de Produtos de Origem Animal do D.N.P. Animal.	Construção de 1 caixa d'água elevada, 1 reservatório subterrâneo, ca a de bomba e rede de abastecimento destinado a Usina de Beneficiamento de Leite, da Fábrica de Laticínios de referência Divisão na área territorial do C.N.E.P.A.	860.700,00	1.000.000,00
1216	17- 7-58	Universidade Rural do C.N.E.P.A. — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.	Aquisição de 1 condutor-elevador de caçamba, de 1 secador desidratador e 1 conjunto de aparelhos para lavagem e ralagem de raízes alimentícias para completar a instalação da Granja Piloto desta Universidade.	200.000,00	200.000,00
1217	17- 7-58	Escola de Agronomia do Nordeste em Areia — Estado de Pernambuco.	Construção de 5 galinheiros e 1000m de cerca de arame.	250.000,00	250.000,00
1218	17- 7-58	Serviço de Informação Agrícola nesta Capital.	Construção de 1 garagem da Rádio Rural deste Serviço.	999.450,00	1.000.000,00
1220	17- 7-58	Entrepósito de Pesca de Santos — Estado de São Paulo.	Prosseguimento e conclusão de obras de construção e de instalação de equipamento elétrico e hidráulico.	7.321.424,00	10.000.000,00
1265	25- 7-58	Estação Experimental de Criação em Juparanã — Estado do Rio de Janeiro.	Construção de 1 residência para agrônomo desta Estação Experimental.	460.000,00	500.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1958 Cr\$
1334	6-8-58	Escola Agrotécnica de Camboriú — Estado de Santa Catarina	Construção de 1 cocheira para 24 animais.....	331.371,00	1.500.000,00
1337	6-8-58	Estação Experimental de Patos de Minas — Estado de Minas Gerais	Construção de 3 residências na referida Estação Experimental.....	829.020,00	3.000.000,00
1339	6-8-58	Serviço Florestal, nesta Capital.....	Execução de serviços de reparos na rede de instalação elétrica em ruas internas do referido Serviço.....	298.080,00	600.000,00
1340	6-8-58	Departamento Nacional da Produção Mineral, nesta Capital.....	Proseguimento de obras de reparos e reforma do edifício-sete deste Departamento.....	235.500,00	1.500.000,00
1343	6-8-58	Pósto Experimental de Biologia e Psicologia da Universidade Rural — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Execução de obras para a construção de 1 casa e adaptação de 1 casa em 2 residências para operários no dito Pósto.....	789.260,00	800.000,00
1345	6-8-58	Instituto de Zootécnica — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Execução de obras complementares no estábulo para gado leiteiro.....	1.716.620,00	1.000.000,00
1347	6-8-58	Departamento Nacional da Produção Animal, em Benfica nesta Capital.....	Aquisição e montagem de equipamentos para a rede d'água e rede aérea de corrente elétrica de baixa tensão.....	574.400,00	4.320.000,00
1348	6-8-58	Escola Fluminense de Medicina Veterinária em Niterói — Estado do Rio de Janeiro.....	Execução de obras de pequenos reparos em edifícios da referida Escola.....	250.000,00	250.000,00
1350	6-8-58	Estação Experimental de São Simão — Estado de São Paulo.....	Execução de obras na referida Estação.....	926.968,00	1.000.000,00
1355	7-8-58	Escola Agrotécnica de Alegre — Estado do Espírito Santo.....	Construção de 1 residência do Diretor e de 1 pocilga maternidade.....	982.245,00	1.500.000,00
1429	20-8-58	Entrepósito de Pesca de Porto Alegre — Estado do Rio Grande do Sul.....	Obras de construção do edifício do citado Entrepósito, aquisição e montagem da instalação frigorífica e equipamentos.....	61.631.750,00	5.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1958 Cr\$
1430	21-8-58	Departamento Nacional da Produção Mineral, nesta Capital.....	Obras de reconstrução de 1 prédio de 1 subestação elétrica, aquisição e instalação de equipamentos elétricos, e 5 transformadores abaixadores de tensão.....	2.000.000,00	2.000.000,00
1432	21-8-58	Fazenda Experimental de Criação em Uberaba — Estado de Minas Gerais.....	Construção de uma "Casa Rural Brasileira" na citada Fazenda.....	267.340,00	300.000,00
1433	21-8-58	Estação Experimental de Curitiba — Estado do Paraná.....	Prosseguimento e conclusão das obras de 1 "Casa Rural Brasileira" na citada Estação.....	52.120,00	700.000,00
1436	21-8-58	Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônômicas — Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Construção e substituição dos coletores: da rede de e gotejamento anitário na área territorial do referido Centro.....	494.027,00	Incluída na E.M. 790-58
1437	21-8-58	Universidade Rural no Km. 47 da antiga rodovia Rio — São Paulo.....	Construção de 2 galpões e 1 casa rústica para abrigo de campo.....	1.486.346,00	5.000.000,00
1438	21-8-58	Serviço de Meteorologia no Edifício de Caça e Pesca nesta Capital.....	Execução de obras de reparos e pinturas na dependência do citado serviço.....	328.600,00	400.000,00
1439	21-8-58	Estação Experimental de Pelotas — Estado do Rio Grande do Sul.....	Construção de 1 residência para Agrônomo e de 1 casa Rural na citada Estação.....	597.064,00	1.000.000,00
1440	21-8-58	Serviço de Expansão do Trigo.....	Conclusão das obras de construção de Armazém de Cereais de 3000 ton. de Camaquã, Estado do Rio Grande do Sul e aquisição de equipamentos e sua montagem.....	6.436.430,30	87.700.000,00
1491	29-8-58	Escola Agrícola Gustavo Dutra, em Curitiba, Estado de Mato Grosso.....	Construção de 1 ginásio na citada Escola.....	2.752.468,00	400.000,00
1492	29-8-58	Estação Experimental de Ponta Grossa — Estado do Paraná.....	Construção de 2 casas "Rural Brasileira" na referida Estação.....	552.680,00	600.000,00
1493	29-8-58	Departamento Nacional da Produção Animal.....	Construção de Ambulatório de Pescadores em Arroio Sujo — Estado do Rio Grande do Sul	1.465.050,00	10.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMEN TO APROVADO Cr-\$	DOTACÃO, 1958 Cr-\$
1494	29-8-58	Escola Agrotécnica "Visconde da Graça" em Pelotas — Estado do Rio Grande do Sul.....	Execução das obras de acréscimo e o reequipamento do Pavilhão refeitório da citada Escola.....	801.100,00	800.000,00
1495	29-8-58	Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" em Pelotas — Estado do Rio Grande do Sul.....	Execução de canalizações externas de água, esgoto e electricidade na dita Escola.....	1.004.200,00	2.800.000,00
1495	29-8-58	Instituto Agronômico do Nordeste, Recife — Estado de Pernambuco.....	Prosseguimento das obras de construção da estrada destinada a ligar o dito Instituto a Avenida Perimetral de Recife.....	1.073.640,00	1.400.000,00
1497	29-8-58	Parque Nacional da Serra dos Órgãos em Teresópolis — Estado do Rio de Janeiro.....	Execução de obras de reforma no Abrigo n.º 3 do dito Parque.....	290.319,00	Incluída na E.M. 1007-58
1498	29-8-58	Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema em Sorocaba — Estado de São Paulo..	Execução de obras de adaptação para 1 prédio de alojamento e reforma da antiga fábrica de armamentos.....	8.413.372,50	4.000.000,00
1499	29-8-58	Estação Experimental de Campos — Estado do Rio de Janeiro.....	Construção de 1 depósito de adubos e reforma e expansão da rede interna de energia eléctrica..	£01.629,00	800.000,00
1500	29-8-58	Estação Experimental de Passo Fundo Estado do R o Grande do Sul.....	Conclusão das obras de construção de 1 residência para trabalhador na dita Estação.....	261.829,90	900.000,00
1511	6-9-58	Entrepósito de Pesca do Rio Grande — Estado do Rio Grande do Sul.....	Conclusão das obras de construção de 1 conjunto de laboratórios no dito Entrepósito.....	648.506,00	1.000.000,00
1532	6-9-58	Divisão de Caça e Pesca de Natal — Estado do Rio G. do Norte.....	Execução de obras de modificação e construção da lavanderia na Policlínica de Pescadores, dependência da Dita Divisão.....	1.490.898,00	5.000.000,00
1533	6-9-58	Universidade Rural — Km. 47 da antiga rodovia Rio-S. Paulo.....	Execução de obras p/repares e adaptações de 5 casas e do alojamento de alunos da dita Universidade.....	628.354,00	800.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C-§	DOAÇÃO 1958 C-§
1535	6-9-58	Departamento Nacional da Produção Mineral nesta Capital.....	Execução de obras no edifício sede deste Departamento.....	500.000,00	500.000,00
1536	6-9-58	Entrepósito de Pesca de Aracaju — Est. Sergipe..	Prosseguimento de obras e aquisição e instalação de equipamento frigorífico.....	11.214.885,00	Incluída na dotação da E.M. 1532-58
1537	6-9-58	Centro Pan-Americano de Febre Aftosa da Divisão de Defesa Sanitária Animal no Núcleo Colônia São Bento — Est. do Rio de Janeiro.....	Execução das instalações dos laboratórios do referido Centro.....	2.300.716,00	15.000.000,00 Crédito especial
1538	6-9-58	Instituto Agronômico do Oeste, em Sete Lagoas — Est. de Minas Gerais.....	Execução de instalações especiais hidráulicas, pneumáticas, elétricas e complementares e aquisição e montagem de equipamentos de laboratórios destinados ao referido Instituto.....	17.004.535,00	24.004.200,00
1618	22-9-58	Entrepósito de Pesca de Macció — Est. Alagoas..	Prosseguimento das obras de construção e fornecimento e montagem do equipamento frigorífico...	19.189.621,00	16.500.000,00
1619	22-9-58	Serviço de Informação Agrícola no Edifício-sede do Ministério e no Laboratório de Cinematografia na Av. Maracanã nesta Capital.....	Execução de obras na sede do S.I.A. e no Laboratório de Cinematografia.....	499.550,00	500.000,00
1620	22-9-58	Escola Agrotécnica "Djalmas Abreu", em Barbacena.....	Prosseguimento de obras para construção de 1 residência para Diretor da dita Escola.....	2.236.665,00	400.000,00
1621	22-9-58	Escola de Iniciação Agrícola de Salinas — Estado de Minas Gerais.....	Prosseguimento das obras no edifício sede da dita Escola.....	76.850,00	800.000,00
1623	22-9-58	Entrepósito de Pesca em Natal — Estado do Rio G. do Norte.....	Execução de obras de modificações e ampliação do edifício-sede deste Entrepósito.....	101.650,00	Incluída na dotação da E.M. 1532-58

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1958 Cr\$
1667	27-9-58	Entrepasto de Pesca em Salvador — Est. Bahia.	Aquisição, transporte e montagem de peças e Acessórios para a complementação do equipa- mento frigorífico já existente no dito Entrepasto	1.722.200,00	Incluída na dotação da E.M. 1552-58.
1668	27-9-58	Escola Agrotécnica "Vidal de Negreiros" em Ba- naneiras — Est. Paraíba.	Execução de obras de reparos em imóveis da dita Escola.	203.600,00	2.000.000,00
1669	27-9-58	Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Paraná, em Curitiba — Est. Paraná.	Execução de obras de reparos no edifício e nas instalações elétricas e hidráulicas desta Escola	1.063.396,00	1.000.000,00
1670	27-9-58	Escola Agrotécnica "Dias das Abreu" em Bar- baccena — Est. Minas Gerais.	Execução de obras de reparos e substituições nas redes de esgotos e do abastecimento de água à dita Escola.	259.350,00	Incluída na dotação da E.M. 1668-58.
1671	27-9-58	Escola Agrícola "Visconde de Mauá de Inconfi- dentes, Ouro Fino — Est. Minas Gerais.	Execução de obras de reparos na padaria da dita Escola.	100.000,00	Incluída na dotação da E.M. 1668-58.
1672	27-9-58	Pósto de Recepção de Pescado em Itaquí — Est. R. G. do Sul.	Aquisição e montagem de equipamentos frigorí- ficos para a dita Escola.	2.700.000,00	500.000,00
1673	27-9-58	Entrepasto de Pesca de Saquarema — Est. R. de Janeiro.	Aquisição e montagem de equipamento frigorí- fico e execução de obras de melhoramento do dito Entrepasto.	463.458,00	500.000,00
1709	7-10-58	Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em Ter- zopolis — Est. R. de Janeiro.	Execução de obras para a construção de 1 pon- tilhão e ampliação de 1 casa.	1.071.277,00	Incluída na dotação da E.M. 1007-58.
1713	7-10-58	Pósto de Recepção de Pescado em Canavieiras — Est. Bahia.	Construção do referido Pósto e Fábrica de Gelo.	668.780,00	Incluída na dotação da E.M. 1552-58.
1714	7-10-58	Escola Agrícola de Rio Pomba — Est. M. Gerais.	Construção do Pavilhão de Aulas e Admi- nistração da dita Escola.	11.490.427,00	8.000.000,00

E. M.	PARA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C-r\$	DOTAÇÃO 1958 C-r\$
1715	7-10-58	Escola de Iniciação Agrícola de Araquari — Est. de S. Catarina.	Construção da lavanderia para 250 pessoas na dita Escola.	2.651.911,00	800.000,00
1769	17-10-58	Escola de Agronomia do Nordeste em Areia — Est. de Pernambuco.	Execução de obras de reparos nos prédios da dita Escola.	200.000,00	200.000,00
1770	17-10-58	Escola Agrícola João Coimbra em Barreiros — Est. de Pernambuco.	Execução de obras de reparos em imóveis da dita Escola.	200.000,00	Incluída na dotação da E.M. 1668-58.
1771	17-10-58	Estação Experimental de Curitiba — Est. do Paraná.	Construção de 1 Escola Rural Primária na dita Estação.	1.525.718,50	Incluída na dotação da E.M. 1433-58.
1823	25-10-58	Instituto Agronômico do Nordeste em Recife — Est. de Pernambuco.	Construção de 1 Laboratório de Cana de Açúcar no dito Instituto.	783.960,00	8.000.000,00
1826	25-10-58	Escola Agrotécnica "Dialvas de Abreu" em Barbacena Est. Minas Gerais.	Construção de alojamento para o Curso de Economia Rural Doméstica na dita Escola.	9.222.000,00	60.000.000,00
1828	25-10-58	Escola Agrotécnica "Nilo Peçanha" em Pinheiral, Est. Rio de Janeiro.	Execução de obras de reparos na dita Escola.	250.000,00	Incluída na dotação da E.M. 1668-58.
1829	25-10-58	Departamento Nacional da Produção Animal.	Construção de 1 estaleiro para conserto e construção de pequenas embarcações na Praia do Pina, em Recife, Est. Pernambuco.	1.071.410,00	Incluída na dotação da E.M. 1532-58.
1833	25-10-58	Escola Agrícola de Montes Claros, Est. M. Gerais.	Construção do Centro Social e cerca de arame na dita Escola.	12.985.790,00	10.000.000,00
1894	5-11-58	Escola Agrotécnica de Goiânia — Est. de Goiás.	Construção de um alojamento para 60 alunos.	2.363.009,00	1.500.000,00
1896	5-11-58	Escola Agrotécnica Floriano Peixoto em Satuba, Est. Alagoas.	Obras de reparos e reforma de imóveis da dita Escola.	200.000,00	Incluída na dotação da E.M. 1668-58.

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1958 Cr\$
1897	5-11-58	Escola Agrícola no Município de Belo Jardim, Est. Pernambuco.....	Obras destinadas à instalação da dita Escola.....	804.219,00	1.200.000,00
1899	5-11-58	Fomento da Produção Animal no Est. R. G. do Sul.	Execução de obras no Pósto de Suinotecnia de Ibirubá — Est. R. G. do Sul.....	6.849.955,00	3.000.000,00
1902	5-11-58	Instituto Agronômico do Sul em Pelotas — Est. R. G. do Sul.....	Construção de 6 casas de operário rural na Es- tação Experimental Central.....	2.485.800,00	Incluída na dotação da E.M. 1.103-58.
1956	14-11-58	Instituto Agronômico do Sul em Pelotas — Est. R. G. do Sul.....	Construção de uma Escola na Estação Experi- mental do dito Instituto.....	2.676.807,00	Incluída na dotação da E.M. 1.439-58.
1957	14-11-58	Escola de Iniciação Agrícola de Ceará Mirim — Est. do R. G. do Norte.....	Conclusão de obras e construção do suporte de entrada na dita Escola.....	339.868,00	800.000,00
1959	14-11-58	Laboratório da Produção Mineral, em Belo Ho- rizonte — Est. de Minas Gerais.....	Execução de obras de reforma da sede do dito Laboratório.....	250.000,00	Incluído na dotação da E.M. 1.340-58.
1961	14-11-58	Instituto Agronômico do Sul em Pelotas, Est. R. G. do Sul.....	Complementação dos serviços no Auditório da sede do dito Instituto.....	2.118.000,00	Incluído na dotação da E.M. 1495-58.
1963	14-11-58	Escola da Iniciação Agrícola Frederico West- phalen em Frederico Westphalen, Estado do R. G. do Sul.....	Construção da dita Escola.....	11.490.427,00	7.000.000,00
2080	1-12-58	Serviço de Economia Rural nesta Capital.....	Execução de serviços no prédio do Pósto de Clas- sificação da Exportação do dito Serviço.....	109.260,00	160.000,00
2081	1-12-58	Inspeção Regional do Fomento Agrícola no Es- tado de São Paulo.....	Construção de uma garagem com oficina, de um depósito para máquinas, de uma casa rural, de duas caixas d'água para a 6.ª Patrulha Moto- mecanizada de Mogi das Cruzes.....	2.511.950,00	8.000.000,00

E.M.	DATA	REPARIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr.\$	DOTAÇÃO 1958 Cr.\$
2115	6-12-58	Escola de Iniciação Agrícola de Pau dos Ferros, Est. do Rio G. do Norte.....	Prosseguimento de Obras de construção dos pré- ditos destinados à Sala de Aulas, casa do diretor, Alojamento de Alunos, Almoxarifado e Admi- nistração da dita Escola.....	422.100,00	800.000,00
2116	6-12-58	Escola Agrotécnica "Visconde da Graça" em Pe- lotas, Est. do R. G. do Sul.....	Execução de obras de reparos na dita Escola...	328.768,00	Incluído na dotação da E.M. 1668-58.
2257	24-12-58	Divisão de Caça e Pesca — D.N.P.A.....	Construção do Hospital da Praia do Suá, em Vitória, Estado do Espírito Santo.....	7.138.914,50	—
		TOTAL.....E.M. 115		298.241.917,50	304.970.105,00

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOAÇÃO 1958 Cr\$
515	1-4-58	Biblioteca Nacional.....	Execução de obras para ampliação dos armazéns de livros, recuperação do 3.º pavimento, aumento das caixas dos elevadores e monta-livros e aquisição de estantes.....	Cr\$ 32.410.126,00	Cr\$ 15.000.000,00
917	24-5-58	Serviço de radiodifusão Educativa — Av. Brasil Rio.....	Construção de muros de vedamento do terreno do Centro de Difusão do citado Serviço.....	1.679.309,80	5.000.000,00
919	24-5-58	Instituto Nacional de Educação de Surdos — Rio	Execução de obras de recreios cobertos, vestiários e sanitários.....	2.888.278,00	3.000.000,00
1067	20-6-58	Externato do Colégio Pedro II à R. São Francisco Xavier — Rio.....	Construção da Casa de Máquinas e aquisição e montagem de 2 elevadores-elétricos automáticos no próprio Colégio.....	1.864.310,00	15.000.000,00
1071	20-5-58	Externato do Colégio Pedro II — Centro-Rio..	Aquisição e montagem de 2 elevadores elétricos automáticos no próprio Colégio.....	470.380,00	Incluída na E.M. 1067/58.
1103	27-6-58	Escola de Farmácia de Ouro Preto-Minas Gerais.	Execução de obras de reforma e ampliação da dita Escola.....	2.918.411,00	2.000.000,00
1215	17-7-58	Colégio Pedro II — Externato-Centro-Rio.....	Aquisição e montagem de equipamentos de ar condicionado e de ventilação e demais acessórios para as diversas dependências dêsse Colégio..	3.452.000,00	Incluída na E.M. 1067/58.
1710	7-10-58	Instituto Benjamin Constant nesta Capital.....	Prosseguimento de obras em 2 Pavilhões e de sanitários do referido Instituto.....	21.783.615,90	5.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1958 Cr\$
1712	7-10-58	Colégio Pedro II — Externato — Zona Sul nesta Capital.....	Proseguimento das obras de construção do Pavilhão de Aulas, no Pavilhão Refeitório e no Gabinete de Física, Química e Ciência Natural....	18.919.930,00	Incluída na E.M. 1067/58.
1825	25-10-58	Biblioteca Nacional, nesta Capital.....	Execução de obras de adaptação no Laboratório de Microfilmes da dita Biblioteca.....	1.251.599,00	Incluída na dotação da E.M. 515/58.
1827	25-10-58	Serviço de Radiodifusão Educativa, nesta Capital.	Aquisição e instalação de 1 Elevador elétrico, 7 paradas para 6 pessoas e casa de máquinas....	1.200.000,00	Incluída na dotação da E.M. 917/58.
1831	25-10-58	Faculdade Fluminense de Medicina em Niterói Est. do Rio de Janeiro.....	Execução de obras de ampliação e reforma da dita Faculdade.....	26.144.660,00	10.000.000,00
1895	5-11-58	Observatório Magnético de Vassouras — Est. do Rio de Janeiro.....	Construção de 2 residências (do diretor e astrônomo) e reforma do Pavilhão de Medidas Absolutas e do Pavilhão dos Vanômetros e Sede....	2.493.110,00	3.0000.000,00
1900	5-11-58	Escola Paulista de Medicina, no Est. São Paulo.	Construção da Biblioteca da referida Escola....	15.919.960,00	5.000.000,00
1903	5-11-58	Serviço de Radiodifusão Educativa, nesta capital.	Obras de ampliação no prédio do dito Serviço....	2.310.950,00	Incluída na dotação da E.M. 917/58.
1962	14-11-58	Observatório Nacional, nesta Capital.....	Obras de construção e de reparos no dito Observatório.....	1.016.770,00	Incluída na dotação da E. M. 1895/58.
		TOTAL..... E.M. 16	135.723.409,70	65.000.000,00

MINISTÉRIO DA FAZENDA

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1958 Cr\$
1150	4- 7-58	Alfândega de Parnaíba — Est. do Piauí.....	Construção do Prédio para a dita Alfândega....	18.190.109,00	1.500.000,00
1349	6- 8-58	Tesouro Nacional de Goiás.....	Execução de obras de acréscimo no prédio da De- legacia Fiscal do referido Tesouro	4.159.562,00	1.000.000,00
TOTAL.....				22.349.671,00	2.500.000,00

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1958 Cr\$
356	5-3-58	Sanatório Penal e Penitenciária Prof. Lemos Brito	Execução de obras de reforma e adaptação.	2.493.965,00	10.000.000,00
516	1-4-58	Serviço de Assistência aos Menores.	Prosseguimento de obras de ampliação da Escola Feminina de Artes e Oficinas.	3.214.926,70	2.000.000,00
921	24-5-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento de obras de construção do Ginásio "Paulo Saldanha", na cidade de Guajará-Mirim, naquele Território.	1.500.000,00	1.500.000,00
922	24-5-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento de obras de construção do Quartel da Guarda Territorial de Guajará-Mirim.	1.821.572,00	1.500.000,00
923	24-5-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento de obras de construção da Penitenciária Agrícola Santo Antônio.	1.000.000,00	1.000.000,00
924	24-5-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento de obras de construção de 4 Escolas Públicas no interior (Bom Jardim, Costa Marques, Vitória e Iata) daquele Território.	2.000.000,00	2.000.000,00
925	24-5-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento das obras para ampliação do Quartel da Guarda Territorial de Porto Velho.	1.425.129,20	1.000.000,00
926	24-5-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento das obras de construção do Hospital Infantil de Porto Velho.	1.500.000,00	1.500.000,00
927	24-5-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento das obras de construção da sede da Divisão de Segurança e Guarda em Porto Velho.	2.304.500,00	2.000.000,00
951	3-6-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento das obras de construção do Hospital de Clínicas de Porto Velho.	2.000.000,00	2.000.000,00
952	3-6-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento das obras de construção da sede da Divisão de Educação de Porto Velho, naquele Território.	1.000.000,00	1.000.000,00
953	3-6-58	Colônia Penal Candido Mendes na Ilha Grande.	Construção de 6 residências para guardas naquela Colônia.	1.460.710,00	2.000.000,00
954	3-6-58	Território Federal de Rondônia.	Prosseguimento da construção de 2 Postos de Saúde no interior (Jaci-Paraná e Ariquemes) naquele Território.	1.000.000,00	1.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1958 Cr-\$
955	3-6-58	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento da construção do edifício da Prefeitura Municipal de Pôrto Velho, naquele Território.....	9.881.421,00	2.000.000,00
1056	20-6-58	Colônia Agrícola do Distrito Fderal, na Ilha Grande.....	Execução de serviços de reforma na tubulação de aço da Usina Hidrelétrica situada nesta Colônia.....	1.135.700,00	1.000.000,00
1072	20-6-58	Colônia Agrícola do Distrito Federal na Ilha Grande.....	Construção de 6 residências para guardas na cidade da Colônia.....	1.460.710,00	Incluída na dotação da E.M.1066/58.
1078	20-6-58	Colônia Agrícola do Distrito Federal na Ilha Grande.....	Construção de 1 auditório na cidade Colônia.....	1.995.120,00	Incluída na dotação da E.M. 1066/58.
1148	4-7-58	Instituto Médico Legal — Rio.....	Execução de obras complementares de I Anexo de Psiquiatria Forense no referido Instituto.....	2.500.000,00	2.500.000,00
1358	6-8-58	Hospital Central do Serviço de Assistência a Menores nesta Capital.....	Prosseguimento e conclusão de obras no referido Hospital.....	1.500.000,00	1.500.000,00
1346	6-8-58	Território Federal de Rondônia.....	Prosseguimento das obras de construção da Escola do SENAI em Pôrto Velho neste Território..	1.000.000,00	1.000.000,00
1622	22-9-58	Departamento Federal de Segurança Pública nesta Capital.....	Construção de 1 prédio destinado a 1 Delegacia deste Departamento no Alto da Boa Vista, nesta Capital.....	4.169.386,00	7.500.000,00
1893	5-11-58	Penitenciária Professor Lemos Brito — Bangu — DF.....	Construção do Pavilhão Agro-Industrial.....	5.543.077,00	—
1958	14-11-58	Serviço de Assistência a Menores, nesta Capital.	Prosseguimento e conclusão de obras no Pavilhão Anchieta.....	1.000.000,00	1.000.000,00
TOTAL.....				52.664.216,90	45.000.000,00
					E.M.23

MINISTÉRIO DA SAÚDE

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr\$	DOTAÇÃO 1958 Cr\$
172	4/2/58	Serviço Nacional de Lepra.....	Execução de obras de reparos em 4 Sanatórios-Colônia (2 no Estado Ceará, 1 no Estado de Pernambuco e 1 no Estado de Mato Grosso).....	2.620.000,00	2.620.000,00 Plano Salte Orçamento de 1954
363	10/3/58	Serviço Nacional de Lepra.....	Execução de obras de reparos nos pavilhões de 2 Sanatórios (1 no Estado de Espírito Santo e 1 no Estado de Mato Grosso).....	3.538.310,00	3.538.310,00 Plano Salte Orçamento de 1954
692	29/4/58	Serviço Nacional de Lepra.....	Execução de obras de reparos em 3 Pavilhões e 4 grupos de casas geminadas do Sanatório-Colônia D. Rodrigo de Menezes-Estado da Bahia.....	519.520,00	519.520,00 Plano Salte Orçamento de 1954
787	10/5/58	Serviço Nacional de Doenças Mentais no Distrito Federal.....	Prosseguimento das obras de reforma na sede deste Serviço e construção de 1 garagem e 1 almoxarifado.....	6.192.197,60	6.000.000,00
791	10/5/58	Colônia Juliano Moreira-D. Federal.....	Prosseguimento de obras de reforma em diversos Pavilhões e dependências do Núcleo Teixeira Brandão.....	10.685.685,00	17.000.000,00
1073	20/6/58	Hospital Gustavo Riedel no D. Federal.....	Prosseguimento e conclusão das obras de reforma patio interno deste Hospital.....	4.834.345,00	3.000.000,00
1097	27/6/58	Colônia Juliano Moreira no D. Federal.....	Prosseguimento das obras de reforma nos 11 Pavilhões do Núcleo Franco da Rocha do Pavilhão de Praxiterapia e da Cosinha.....	13.521.454,00	Incluída na dotação da E.M. 791/58.
1219	17/7/58	Sanatório Colônia "Antonio Aleixo", no Estado de Amazonas.....	Execução de obras de reparos em 7 Pavilhões e em 3 grupos de casas geminadas.....	2.000.000,00	2.000.000,00
1221	17/7/58	Clínica Psiquiátrica nesta Capital.....	Prosseguimento das obras para a conclusão da estrutura de concreto armado e das instalações do Hospital destinado à referida Clínica.....	22.132.135,00	5.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr-\$	DOTAÇÃO 1958 Cr-\$
1355	6/8/58	Sanatório de Natal-Estado do R. G. Norte.....	Prosseguimento das obras de construção do referido Sanatório e instalações.....	21.000.000,00	67.000.000,00
1356	6/8/58	Sanatório de São Jerônimo, Est. R. G. Sul.....	Prosseguimento das obras de construção do referido Sanatório.....	25.000.000,00	Incluída na dotação da E.M. 1355/58.
1341	6/8/58	Sanatório do Rio Grande -Est. R. G. Sul.....	Terminação das obras de construção do dito Sanatório.....	16.000.000,00	Incluída na dotação E.M. 1355/58.
1342	6/8/58	Sanatório Astrogildo Azevedo, em Santa Maria - Estado Rio Grande do Sul.....	Prosseguimento das obras de construção do dito Sanatório.....	1.000.000,00	Incluída na dotação E.M. 1355/58.
1344	6/8/58	Sanatório do Paraná.....	Prosseguimento das obras de construção do dito Sanatório.....	3.000.000,00	Incluída na dotação E.M. 1355/58.
1351	6/8/58	Hospital de Clínica Tisiológica da Faculdade de Higiene da Universidade de São Paulo.....	Prosseguimento das obras do referido Hospital.....	59.265.312,00	Incluída na dotação E.M. 1355/58.
1352	6/8/58	Sanatório de Cuiabá-Estado Mato Grosso.....	Terminação das obras do referido Sanatório.....	19.000.000,00	Incluída na dotação E.M. 1355/58.
1768	29/8/58	Serviço Nacional do Cancer.....	Prosseguimento das obras do Bloco Anexo do Hospital do referido Serviço.....	105.860.255,00	20.000.000,00
1711	7/10/58	Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, nesta Capital.....	Execução das obras de adaptação no antigo prédio do Instituto de Psiquiatria, destinado a dita Escola.....	11.910.035,50	7.000.000,00
1821	25/10/58	Sanatório-Colônia Lourenço Magalhães subordinado ao Serviço Nacional de Lepra no Estado de Sergipe.....	Execução de obras de reparos no referido Sanatório.....	280.000,00	5.522.170,00 Plano Salte Orçamento de 1954
1824	25/10/58	Instituto Oswaldo Cruz, nesta Capital.....	Aquisição e instalação de 75 estantes metálicas de seções duplas, passadiços, etc. para ampliação da Biblioteca do dito Instituto.....	8.067.000,00	5.000.000,00

E.M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO Cr.\$	DOTAÇÃO 1958 Cr.\$
1901	5/11-58	In título Oswaldo Cruz, nesta Capital.....	Prosseguimento de obras do Centro Experimental de Pneumologia em terrenos do Instituto Oswaldo Cruz, nesta Capital.....	28.926.544,00	10.000.000,00
1960	14-11-58	Clínica Psiquiátrica da Praia Vermelha, nesta Capital.....	Prosseguimento da construção do Hospital destinado a dita Clínica.....	19.541.049,00	5.000.000,00
2077	1-12-58	Serviço Nacional de Tuberculose.....	Prosseguimento de aquisição e instalação de equipamentos destinados ao Sanatório Barros Barreto em Belém, Estado do Pará.....	3.995.000,00	Incluído na dotação da E.M. 1535-58.
2078	1-12-58	Serviço Nacional de Tuberculose.....	Aquisição e montagem de equipamentos e acessórios para o Sanatório Juscelino Kubitschek em Goiânia, Estado de Goiás.....	6.005.600,00	Incluído na dotação da E.M. 1535-58.
2117	6-12-58	Serviço Nacional de Tuberculose.....	Aquisição e montagem de equipamentos e serviços de acréscimo e complementares no Sanatório de João Pessoa — Est. da Paraíba.....	7.000.000,00	Incluída na dotação da E.M. 1535-58.
2239	26-12-58	Hospital Getúlio Vargas em Terezina — Estado Piauí.....	Conclusão das obras dos pavilhões de pediatria, ortopedia e laboratórios, centro cirúrgico, calçamento, muros divisórios e capela mortuária do referido Hospital.....	2.000.000,00	—
TOTAL..... E.M.26.....				375.924.568,10	147.000.000,00
PLANO SALTE — 1954 —.....				6.757.830,00	10.000.000,00
GLOBAL.....				382.682.398,10	157.000.000,00

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

E. M.	DATA	REPARTIÇÃO	ASSUNTO	ORÇAMENTO APROVADO C.r.\$	DOTAÇÃO 1958 C.r.\$
1098	27-6-58	Departamento Nacional de Estradas de Ferro....	Construção do 9º trecho da ligação Ubaitaba-Jequê-Contendas.....	125.845.101,90	50.000.000,00
1534	6-9-58	Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais	Execução de obras de proteção das terras marginais em frente à cidade de Barra de Itabaipoa, Est. R. de Janeiro.....	2.798.598,60	90.000.000,00
2240	26-12-58	Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais	Construção de dois armazens no pórtico de Maceió, Est. de Alagoas.....	23.456.711,10	—
TOTAL.....E.M.-3				152.100.411,60	140.000.000,00

Estudo para a padronização do mobiliário destinado às repartições federais sediadas em Brasília — Foram padronizados e dimensionados:

- 1) gavetas para papéis e material de consumo (*)
- 2) gavetões para pastas (*)
- 3) gavetas para mesas de datilografia (*)
- 4) mesas para contínuos
- 5) mesas para máquinas de datilografia
- 6) mesas para funcionários
- 7) mesas para chefes
- 8) mesas para diretores
- 9) mesas para reunião — tipo 1 — tipo 2
- 10) mesas para telefones
- 11) mesas baixas para grupos estofados
- 12) grupos estofados para gabinetes
- 13) grupos para salas de espera
- 14) cadeiras sem braço, fixas
- 15) cadeiras sem braço, giratórias
- 16) cadeiras com braço, fixas
- 17) cadeiras com braço, giratórias.

(*) O dimensionamento foi baseado no tamanho da folha de papel (22cm x 33cm) e das pastas (25cm x 35cm).

QUADROS DE DIMENSIONAMENTO

GAVETAS	COMP.	LARG.	ALT.
Gavetas para papéis e material de consumo.....	0,75	0,42	0,15
Gavetões para papéis.....	0,75	0,42	0,30
Gavetas para mesas de datilografia.....	0,55	0,42	0,10

MESAS	COMP.	LARG.	ALT.
Mesas para contínuos.....	1,10	0,60	0,67
Mesas para máquinas de datilografia.....	1,30	0,60	0,67
Mesas para funcionários.....	1,30	0,80	0,78
Mesas para chefes.....	1,70	0,80	0,78
Mesas para diretores.....	1,70	0,80	0,78
Mesas para reuniões(1).....	2,00	1,00	0,78
Mesas para reuniões (2).....	3,00	1,20	0,78
Mesas para telefones.....	0,60	0,30	0,67
Mesas baixas para grupos estofados.....	1,30	0,60	0,40

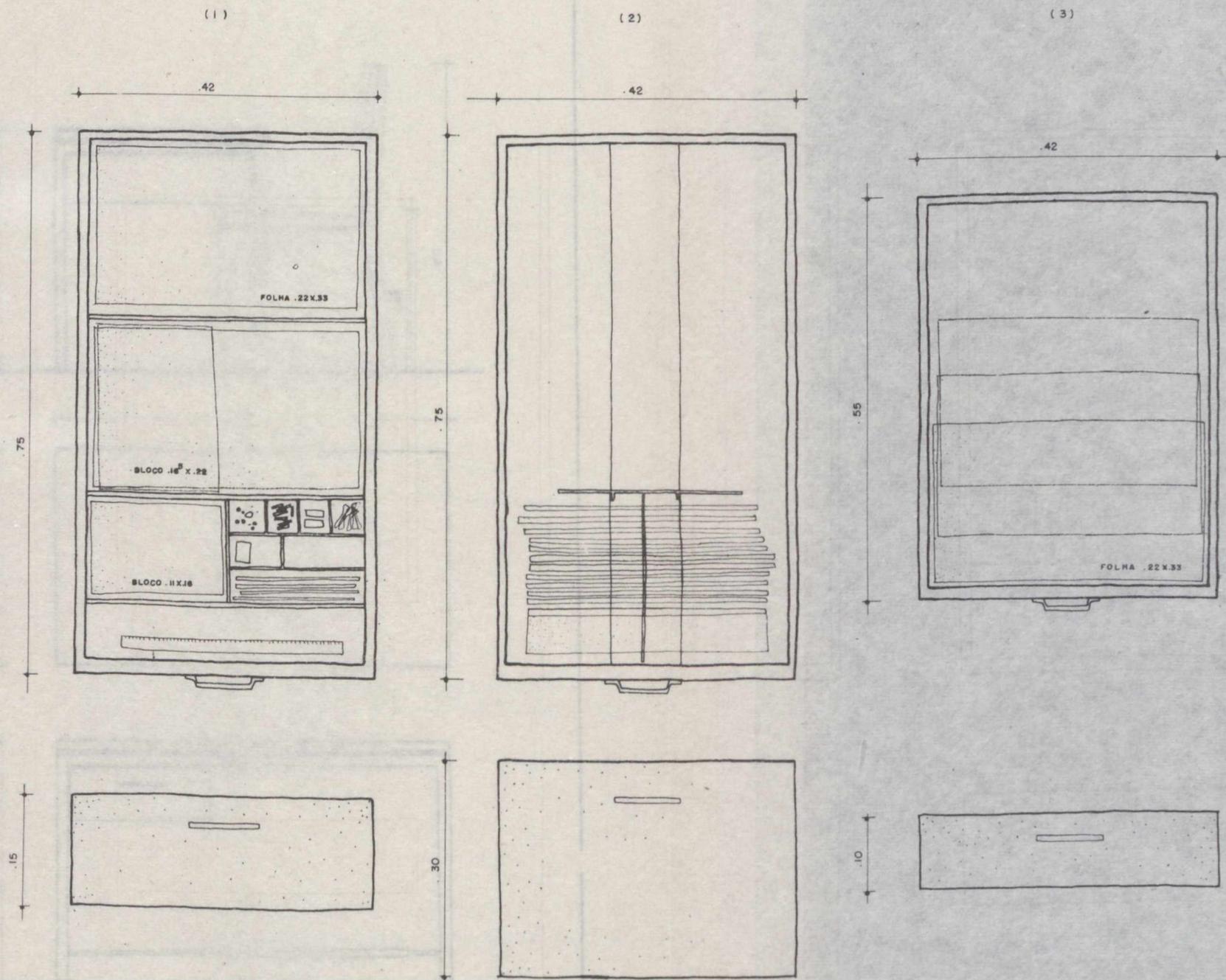
CADEIRAS E GRUPOS	LARG.	PROF.	ALT. ASSENTO	ALT. ENCOSTO
Sofás estofados para gabinetes (*).....	2,05	0,95	0,40	0,85
Poltronas estofadas para gabinetes (*).....	0,95	0,95	0,40	0,85
Sofás para salas de espera (*).....	1,03	0,57	0,445	0,85
Poltronas para salas de espera (*).....	0,52	0,57	0,445	0,85
Cadeiras sem braços, fixas (*).....	0,42	0,475	0,445	0,85
Cadeiras sem braços, giratórias (*).....	0,42	0,475	0,445	0,85
Cadeiras com braços, fixas (*).....	0,55	0,57	0,445	0,85
Cadeiras com braços, giratórias (*).....	0,55	0,57	0,445	0,85

(*) Foram respeitados os dimensionamentos das especificações vigentes.

Notas: — Todas as medidas são externas, em metros.

As alturas dos assentos e encostos são dadas em relação, ao piso.

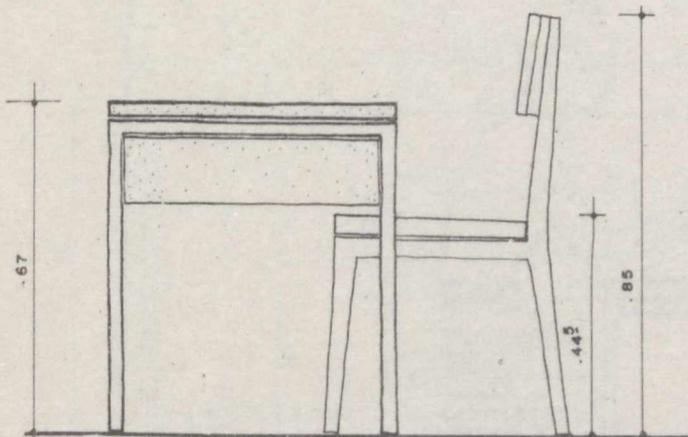
PADRONIZAÇÃO DAS GAVETAS



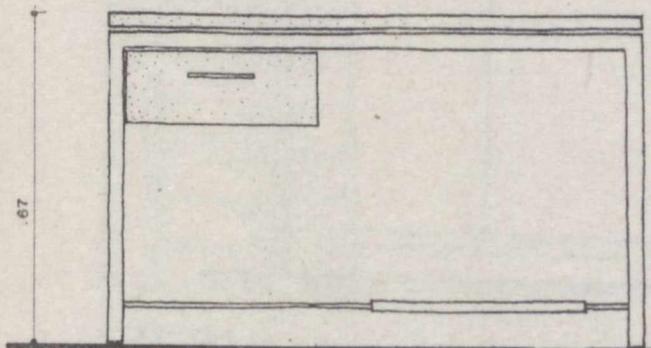
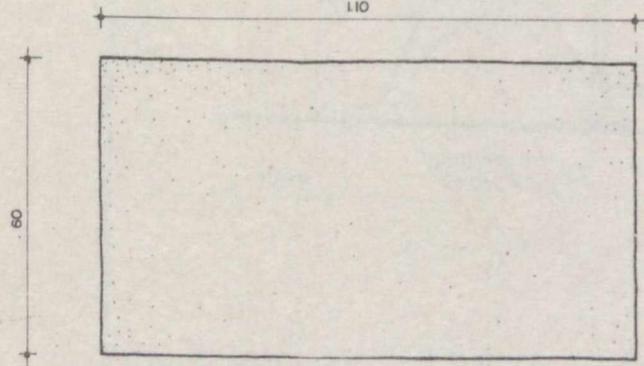
D.A.S.P.
DIVISÃO
DE
EDIFÍCIOS
PÚBLICOS

D.A.S.P.
DIVISÃO
DE
EDIFÍCIOS
PÚBLICOS

MESA PARA CONTÍNUO

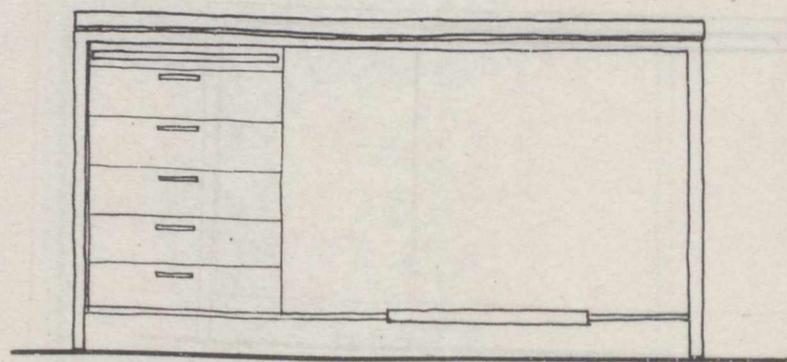
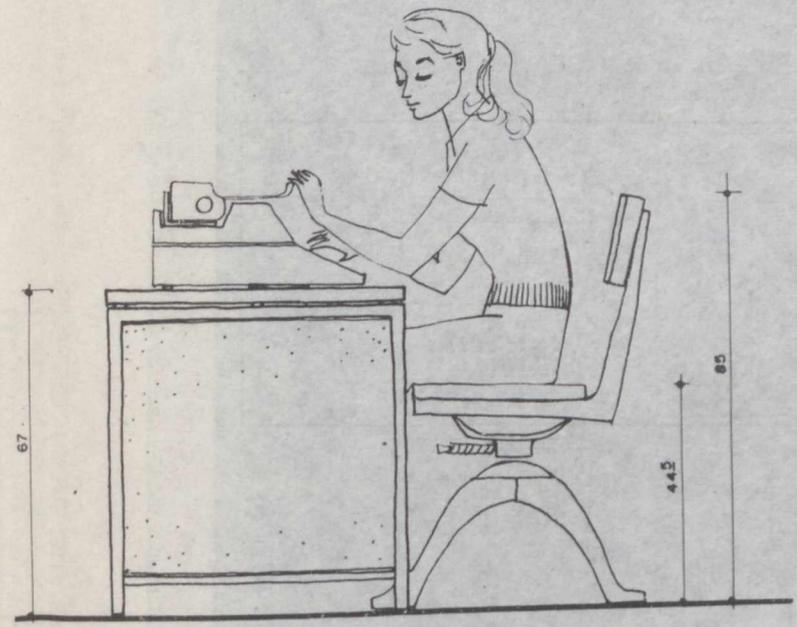
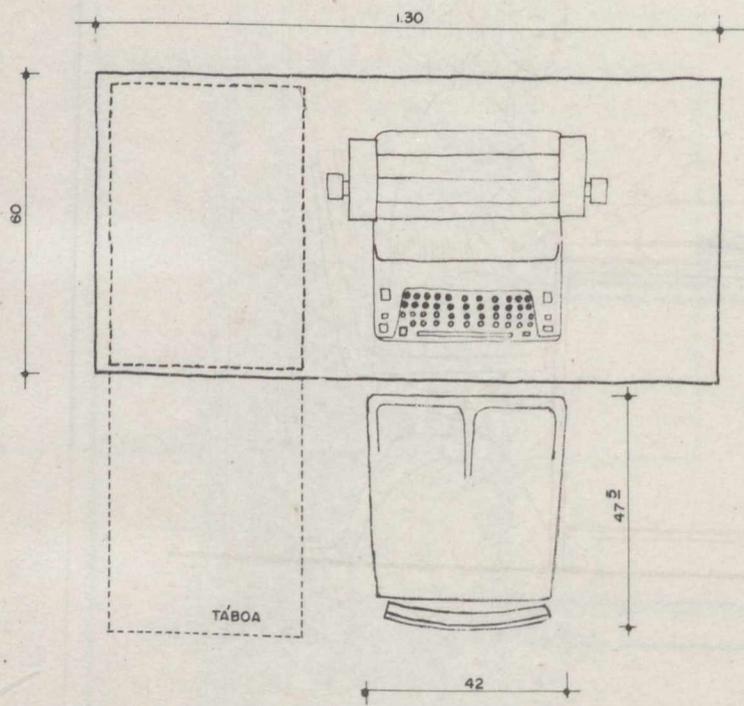


110

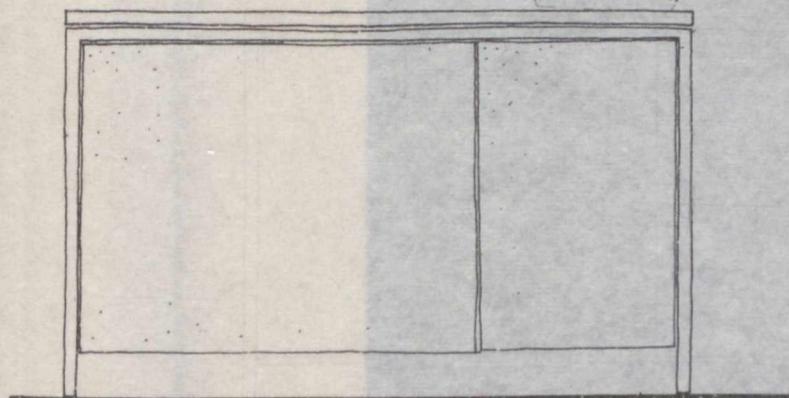
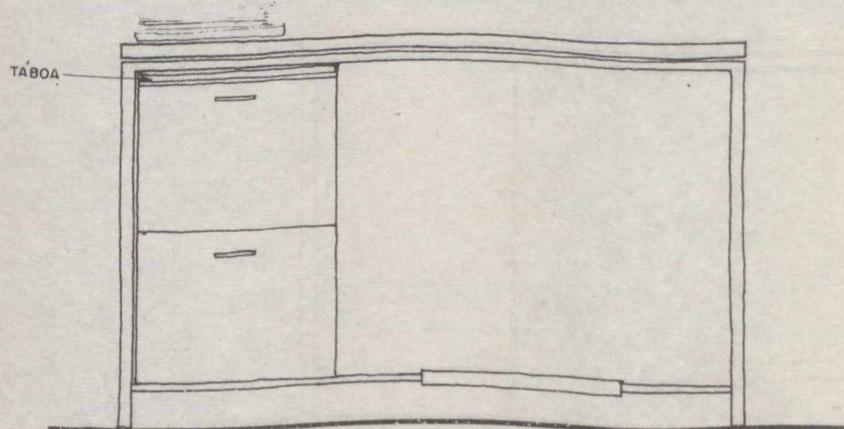
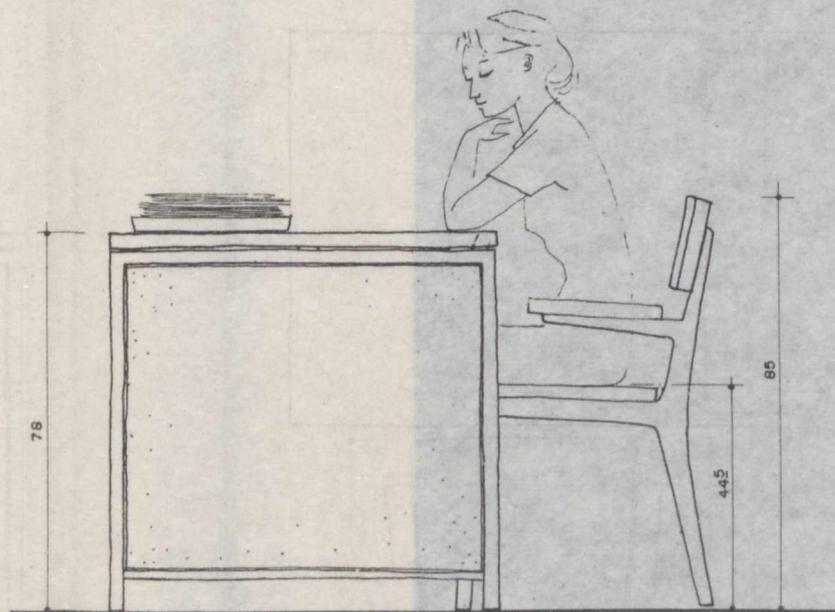
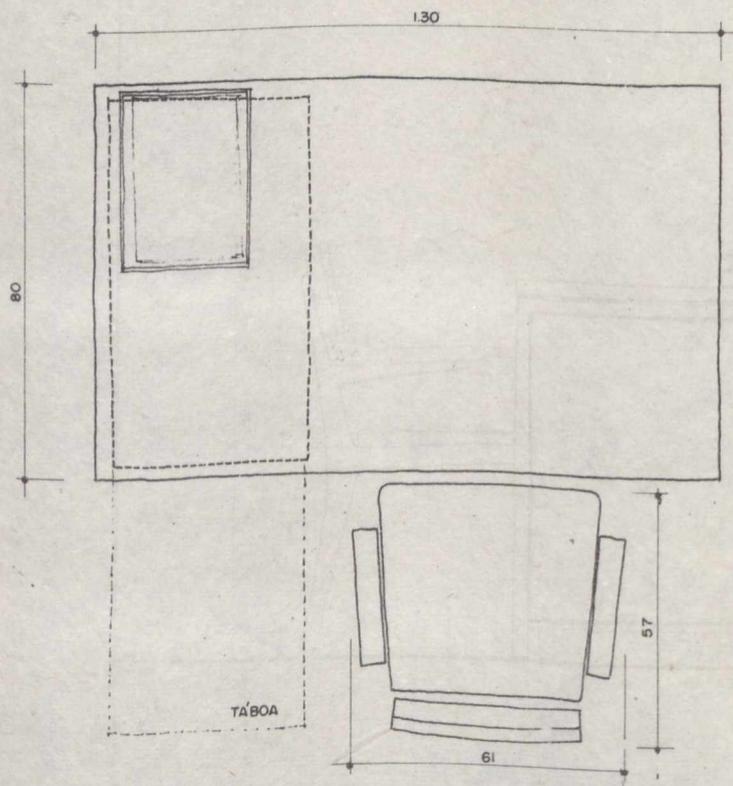


D.A.S.P.
DIVISÃO
DE
EDIFÍCIOS
PÚBLICOS

MESA PARA MÁQUINA DE DATILOGRAFIA

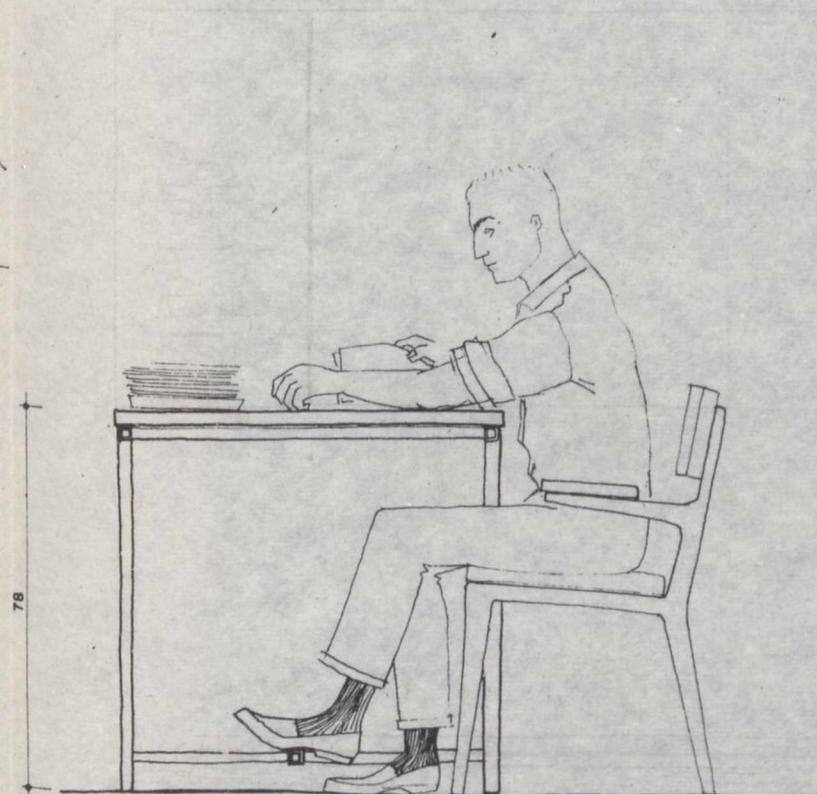
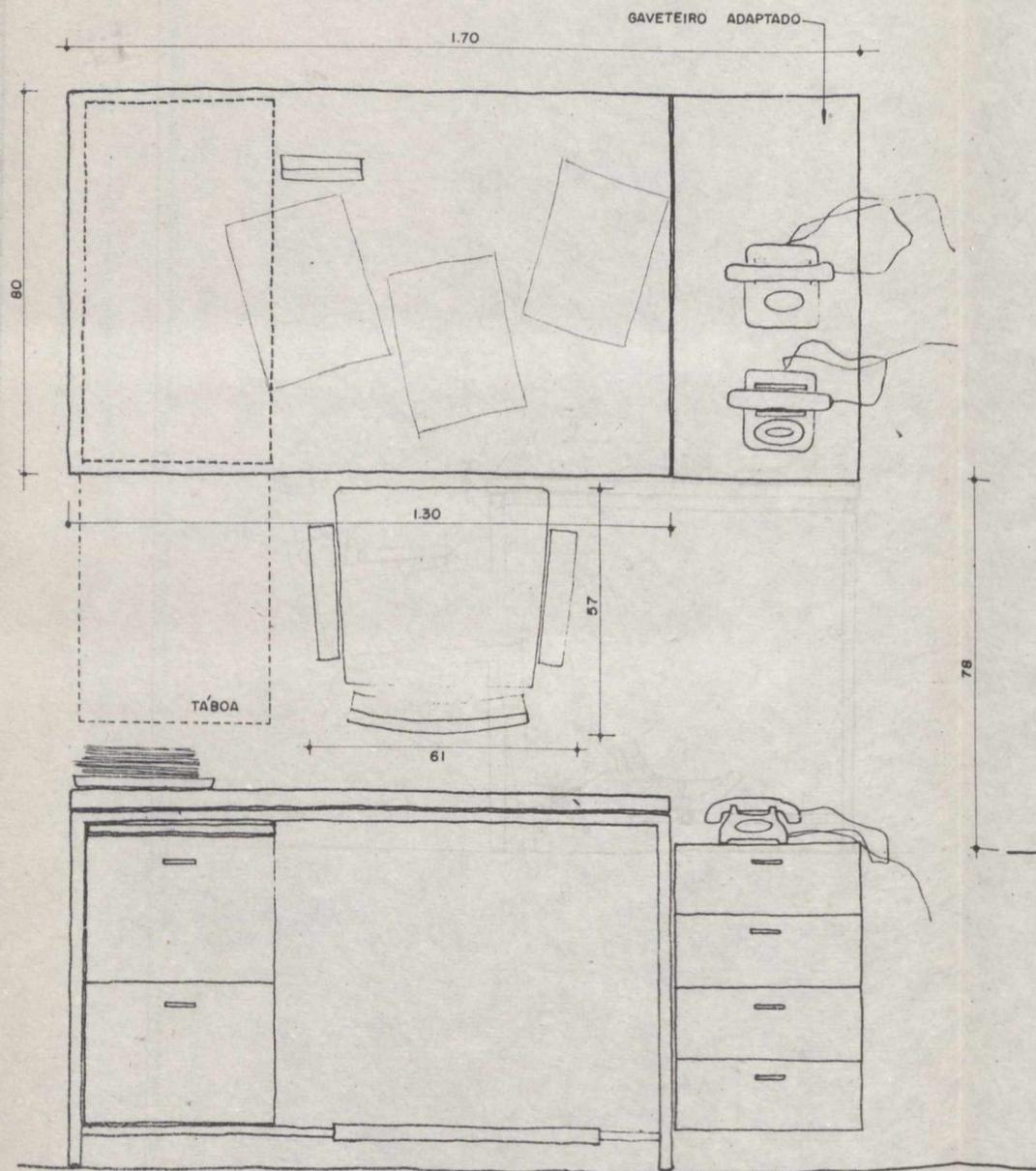


MESA PARA FUNCIONÁRIOS

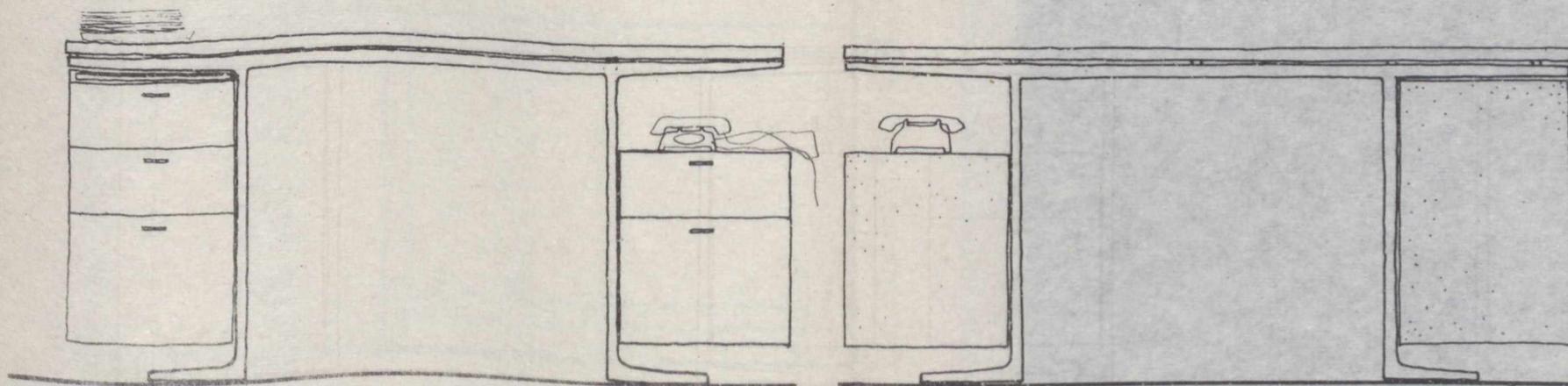
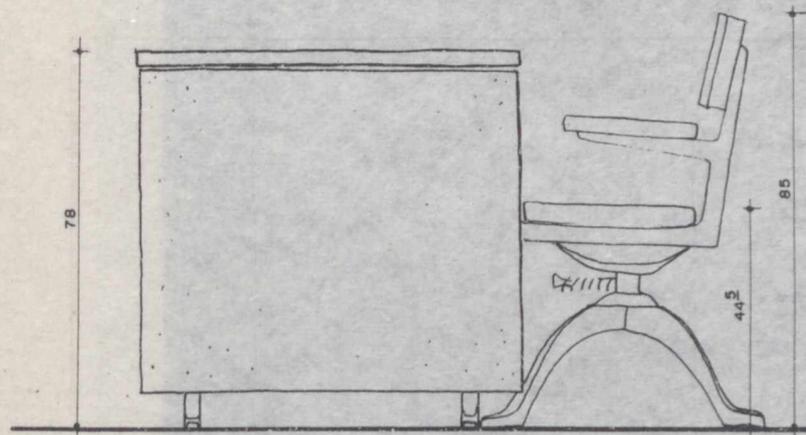
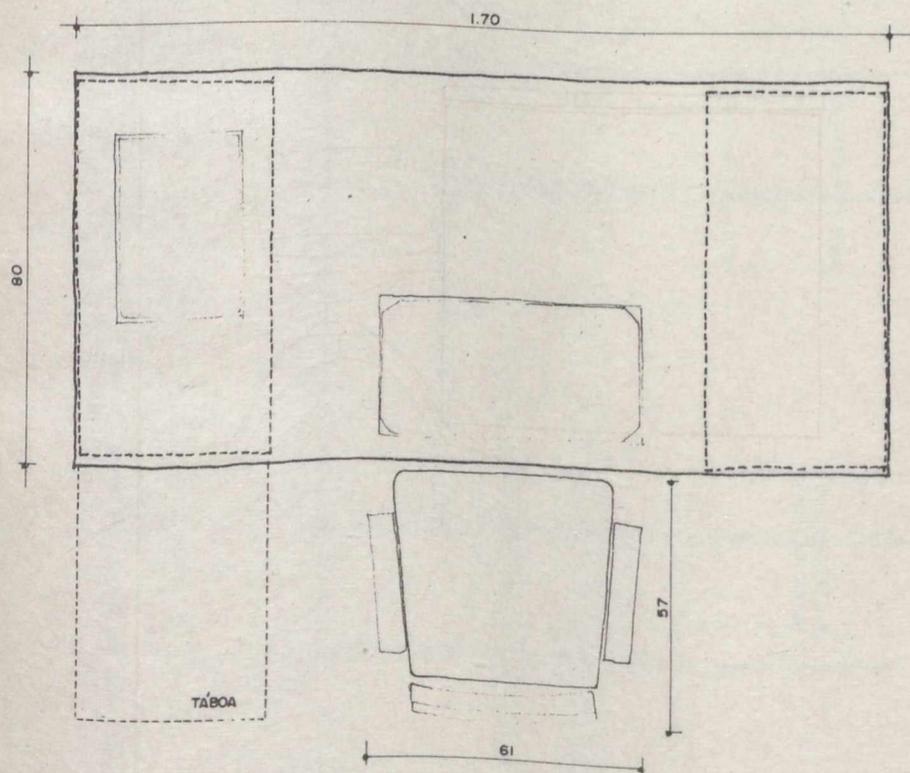


MESA PARA CHEFES

MESA PADRÃO DE FUNCIONÁRIOS COM
ADAPTAÇÃO DE MAIS UM GAVETEIRO



MESA PARA DIRETORES



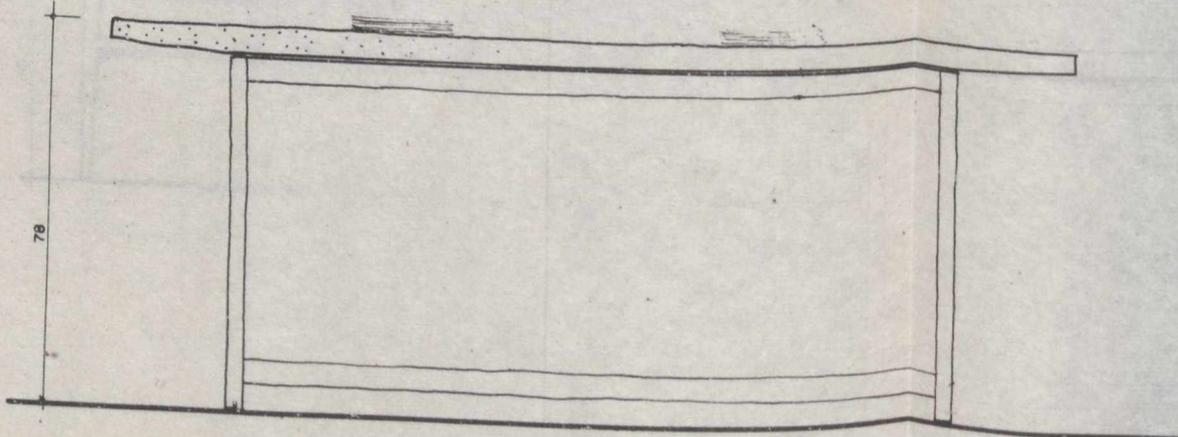
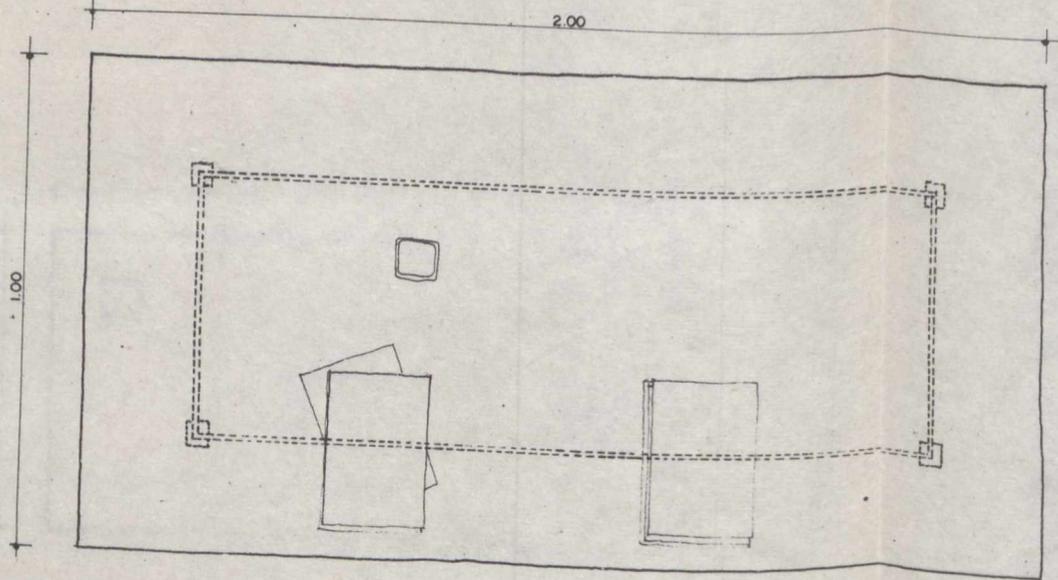
MESA PARA REUNIOES (1)

3.00

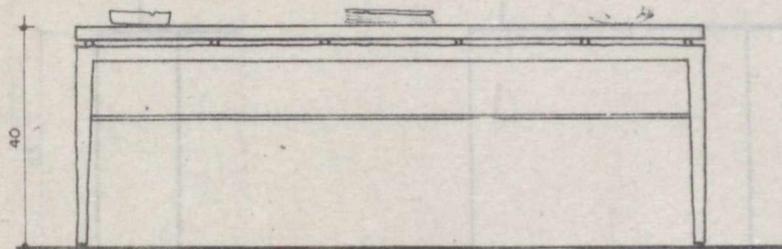
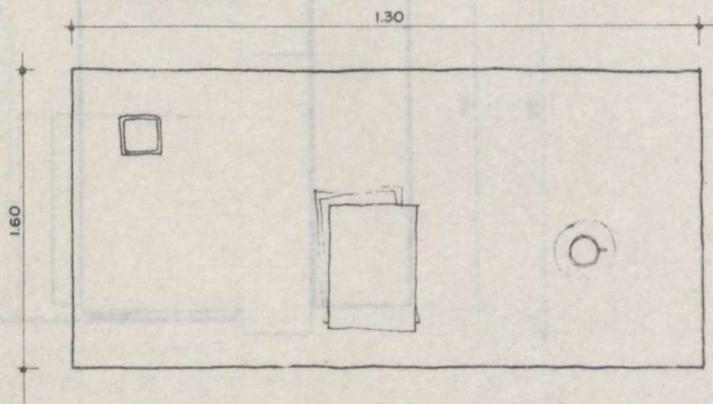
1.20

78

MESA PARA REUNIOES (2)

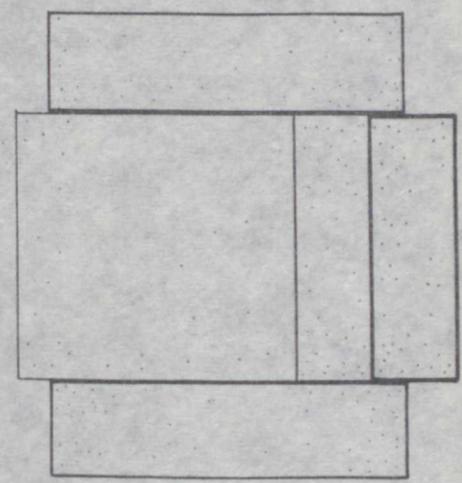
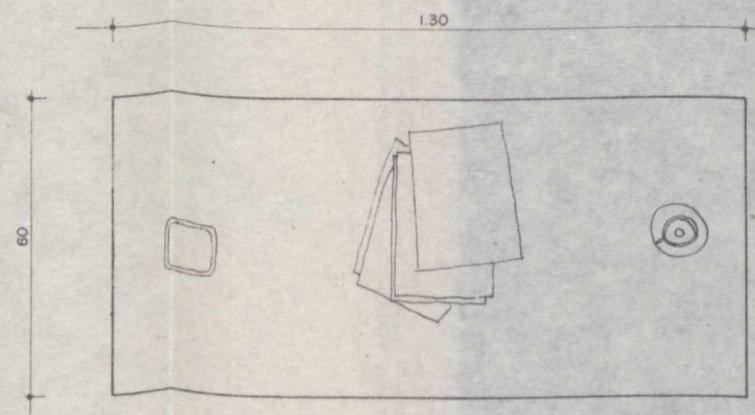
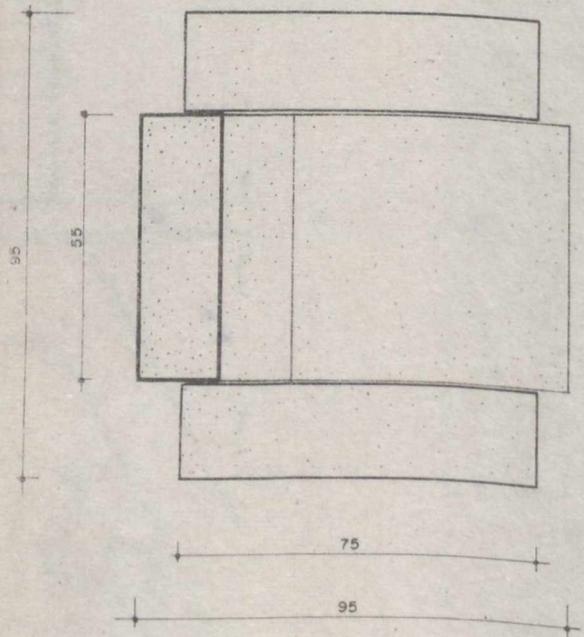
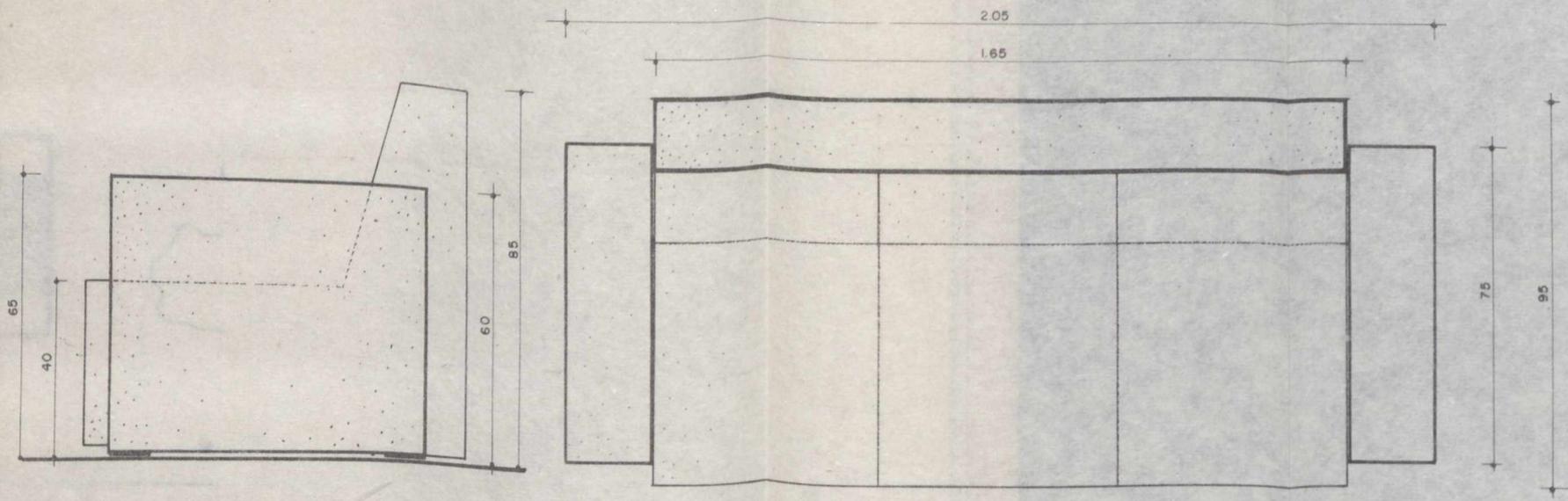


MESA DE GRUPOS ESTOFADOS



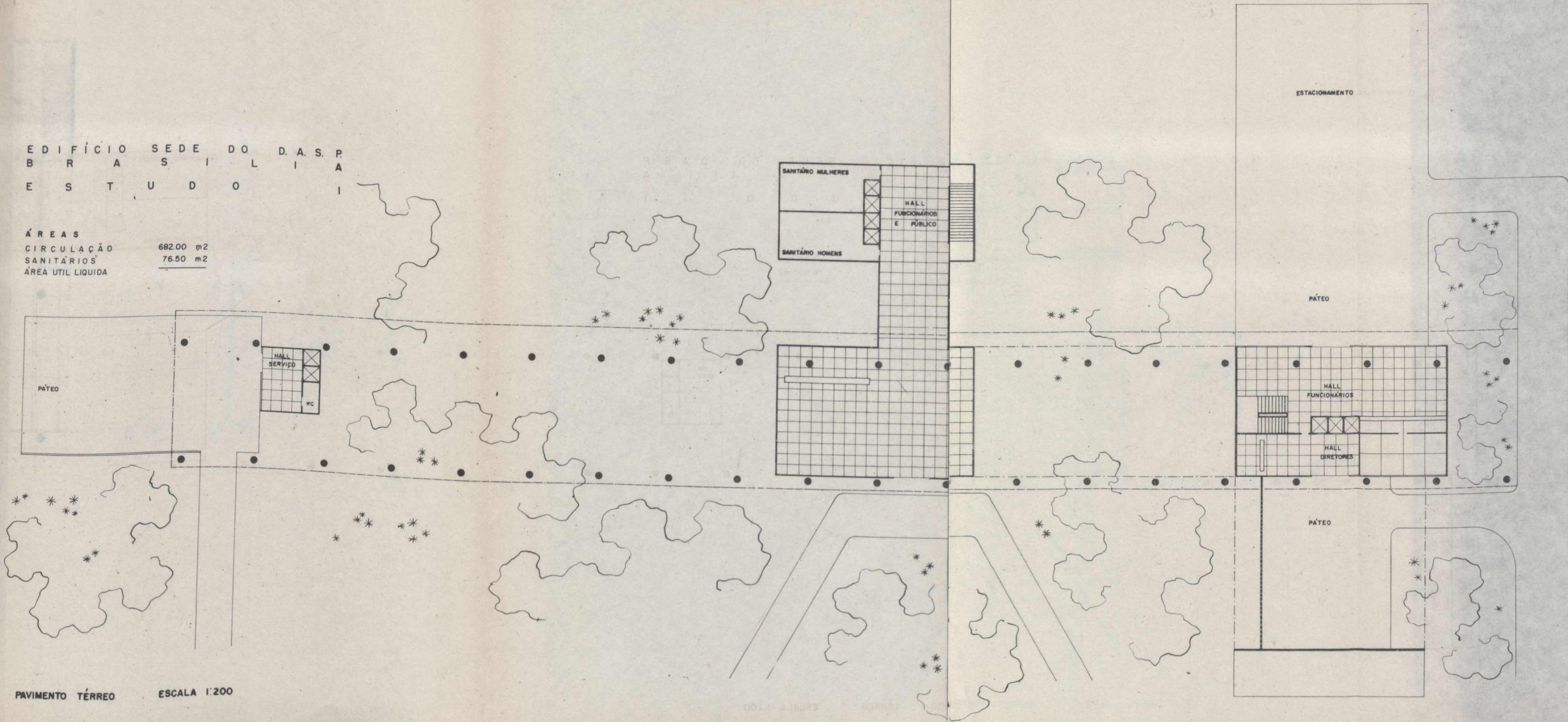
D.A.S.P.
DIVISÃO
DE
EDIFÍCIOS
PÚBLICOS

GRUPOS ESTOFADOS PARA GABINETES



EDIFÍCIO SEDE DO D.A.S.P.
BRASILIA
ESTUDO I

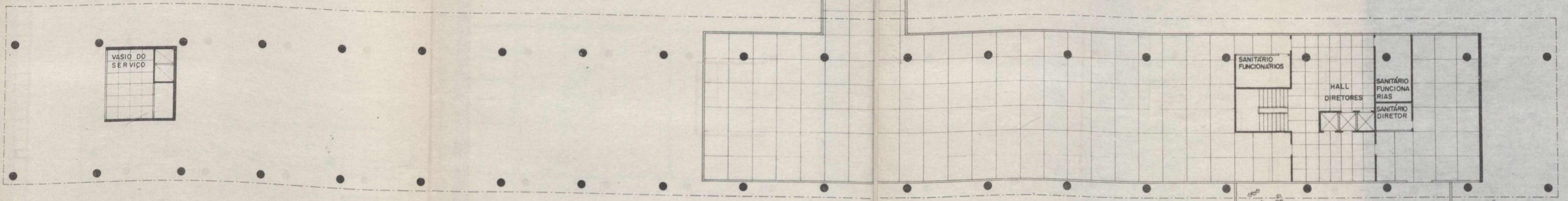
ÁREAS
CIRCULAÇÃO 682.00 m²
SANITÁRIOS 76.50 m²
ÁREA UTIL LIQUIDA



EDIFÍCIO SEDE DO D. A. S. P.
 BRASÍLIA
 ESTUDO I

ÁREAS

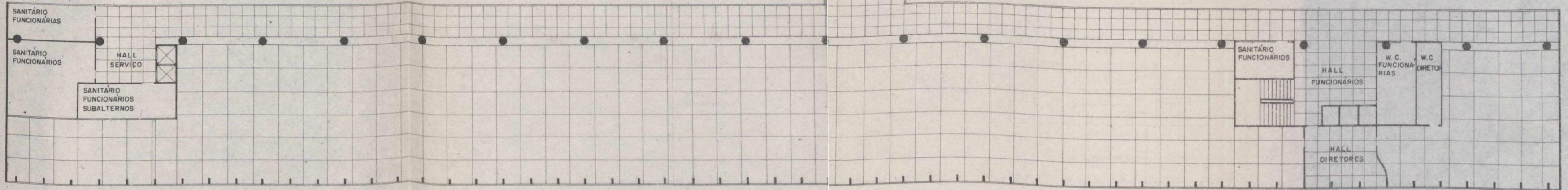
CIRCULAÇÃO	354.00 m2
SANITÁRIOS	114.00 m2
ÁREA UTIL LÍQUIDA	600.00 m2



SOBRELOJA · DIRETOR GERAL E SERVIÇOS QUE FUNCIONAM JUNTOS AO MESMO · ESCALA 1:200

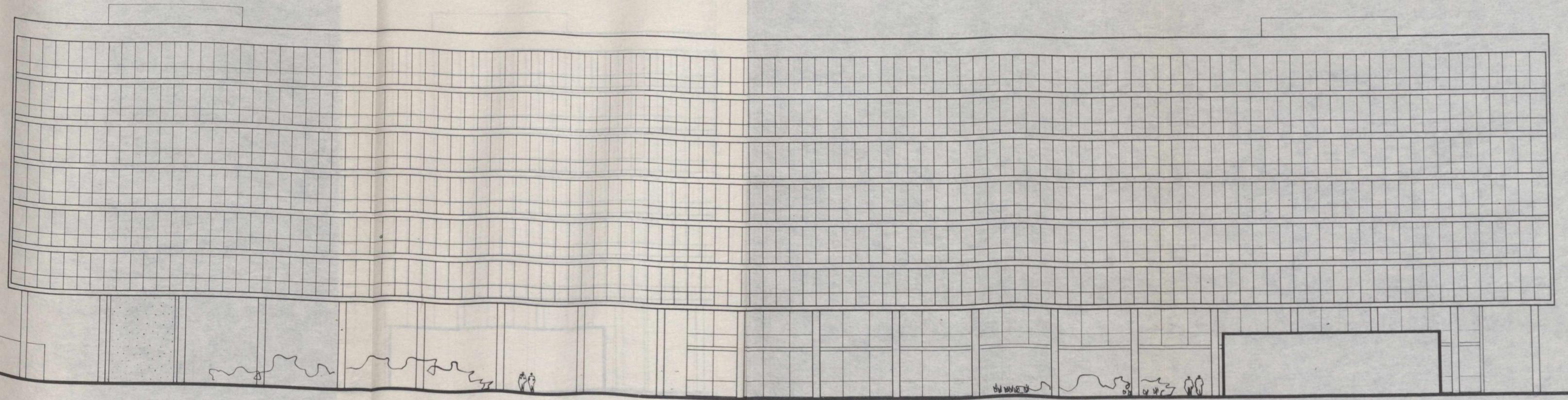
EDIFÍCIO SEDE DO D. A. S. P.
 BRASILEIRA
 ESTUDO

ÁREAS	
CIRCULAÇÃO	3.751.50 m ²
SANITÁRIOS	1.197.00 m ²
ÁREA UTIL LIQUIDA	7.435.50



PAVIMENTO TIPO SERVIÇOS GERAIS ESCALA 1:200

EDIFÍCIO SEDE DO D. A. S. P.
B R A S I L I A
E S T U D O

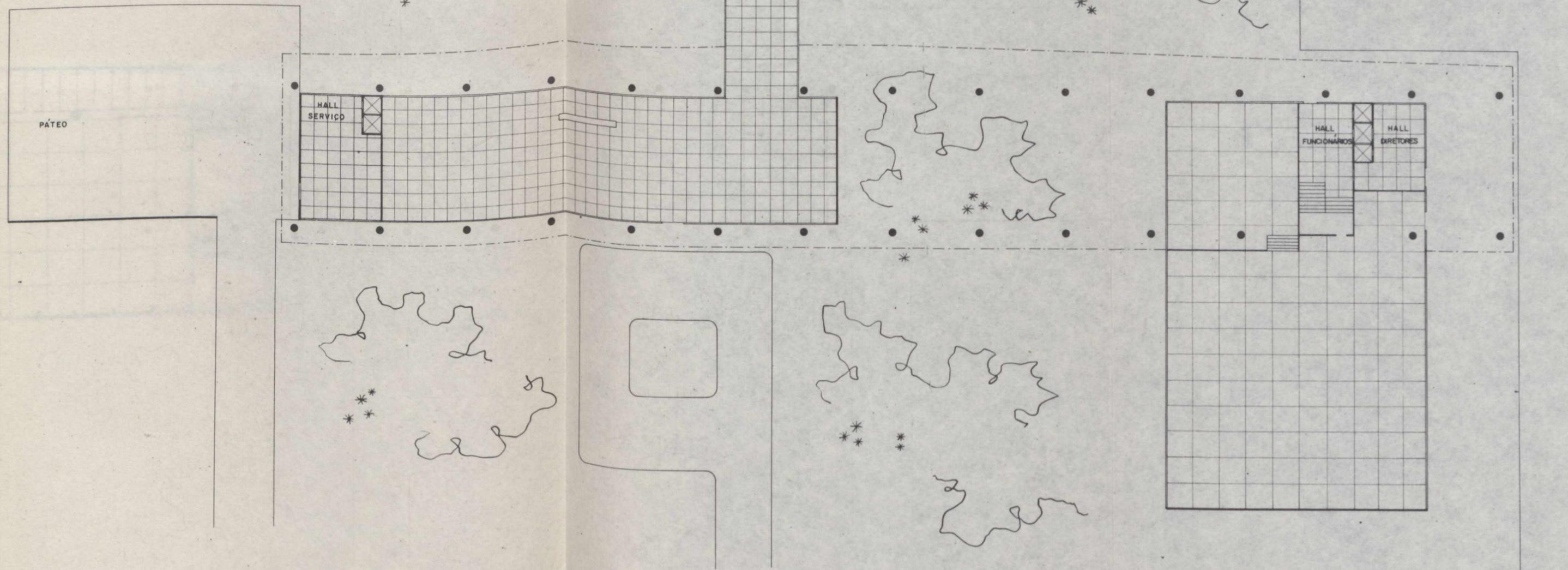


FACHADA PRINCIPAL

ESCALA 1:200

EDIFÍCIO SEDE DO D. A. S. P
 B R A S I L I A
 E S T U D O 2

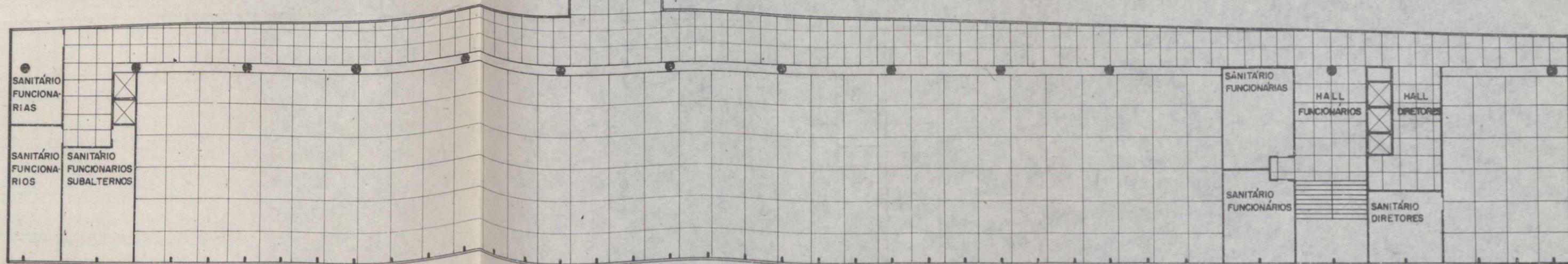
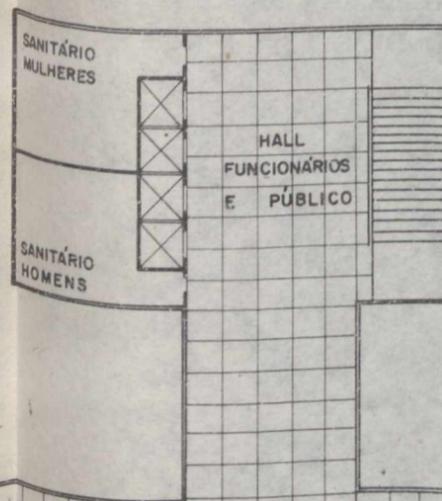
ÁREAS	
CIRCULAÇÃO	598.25 m ²
SANITÁRIOS	49.50 m ²
ÁREA UTIL LIQUIDA	515.00 m ²



EDIFÍCIO SEDE DO D. A. S. P.
 B R A S I L I A
 E S T U D O 2

ÁREAS

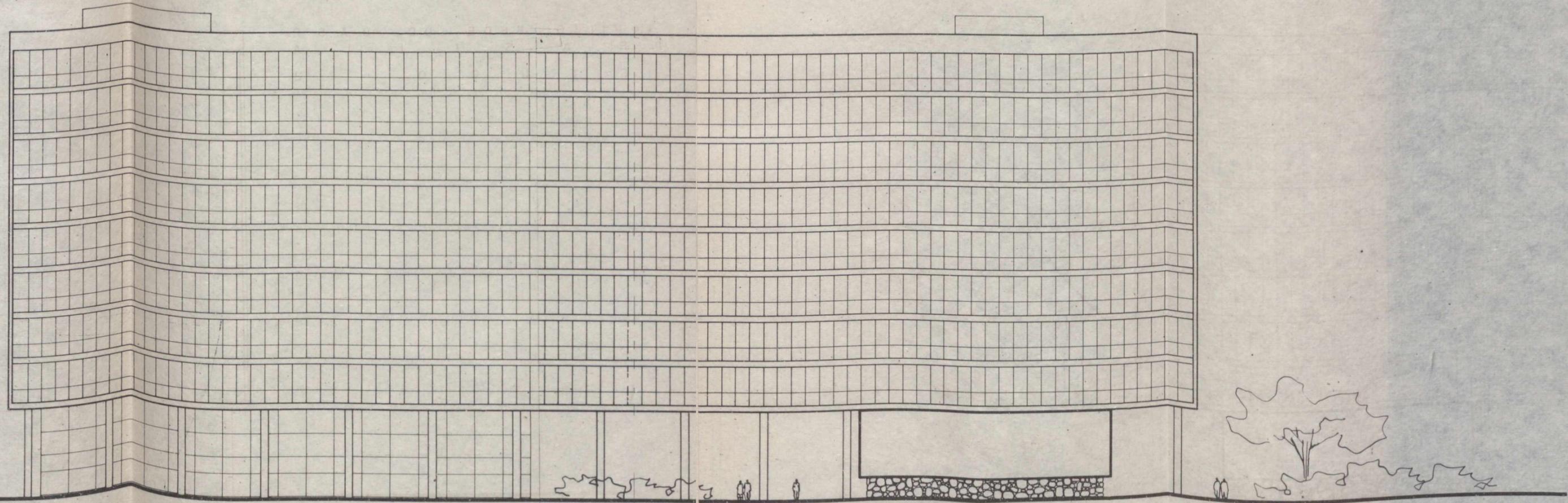
CIRCULAÇÃO	3.426.00 m ²
SANITÁRIOS	1.535.00 m ²
AREA UTIL LIQUIDA	6.762.00 m ²



PAVIMENTO TIPO

ESCALA 1:200

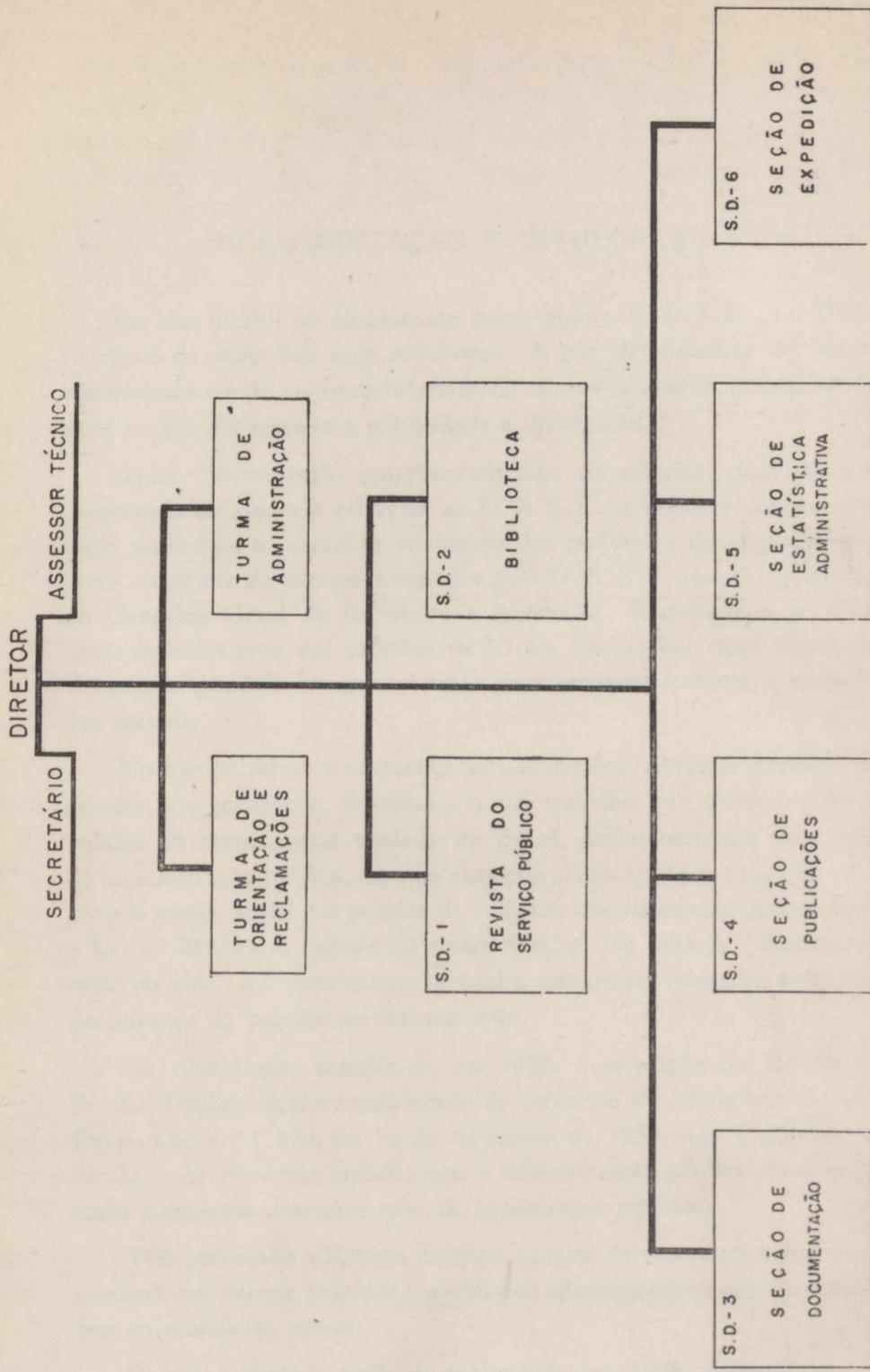
EDIFÍCIO SEDE DO D. A. S. P.
B R A S I L I A
E S T U D O 2



FACHADA PRINCIPAL

ESCALA 1:200

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO



DOCUMENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Em sua função de documentar, prosseguiu o D.A.S.P., em 1958, no ritmo de ação dos anos anteriores. A par de trabalhos de rotina administrativa e de natureza informativa, manteve-se ainda intensa atividade no que diz respeito a publicidade e divulgação.

Como documentação própria dita, foi coligida, classificada e conservada toda aquela referente ao D.A.S.P. e, também, a documentação necessária ao estudo e orientação dos problemas de administração geral, constante de pareceres emitidos pelo D.A.S.P., pronunciamentos do Consultor-Geral da República e legislação. Acompanhou-se, além disso, o andamento dos projetos de lei em trâmite nas duas Casas do Congresso, podendo sempre informar-se, a qualquer instante, a situação dos mesmos.

No que se refere a estatística administrativa, merecem destaque os estudos, em realização, destinados a um trabalho que versará sobre a política de remuneração adotada no Brasil, preferentemente no campo da administração pública, em cujo esquema salientam-se os capítulos relativos à justiça social e à política de salários, aos sistemas vigentes desde a Lei n.º 284/36, à análise do comportamento do binário "vencimento-custo de vida" e à distribuição salarial e respectivas situações anômalas, decorrentes da política de remuneração.

Na divulgação, ressalte-se, em 1958, a atividade da Revista do Serviço Público, órgão considerado de interesse da administração, pelo Decreto-lei n.º 1.870, de 14 de dezembro de 1939, com o objetivo de divulgar assuntos relacionados com a administração pública. Essa publicação completou dezenove anos de ininterrupta atividade.

Tem procurado a Revista divulgar ensaios de autoridades de renome mundial, que versem assuntos e problemas administrativos correlacionados com as realidades sociais.

Dentre a matéria dada a publicidade em 1958, cumpre destacar "O crescimento das áreas metropolitanas e a descentralização", de Leo

P. Shnore, professor do Departamento de Sociologia e de Instituições Culturais da Universidade da Califórnia.

Divulgaram-se ademais outros ensaios que procuram estabelecer alguma conexão entre a administração e as ciências sociais, tendo sido, para êsse fim, abertas seções especiais: "Economia e Ciência Política", "Ciência Política e Administração", "Economia e Administração", nas quais foram publicados, entre outros artigos "Ensaio de análise da influência dos grupos de interesse", de Jean Meynaud, professor da Faculdade de Direito da Universidade de Paris; "Govêrno e administração", de João Guilherme de Aragão; "O deficit orçamentário e a política financeira", de Sebastião Santana e Silva; e "Os países subdesenvolvidos na economia mundial", de G. E. Britnel.

Numa demonstração de interesse pela evolução de todos os estudos que possam auxiliar ou alertar a administração em qualquer de seus campos de ação, fêz-se traduzir, especialmente para a Revista, o artigo "Ciência e informação", do professor francês Leon Brillouin.

Também aspectos da reforma administrativa, tema sempre bem aceito, foram tratados pelo artigo "Reforma dos órgãos ministeriais do trabalho", de Estanislau Fischolowitz.

Mantiveram-se as seções de caráter quase permanente — "Administração Específica", "Administração Geral", "Administração Municipal", e "Direito e Jurisprudência — Doutrina" — assim, consideradas, porque poucos são os números em que não figuram.

Problemas de administração específica foram levantados e estudados através de artigos de diferentes especialistas, podendo ser citados "Problemas da favela", "Irrigação e solos agrícolas", e "Bem-estar rural perante os poderes públicos».

À administração geral, por interessar a todos os órgãos da administração federal, quer centralizados ou não, da administração estadual ou municipal, conferiu-se grande amplitude, aparecendo artigos sobre os mais variados aspectos em que se desdobra: pessoal, finanças, orçamento, documentação etc.

Em administração municipal, divulgaram-se não apenas assuntos de âmbito nacional como também os que retratam a experiência de outros países, sempre proveitosa para estudos comparativos.

Em direito e jurisprudência (doutrina), a seleção da matéria se caracterizou por uma extrema variedade de assuntos, visto cobrir vasta área. Assim estamparam-se os trabalhos "Autonomia de vontade e diri-

gismo contratual”, “O regime representativo e a execução forçada do ato administrativo unilateral», «A propriedade, sua origem e evolução na sociologia, na história do Direito e sob o poder do Estado”, do professor Joaquim Pimenta, e “Recursos administrativos e mandado de segurança”.

Ocorreu o mesmo com os editoriais, através dos quais problemas relevantes para o funcionalismo e para o país, tais como “Brasília e o funcionalismo federal”, “Necessidade de reforma administrativa face à mudança da Capital Federal”, foram divulgados ao lado de outros de interesse histórico-administrativo como “Sesquicentenário da Imprensa Nacional” e “Machado de Assis, funcionário público”, comemorativo da passagem do 50.º aniversário de sua morte.

Vale assinalar a abertura, no número de setembro de 1958, da seção “Instituto Brasileiro de Ciências Administrativas”, na qual figurarão, entre outras notícias referentes a êsse órgão, as teses brasileiras apresentadas ao Instituto Internacional de Ciências Administrativas, entidade a que se acha filiado aquêle instituto.

Outra inovação feita se cifra na adoção de um sistema de classificação para os artigos da Revista do Serviço Público. Sendo esta órgão de penetração internacional, impressa, porém, unicamente em língua portuguesa, teria forçosamente, a exemplo de suas congêneres alienígenas, que adotar uma classificação que facilitasse a rápida pesquisa por parte, sobretudo, de seus leitores de língua estrangeira, de molde a identificar prontamente o conteúdo de cada artigo. Adotou-se para êsse fim o sistema de Classificação Decimal Universal (C.D.U.), já utilizado por outras publicações técnicas e consagrado não só pelos especialistas como pelos leitores.

Cumprir assinalar, em 1958, a diretriz traçada quanto à Revista, no sentido de atualizá-la.

E assim, já nos primeiros dias de 1958, foram editados dois volumes que se encontravam em atraso, o primeiro referente a outubro e o segundo ao bimestre novembro/dezembro, ambos de 1957.

De 1958, já saíram a público os números de janeiro a setembro, estando os restantes em fase de impressão.

— Daí, ser prevista para dentro de prazo razoavelmente breve a atualização da Revista do Serviço Público.

Abaixo, se encontra o movimento da Revista do Serviço Público, durante o ano de 1958:

I — *Números recebidos do Departamento de Imprensa Nacional*

	Tiragem
maio de 1957	7.000
junho de 1957	6.000
julho de 1957	6.000
agosto de 1957	6.000
setembro de 1957	6.000
outubro de 1957	7.000
novembro e dezembro de 1957	7.000
janeiro, fevereiro e março de 1958	5.500
abril de 1958	5.500
maio de 1958	5.500
Junho de 1958	5.500

Foram editados, ainda, os Índices da Revista referentes aos anos XV a XIX, com uma tiragem média de 2.500 exemplares para cada índice.

II — *Expedição regular da Revista*

	(Exemplares)
Para o Brasil	37.302
Para o exterior	9.058
Total	46.360

III — *Expedição avulsa*

Para o Brasil	1.502
Para o exterior	627
Total	3.129

IV — *Assinaturas feitas (pagas)*

Para o Brasil	437
Para o exterior	5
Total	442

V — *Assinaturas feitas (gratuitas)*

Para o Brasil	264
Para o exterior	5
Total	269

* * *

O trabalho de divulgação apresentado pelo D.A.S.P. não se cingiu, entretanto, à Revista do Serviço Público. Expandiu-se em inúmeras outras publicações editadas, em que o aspecto dinâmico da documentação se fêz acentuar, tanto na quantidade quanto na qualidade da matéria.

Desta forma, em 1958, foram remetidas, para o Departamento de Imprensa Nacional, as seguintes obras:

— Alguns parlamentos estrangeiros, de Alexandre Marcondes Filho, com uma tiragem de 1.000 exemplares;

- Almirante Balthazar da Silveira (série: Pequenos estudos sobre administradores brasileiros), de Alfredo Balthazar da Silveira, com uma tiragem de 2.000 exemplares;
- Aquarela do Brasil, de Assis Chateaubriand, com uma tiragem de 3.000 exemplares;
- Benedito Leite, um verdadeiro republicano, de Jerônimo de Viveiros, com uma tiragem de 2.000 exemplares;
- O centenário da "Origem das Espécies" — 1859/1959, de Manoel Caetano Bandeira de Mello, com uma tiragem de 3.000 exemplares;
- Cidade Universitária da Universidade do Brasil, Renato Travassos, com uma tiragem de 2.000 exemplares;
- Circulares da Secretaria da Presidência da República (1951/1958), preparada no Serviço de Documentação do D.A.S.P., com uma tiragem de 3.000 exemplares;
- Classificação de cargos no serviço público (fasc. I), tradução de trabalho da Public Personnel, Association, com uma tiragem de 1.500 exemplares;
- O controle financeiro pelo Tribunal de Contas, de Ewald Sizeando Pinheiro, série: Ensaio de Administração, com uma tiragem de 2.000 exemplares;
- Estatuto dos funcionários da Prefeitura do Distrito Federal, comentado, de Edgard de Carvalho, com uma tiragem de 2.000 exemplares;
- Estatuto dos funcionários públicos civis da União — 2.^a parte — de Paulo Poppe de Figueiredo, tiragem de 3.000 exemplares;
- Estudos de política fiscal (série: Ensaio de Administração), de Francisco das Chagas Melo, tiragem de 2.000 exemplares;
- La formation du fonctionnaire et l'Ecole Nationale d'Administration Française, de Henry Bourdeau de Fontenay, tiragem de 1.000 exemplares;
- História do Maranhão, de Mário M. Meireles, 3.000 exemplares;
- Indicador dos pareceres da Comissão de Acumulação de Cargos, Vol. II, organizado pelo Serviço de Documentação do D.A.S.P., 1.000 exemplares;
- Introdução ao orçamento público, série: (Ensaio de Administração), de Jurandyr Coelho, 2.000 exemplares;
- Introdução à Sociologia, de Paulo Dourado de Gusmão, 2.000 exemplares;
- Operação Timbaúba — Desenvolvimento planejado do município — (série: D.A.S.P./I.B.C.A.), de Oswaldo Lima Filho, 2.000 exemplares;
- Organização diplomática e consular brasileira, de G. E. do Nascimento e Silva, 1.500 exemplares;

— Pareceres do Consultor Jurídico do D.A.S.P. — Vol. I, de Clenício da Silva Duarte, 2.000 exemplares;

— Plano nacional de obras, empreendimentos e serviços municipais-ruralismo e municipalismo (série: D.A.S.P./IBCA), de Jarbas Maranhão, 2.000 exemplares;

— Português e redação oficial, de Vittorio Bergo, com uma tiragem de 3.000 exemplares;

— Relatório das atividades do D.A.S.P. — 1957, organizado pelo Serviço de Documentação do D.A.S.P., com uma tiragem de 2.000 exemplares;

— O sentido nacional dos problemas do nordeste brasileiro, de Barreto Guimarães (Série: D.A.S.P./I.B.C.A.), com uma tiragem de 2.000 exemplares;

Do órgão impressor, no mesmo período, foram recebidas as abaixo discriminadas:

— Competência do Poder Executivo para criar funções gratificadas, de Lahir Short de Azevedo;

— Classificação das ciências, de Byron Tôrres de Freitas;

— Alguns parlamentos estrangeiros, de Alexandre Marcondes Filho;

— Almirante Balthazar da Silveira, de Alfredo Balthazar da Silveira;

— Catálogo das publicações do D.A.S.P., organizado pelo Serviço de Documentação do D.A.S.P.;

— O Congresso (Seu destino de utilidade), de Luciano Mesquita;

— Considerações e idéias sobre o problema econômico nacional, de Vasco Ribeiro da Costa;

— O controle financeiro pelo Tribunal de Contas, de Ewald Sizenando Pinheiro;

— O D.A.S.P. e a Constituição de 1946, de J. E. Pizarro Drummond;

— Le D.A.S.P. et la fonction publique au Brésil, de J. Guilherme de Aragão;

— Descrições de cargos, de Raimundo Xavier de Menezes;

— Elementos de técnica de avaliação de cargos, de Raimundo Xavier de Menezes;

— As empreitadas de obras públicas no direito brasileiro, de Caio Tácito;

— O ensino do direito administrativo no Brasil, de Caio Tácito;

— Estudos brasileiros de direito e administração, de Alaim de Almeida Carneiro;

— Estudos de política fiscal, de Francisco das Chagas Melo;

— La formation du fonctionnaire et l'Ecole Nationale d'Administration Française, de Henry Bourdeau de Fontenay;

- Integração do Piauí nos planos de desenvolvimento nacional, de Fenelon Silva;
- Introdução ao estudo da documentação, de Herbert Coblans;
- Introdução ao orçamento público, de Jurandyr Coelho;
- Liberdade religiosa no Brasil — Suas bases jurídicas, de Georges D. Landau;
- Mobilização contra o subdesenvolvimento (Operação Alagoas), de Teotônio Brandão Vilela;
 - Perspectiva da economia brasileira, de Celso Furtado;
 - Problemas de governo e administração do Espírito Santo, de José Cupertino de Almeida;
 - A programação no orçamento federal norte-americano, de Don Burrows (Tradução de Georges Landau);
 - Reforma administrativa do Brasil, de Carlos Medeiros Silva;
 - Regulamentos do Estatuto dos Funcionários Públicos, organizado pelo Serviço de Documentação do D.A.S.P.;
 - Reorganização administrativa e desenvolvimento planejado de Fernando de Noronha, de Pontes Vieira;
 - O sistema geral da Operação Município e seu enquadramento nos planos de desenvolvimento nacional, de Celso Peçanha;
 - Relatório das atividades do D.A.S.P. — 1957, organizado pelo Serviço de Documentação.
 - Três ensaios de administração, de Vitor Nunes Leal;
 - Do Tribunal de Contas como Tribunal de Justiça, de Jurandyr Coelho.

Além de editar o D.A.S.P. as suas obras por intermédio do Departamento de Imprensa Nacional, onde sempre contou com o melhor espírito de colaboração deu à estampa outras publicações de atualidade e utilização imediata as quais foram impressas no próprio Serviço de Documentação, com os recursos disponíveis, em processo "multilith". Dentre essas últimas publicações, podem citar-se as que seguem:

- A Biblioteca (janeiro/dezembro de 1957 — Ano 14 — Vol. 14), com uma tiragem de 1.000 exemplares;
- A Biblioteca (janeiro/março de 1958 — N.º 1 — Vol. 15), com uma tiragem de 1.000 exemplares;
- A Biblioteca (abril/junho de 1958 — N.º 2 — Vol. 15), com uma tiragem de 1.500 exemplares;
- Circulares da Secretaria da Presidência da República, expedidas em 1957, com uma tiragem de 1.000 exemplares;
- Suplemento à 3.ª edição do Catálogo das publicações do D.A.S.P., com uma tiragem de 2.000 exemplares;
- Indicador dos pareceres da Comissão de Acumulação de Cargos — Vol. I, com uma tiragem de 1.000 exemplares.

Computando-se tôdas as publicações editadas em 1958, tanto as impressas no Departamento de Imprensa Nacional como no próprio D.A.S.P., verifica-se que foi alcançada uma média mínima de lançamento de uma obra por semana. Tal índice ganha especial significação, dadas as naturais dificuldades a vencer em matéria de impressão de livros, não obstante, como já se ressaltou, a valiosíssima e imprescindível colaboração que o D.A.S.P. vem recebendo do Departamento de Imprensa Nacional, onde sempre encontrou a melhor acolhida às iniciativas lançadas.

Para se ter uma idéia da aceitação, por parte do público, prova do acêrto de direção no plano de divulgação de trabalhos realmente úteis aos estudiosos da administração, relaciona-se a seguir o que foi a distribuição de obras editadas pelo D.A.S.P.:

I — Publicações distribuídas no próprio Serviço de Documentação

Abastecimento d'água para as pequenas comunidades	46
A Biblioteca	1.049
A C.N.E.R.: uma experiência em administração pública	36
Catálogo das publicações do D.A.S.P. e o seu suplemento	266
Cidade Universitária da Universidade do Brasil	76
Circulares da Secretaria da Presidência da República, expedidas em 1956	401
Idem, em 1957	329
Classificação das ciências	493
Competência do Poder Executivo para criar funções gratificadas	1.014
Conceito e propriedade das nascentes	13
O Congresso — seu destino de utilidade	447
Considerações e idéias sôbre o problema econômico nacional	402
O contrôle financeiro pelo Tribunal de Contas	358
Curso de direito municipal	241
D.A.S.P. — an institution at the service of Brazil	60
O D.A.S.P. e a Constituição de 1946	1.032
O Departamento de Referência	367
Descrições de cargos	539
Perspectiva da economia brasileira	897
O ensino do direito administrativo no Brasil	898
O escoamento das águas	32
Estudos brasileiros de administração	645
Estudos de política fiscal	242
História administrativa do Brasil	1.178
Indicador dos pareceres da C.A.C.	344
Liberdade religiosa no Brasil — suas bases jurídicas	542
Manual de simplificação do trabalho	344
A mulher no serviço público federal	1.708
Duarte Coelho	409
Política econômica e financeira do Brasil	710
A programação no orçamento federal norte-americano	340
Relatório das atividades do D.A.S.P. — 1956	517
Idem — 1957	1.034
Do Tribunal de Contas como tribunal de Justiça	332
O veto — aspectos constitucionais do orçamento	347
Total	18.284

II -- Publicações remetidas pelo Correio

a) Brasil

Distrito Federal	11.457
Alagoas	957
Amazonas	434
Bahia	1.878
Ceará	1.666
Espírito Santo	739
Goiás	743
Maranhão	1.196
Minas Gerais	3.188
Pará	627
Paraíba	672
Pernambuco	1.274
Paraná	564
Piauí	631
Rio Grande do Norte	893
Rio Grande do Sul	2.582
Rio de Janeiro	614
São Paulo	2.299
Santa Catarina	3.844
Sergipe	372
Territórios	111
Total	37.498

b) Exterior

Argentina	425
Bolívia	109
Chile	67
Colômbia	66
Cuba	50
Espanha	51
Estados Unidos da América	583
França	65
Inglaterra	295
Itália	98
México	80
Paraguai	250
Peru	109
Pôrto Rico	72
Portugal	206
República Dominicana	93
Suiça	68
Uruguai	255
Venezuela	104
Total	5.046

Assim, alcançou o D.A.S.P. um total de 40.544 publicações remetidas para o país e para o exterior.

Programa para 1959, no setor de documentação e divulgação — Além da obra referente a política de remuneração, já mencionadas, acham-se programadas, entre outras, a história do D.A.S.P. — sua ação, estrutura, organização e pessoal — bem como a reedição dos três primeiros volumes e prosseguimento da História Administrativa do Brasil.

Nas diversas séries, prontas a serem dadas a público, podem citar-se estas obras:

— Da descentralização do Tribunal de Contas (Série: Separatas da Revista do Serviço Público);

— O sentido nacional dos problemas do nordeste brasileiro (Série: I.B.C.A./D.A.S.P.);

— Regente Feijó (Série: Pequenos estudos sobre administradores brasileiros);

— Ementário de decisões administrativas (correspondente ao biênio 1957/1958), pela primeira vez editada no Departamento de Imprensa Nacional, tendo sido os volumes anteriores impressos, em "multilith", no próprio D.A.S.P.;

— Indicador dos Pareceres da Comissão de Acumulação de Cargos — Vol. 2 (caso idêntico ao anterior);

— Circulares da Secretaria da Presidência da República — 1958 (impressa no D.A.S.P.);

— A Biblioteca (vários números, também impressa no D.A.S.P.).

Dentre as publicações avulsas constantes do programa de 1959, podem ainda assinalar-se as seguintes:

— Classificação de cargos no serviço público — fasc. I;

— Notas de um observador administrativo;

— O centenário da "Origem das Espécies";

— Estatuto dos funcionários públicos civis da União — 2.^a parte;

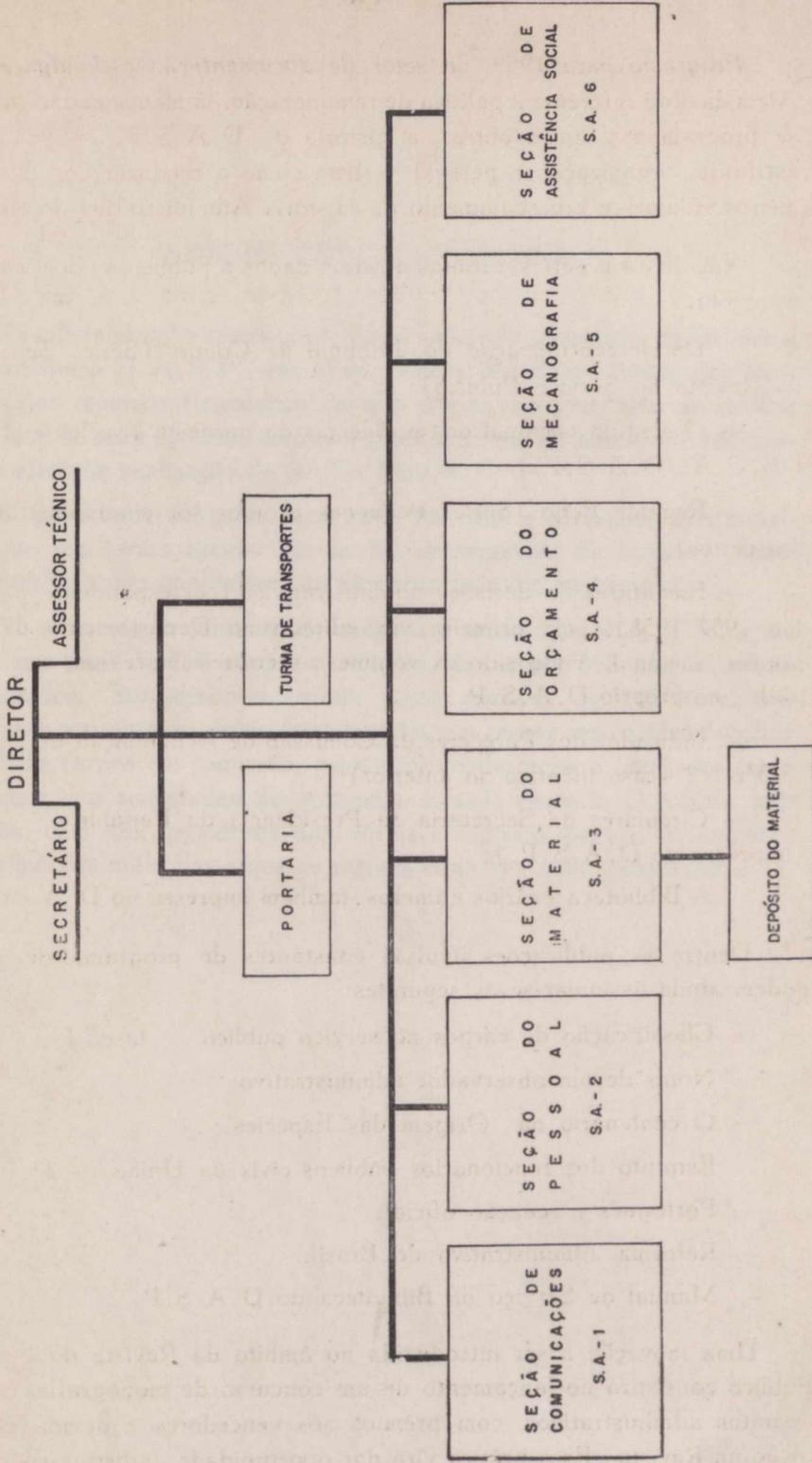
— Português e redação oficial;

— Reforma administrativa do Brasil;

— Manual de Serviço da Biblioteca do D.A.S.P.

Uma inovação a ser introduzida no âmbito da Revista do Serviço Público consistirá no lançamento de um concurso de monografias sobre assuntos administrativos, com prêmios aos vencedores e devida publicação na Revista. Essa prática virá dar oportunidade, indistintamente, a todos os estudiosos da administração.

SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO



ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Na administração interna, no cumprimento de atribuições regimentais, desenvolveu o D.A.S.P., em 1958, intensa atividade, dentro das limitações dos recursos financeiros de que dispõe, no propósito de melhor aparelhar os seus diversos setores específicos com os elementos necessários à eficiente realização de tarefas básicas.

E' importante salientar, mais uma vez, que o acréscimo dos encargos que lhe foram afetos não se fez acompanhar de aumento, tanto quantitativo como qualitativo, do elemento humano imprescindível.

No momento, o conjunto de quadros e tabelas do D.A.S.P. apresenta um total de 736 cargos e funções, dos quais 146 não se acham preenchidos. Subtraindo-se, ainda desse número, os 108 servidores afastados por motivos vários (requisitados por outras repartições federais, ocupando cargos em comissão, prestando colaboração a entidades internacionais e a sociedades de economia mista), conta o D.A.S.P., hoje em dia, com 482 servidores das várias categorias para o desempenho de atribuições múltiplas e que se tornam cada vez mais complexas.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

As atividades internas do Departamento de Imprensa Nacional, desde a sua criação em 1938, foram regidas pelo Decreto nº 10.000, de 1938, e pelo Decreto nº 10.001, de 1938, que estabeleceram a sua organização e o seu funcionamento.

O presente regulamento tem por objetivo estabelecer a organização e o funcionamento do Departamento de Imprensa Nacional, de acordo com o disposto no Decreto nº 10.000, de 1938, e no Decreto nº 10.001, de 1938.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1959

C.D.U. 35 (81)

A Autor : Brasil. Departamento Administrativo do Serviço

T Título : Relatório das atividades do DASP - 1958.

3 35.075.1"1958"(047) B823r

Ac. 4.041

1 Exemplar : 10063303 - Ex.2 MP DIBIB



10063303